



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAEL RIBEIRO

O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS COMO
FERRAMENTA DE SOFT POWER E ESTRATÉGIA DE
POLÍTICA EXTERNA

Salvador
2017



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

RAFAEL RIBEIRO

O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS COMO
FERRAMENTA DE SOFT POWER E ESTRATÉGIA DE
POLÍTICA EXTERNA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientador(a): Denise Cristina Vitale Ramos Mendes

Salvador
2017

Modelo de ficha catalográfica fornecido pelo Sistema Universitário de Bibliotecas da UFBA para ser confeccionada pelo autor

R484 Ribeiro, Rafael
O Ensino de Línguas Estrangeiras como Ferramenta de Soft
Power e Estratégia de Política Externa / Rafael Ribeiro. --
Salvador, 2017.
123 f. : il

Orientadora: Denise Cristina Vitale Ramos Mendes.
Dissertação (Mestrado - Mestrado Acadêmico em Relações
Internacionais) -- Universidade Federal da Bahia, Universidade
Federal da Bahia, 2017.

1. Soft Power. 2. Diplomacia Cultural. 3. Língua. 4. Cultura
. 5. Globalização. I. Cristina Vitale Ramos Mendes, Denise. II.
Titulo.

A língua é o espelho de uma nação.

Dedico este trabalho aos meus queridos pais, Elisabete Regina Ribeiro e Roberto Ribeiro, e a minha irmã, Fernanda Ribeiro. Vocês são os bens mais preciosos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de imensa satisfação e alegria, gostaria de expressar minha gratidão àqueles que contribuíram para a concretização deste trabalho.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus e a minha família pelo amor e cumplicidade.

A minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Denise Cristina Vitale Ramos Mendes, por ter acolhido a proposta de pesquisa, oferecido observações pontuais e ter proporcionado uma experiência enriquecedora de tirocínio docente.

Ao estimado Prof^º Dr^º Domingos Sávio Pimentel Siqueira por ter sido, desde os tempos de graduação, uma grande referência acadêmica e, agora, compor as bancas de avaliação deste trabalho de mestrado.

A Prof^ª Dr^ª Kátia Siqueira de Freitas, por ter gentilmente aceito o pedido para integrar a banca de defesa desta dissertação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo suporte financeiro oferecido durante os meses de condução da pesquisa.

Aos colegas da turma 2015.1 do Mestrado Acadêmico em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia: Isabela Souza Alcântara, Jhader Cerqueira do Carmo, Lucas Mota Oliveira, Rafaela Dourado de Araripe, Vinícius Silva Santana. Obrigado pela amizade e pela colaboração nos momentos de dúvidas e desafios durante o curso.

Aos que se ofereceram para enriquecer a dissertação, seja com a indicação de bibliografia, revisões textuais e disponibilidade para conceder consultas e entrevistas: os colegas da turma 2014.1, Breno Fernandes e Milton Deiró de Mello Neto; o colega professor de PLE, Diogo Oliveira do Espírito Santo; a Diretora do Centro Cultural Brasil-Finlândia, Maila-Kaarina Rantanen.

A todos, muitíssimo obrigado!

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as novas perspectivas da diplomacia e a eficiência do ensino de línguas enquanto ferramenta do poder brando. Para tanto, na segunda seção, fazemos uma análise da diplomacia pública e da importância da cultura para as Relações Internacionais. Por conseguinte, investigamos o conceito de diplomacia cultural e a relação entre língua, cultura e identidade. Na terceira seção, exploramos o conceito de *soft power* cunhado por Joseph Nye e, a partir de sua elucidação, apresentamos três estudos de caso concernentes à difusão da língua como estratégia de política externa dos Estados Unidos, Reino Unido e China. Por fim, na quarta parte do trabalho, concentramos a análise nas ações culturais adotadas pela política externa brasileira, que têm como objetivo apresentar o país ao mundo, e o peso da internacionalização da língua portuguesa nesse processo.

Palavras-chave: Poder; cultura; língua; diplomacia pública; diplomacia cultural; *soft power*.

ABSTRACT

The present work aims at analyzing the new perspectives of diplomacy and the efficiency of language teaching as a tool of soft power. To do so, in the first chapter we make an analysis of public diplomacy and the importance of culture for International Relations. We therefore investigate the concept of cultural diplomacy and the relationship between language, culture and identity. In the second chapter, we explore the concept of soft power coined by Joseph Nye and, from its elucidation, we present three case studies concerning the diffusion of the language as foreign policy strategy of the United States, the United Kingdom and China. Finally, in the third part of the study, we focused the analysis on the cultural actions adopted by Brazilian foreign policy in order to present the country to the world, and the weight of the internationalization of the Portuguese language in this process.

Keywords: Power; culture; language; public diplomacy; cultural diplomacy; *soft power*.

LISTA DE GRÁFICOS E ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Novos Recursos de <i>Soft Power</i>	47
Figura 2	Panorama dos principais institutos culturais por países de origem e regiões onde estão localizados	52
Gráfico 1	Índice percentual de participação do Ministério da Cultura do Brasil na diplomacia cultural brasileira no período 2003-2010	83

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1	O papel da cultura na abordagem realista	31
Quadro 2	Organização do Departamento Cultural do Itamaraty	45
Quadro 3	Categorização dos tipos de poder segundo Nye (2004)	81
Tabela 1	Modelos de difusão linguística e os índices do IDH, do IPC e do ID	105

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACBEU	Associação Cultural Brasil-Estados Unidos
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos
ANCINE	Agência Nacional do Cinema
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCB	Centros Culturais Brasileiros
CCBF	Centro Cultural Brasil-Finlândia
COI	Comitê Olímpico Internacionalização
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
DAC	Departamento de Assuntos Culturais
DAMC	Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais
DAV	Divisão de Promoção do Audiovisual
DCE	Divisão de Temas Educacionais
DODC	Divisão de Operações de Difusão Cultural
DPLP	Divisão de Promoção da Língua Portuguesa
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
Embrafilme	Empresa Brasileira de Filmes
FBN	Fundação Biblioteca Nacional
FCP	Fundação Cultural Palmares
FCRB	Fundação Casa de Rui Barbosa
FIFA	Federação Internacional de Futebol
FLTA	Foreign Language Teaching Assistant
Funarte	Fundação Nacional de Artes
IBEU	Instituto Brasil-Estados Unidos
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
ID	Índice de Democracia
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IILP	Instituto Internacional da Língua Portuguesa
IMC	Instituto Machado de Assis
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPC	Índice de Percepção da Corrupção
MDIC	Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio
MEC	Ministério da Educação

MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MinC	Ministério da Cultura
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NEBs	Núcleos de Estudos Brasileiros
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Ação Cultural
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARCUM	Parlamento Cultural do MERCOSUL
PEC/PG	Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação
PNC	Plano Nacional de Cultura
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REBx	Rede Brasileira de Ensino no Exterior
SAV	Secretaria do Audiovisual
SIPLE	Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira
SPC	Secretaria de Políticas Culturais
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UnB	Universidade de Brasília
Unesp	Universidade Estadual de São Paulo
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB UMA NOVA PERSPECTIVA: CULTURA, LÍNGUA E DIPLOMACIA	21
2.1	DIPLOMACIA PÚBLICA: CONCEITUAÇÃO, SEU PROPÓSITO E UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO	21
2.1.1	Os atores da diplomacia pública	27
2.2	O PAPEL DA CULTURA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONCEITO DE DIPLOMACIA CULTURAL	29
2.2.1	A cultura segundo os principais paradigmas das RI	30
2.2.2	A Diplomacia Cultural	34
2.2.3	A relação entre Língua, Cultura e Identidade	38
3	O SOFT POWER E O PAPEL ESTRATÉGICO DO ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS PARA A DIPLOMACIA CULTURAL	44
3.1	O CONCEITO DE <i>SOFT POWER</i>	44
3.2	<i>SOFT POWER</i> E O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES ATRAVÉS DOS INSTITUTOS CULTURAIS, DAS ESCOLAS DE IDIOMAS E DO INTERCÂMBIO ACADÊMICO	49
3.3	O CASO DO INGLÊS	54
3.3.1	A estratégia americana	55
3.3.2	O <i>soft power</i> por meio do intercâmbio acadêmico	60
3.3.3	A estratégia britânica	64
3.4	O CASO DO MANDARIM: OS INSTITUTOS CONFÚCIO	67
4	A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E AS AÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA NACIONAL	73
4.1	O PAPEL DA CPLP NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E A ATUAÇÃO DO BRASIL EM ESPAÇOS MULTILATERAIS	74
4.2	QUAL O PESO DA CULTURA PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA?	79
4.3	DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS FORMAS PELAS QUAIS O BRASIL JÁ TENTOU SE PROMOVER CULTURALMENTE PARA O MUNDO	86

4.3.1	A postura do Itamaraty na difusão da língua portuguesa: a Rede Brasil Cultural e demais iniciativas	94
4.4	A SOCIEDADE CIVIL E O SETOR PRIVADO: AS CASAS DO BRASIL AO REDOR DO MUNDO	100
4.5	OS DESAFIOS PARA O FUTURO	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	107
	REFERÊNCIAS	110
	ANEXOS	118

1 INTRODUÇÃO

Poder é um tema caro à disciplina de Relações Internacionais. Nos estudos acerca dos fenômenos geopolíticos, é fundamental ponderar o poder obtido pelos atores e compreender a natureza que o define. Podemos classificar o poder como a meta ou objetivo primaz dos Estados, como o controle sobre recursos e capacidades, ou, ainda, como a capacidade de um ator de exercer influência sobre outros integrantes do sistema internacional. Essa última definição possui particular importância para a elaboração do nosso trabalho, cuja finalidade é examinar o papel da língua/cultura enquanto recurso de influência a ser utilizado pelos Estados no intuito de ganhar espaços no cenário global e promover um ambiente de cooperação que, por fim, os levará ao seu desenvolvimento tanto na esfera externa quanto na doméstica.

Tradicionalmente relegada a um papel secundário nas Relações Internacionais, a cultura é considerada, sobretudo pelos teóricos realistas, como um recurso de *low politics* (baixa política), em contraste com a *high politics* (alta política), que daria conta dos aspectos mais “nobres” da política internacional, tais como questões militares, econômicas e de segurança. No entanto, em face das profundas transformações observadas no mundo nos últimos 30 anos, atribuídas, em grande parte, à velocidade do processo de globalização, a cultura vem ganhando *status* de elemento medular tanto do ponto de vista conceitual, ao ser usada como ferramenta explicativa dos fenômenos geopolíticos, quanto do ponto de vista prático, por ser encarada cada vez mais como prioridade e como recurso efetivo de poder entre os atores.

A partir da contribuição do cientista político Joseph Nye (2004, 2008, 2012), é possível dividir o poder nas relações internacionais em duas categorias: *hard power* (poder duro) e *soft power* (poder brando). Este último difere-se do primeiro no sentido de que sua expressão não é coercitiva, mas, sim, persuasiva, e seus recursos caracterizam-se não por elementos materiais, como exércitos ou poderio financeiro, mas por fontes intangíveis, a exemplo dos valores e da cultura de um determinado ator. Nosso objeto de estudo resume-se à cultura como ferramenta de *soft power* e o papel da língua como difusor da cultura. Entendemos que língua e cultura são elementos intrínsecos, devendo ser vistos como a mesma fonte de poder brando, aspecto este que será desenvolvido ao longo da segunda seção, quando trataremos do raciocínio que fundamenta teoricamente a relação congênita entre ambos.

A motivação para o desenvolvimento deste trabalho surgiu da trajetória prévia do pesquisador na condição de professor de línguas estrangeiras. Durante os 4 anos de graduação

no curso de licenciatura em Língua Estrangeira Moderna, tivemos a oportunidade de lecionar as línguas inglesa e portuguesa para alunos estrangeiros e bolsistas de programas governamentais de intercâmbio estudantil. Durante este tempo, um fator que sempre nos chamou a atenção, seja ao lidar com os materiais didáticos ou diante dos documentos normativos das instituições para as quais trabalhamos, era o caráter político-diplomático por detrás do ensino de idiomas, da mesma forma como a língua não era um fim em si mesmo, senão um veículo para a difusão dos valores e da cultura de um país.

À vista disso, consideramos como hipótese da nossa pesquisa se o ensino da língua, por intermédio dos institutos culturais, escolas de idioma e programas de intercâmbio é um fator para obtenção de poder e influência nas RI. Em outras palavras, em que medida o uso desse tipo de *soft power* contribui para o aumento do poder relativo. A partir da investigação de casos relativos à difusão do inglês, mandarim e português, buscamos levantar dados, bem como o respaldo em fundamentações teóricas, que corroborassem nossa premissa inicial. Nesse sentido, o estudo dos conceitos de diplomacia pública, diplomacia cultural, língua, cultura e identidade, além da análise da noção de *soft power*, foram fundamentais para que pudéssemos dar luz aos fenômenos elencados. Foi-nos possível identificar a importância dos vários agentes envolvidos nesse processo e os resultados alcançados por cada um dos atores através de seus métodos distintos de exercício do poder brando.

A metodologia aplicada em nossa pesquisa consistiu, sumariamente, na revisão bibliográfica de produções acadêmicas relacionadas à temática do nosso trabalho. Serviu-nos de extrema colaboração os estudos realizados por pesquisadores tanto do Brasil quanto de outros países, seja na forma de artigos, monografias, dissertações, teses de doutorado e publicações editoriais. A impressão que nos foi causada durante o levantamento de referências é a de que os estudos culturais dentro da disciplina de Relações Internacionais, sobretudo no Brasil, ainda encontram-se em estado incipiente. O caráter exordial fica mais evidente quando buscamos por fontes que se debrucem sobre a relação entre língua, cultura e *soft power*. Sendo assim, para além da relevância do tema, adiciona-se à justificativa da nossa empreitada o relativo ineditismo em se investigar tal fenômeno.

Ademais, o método científico utilizado neste trabalho também lançou mão de expedientes empíricos, a exemplo da realização de entrevistas com indivíduos que relacionam-se diariamente com o nosso objeto de estudo e vivenciam-no na prática. Entrevistamos, por meio de questionários com perguntas abertas, profissionais do serviço exterior envolvidos com missões de diplomacia cultural, empreendedores do ramo educacional, professores de línguas estrangeiras e bolsistas de programas governamentais de

intercâmbio estudantil. Destaca-se, também, o uso de gráficos, quadros e tabelas para a exposição dos dados colhidos, em uma tentativa de tornar a explanação de nosso objeto mais simples de se compreender àqueles que ainda não se encontram ambientados com a temática.

Conforme mencionado brevemente nos parágrafos anteriores, a justificativa para a condução desta pesquisa assenta-se no caráter insólito do tema, ainda pouco debatido no universo acadêmico das Relações Internacionais. Objetivamos humildemente contribuir para a ampliação da bibliografia no campo e encorajar novas pesquisas no futuro. Acrescenta-se a isso a importância de se investigar as transformações ocorridas nas nuances do poder no jogo geopolítico contemporâneo e o papel o qual a cultura desempenha nesse sentido. Considerando a posição de nação emergente ocupada pelo Brasil no sistema internacional, faz-se mister que a produção científica auxilie o país a melhor interpretar as movimentações no cenário mundial e a otimizar o desempenho da sua política externa.

No tocante à estrutura desta dissertação, decidimos por dividi-la em três seções, além da introdução, adotando uma perspectiva de exposição do conteúdo que obedecesse a dinâmica do macro para o micro. Na segunda seção, optamos por levantar a discussão teórica acerca do tema da diplomacia pública e traçar uma cronologia que desvende o marco inaugural das relações internacionais voltadas para o público, a saber, o fim da Primeira Guerra Mundial. É a partir da fundação da Liga das Nações, em 1919, arquitetada pelo então presidente norte-americano Woodrow Wilson, que a preocupação dos países em fomentar o diálogo e o entendimento mútuo torna-se prioridade, sendo a diplomacia pública, por sua vez, o mecanismo para um elo amistoso entre os Estados.

É neste momento do nosso trabalho que também procuramos destacar a distinção entre a diplomacia tradicional e a diplomacia pública. A diferença principal está no destinatário das atividades diplomáticas. Enquanto a diplomacia tradicional caracteriza-se pelo relacionamento entre Estados, a diplomacia pública, conforme sugere o termo, trata da comunicação dos Estados com públicos no exterior. Sua importância é reconhecida justamente por proporcionar a participação da sociedade civil nas relações internacionais, conferindo maior transparência e legitimidade a um processo que até então era reservado somente aos membros da Chancelaria e chefes de Estado.

Analisamos, também, na segunda seção, os instrumentos utilizados pela diplomacia pública, entre os quais destacam-se os meios de comunicação de massa. Notabilizou-se, à época, a relevância do rádio enquanto elemento difusor de informativos e até mesmo de propagandas por parte dos países, revelando, dessa forma, o caráter sugestível da diplomacia pública. O objetivo não seria tão somente informar os cidadãos dos outros países o

que acontecia nos bastidores do serviço exterior, mas também influenciá-los e transmitir uma imagem positiva dos Estados, de modo a facilitar sua penetração em outras sociedades e a sua consequente conquista de espaços.

Em seguida, analisamos também o papel da cultura para os principais paradigmas teóricos da disciplina de Relações Internacionais. Neste momento, abordamos os principais postulados elaborados pelas teorias realista, liberal, marxista e construtivista acerca do elemento cultural na área dos estudos sobre política externa. O objetivo foi o de compreender a importância da cultura para cada uma dessas correntes e entender de qual maneira a mesma é utilizada enquanto ferramenta explicativa para incidir luz às diferentes formas de poder no jogo geopolítico.

Com a inclusão da sociedade civil nas relações internacionais, outros elementos são adicionados às atividades diplomáticas e, como consequência, a cultura passa a exercer um papel cada vez mais relevante nesse processo. Definida, do ponto de vista antropológico, como o cabedal de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes e valores que distinguem um grupo social, a cultura é um componente imprescindível para a promoção e compreensão das nações no cenário mundial e, através da prática daquilo que passaria então a ser intitulado diplomacia cultural, o alcance de um ambiente externo cordial e cooperativo poderia ser algo enfim realizável.

Por fim, na seção inaugural de nossa dissertação, após a introdução, encontra-se também a aceção defendida por nós a respeito da relação entre *língua, cultura e identidade*. Com a contribuição de teóricos dos estudos linguísticos, culturais e antropológicos, estabelecemos uma linha de raciocínio que argumenta a favor da existência do vínculo entre estes três elementos, sendo, portanto, a adoção de políticas linguísticas um recurso expressivo da diplomacia cultural, já que o ensino de idiomas é capaz de veicular símbolos culturais e forjar identidades simpáticas à influência de um país.

Na terceira seção, apresentamos ao leitor o conceito de *soft power*, cunhado pelo teórico norte-americano Joseph Nye para definir o uso da atração com a finalidade de fazer com que outros atores se comportem da maneira que o Estado detentor do poder deseja. O conceito é fundamental para a nossa pesquisa, uma vez que toda a argumentação construída por nós gira em torno da defesa do uso do poder brando por parte daqueles países que almejam consolidar sua reputação no cenário internacional e ampliar suas relações de cooperação. Destacamos as diversas nuances que caracterizam o *soft power* e trazemos opiniões que divergem da ideia de que o poder brando seja realmente sutil ou eficaz. Tudo isso com o intuito de melhor compreender os estudos de caso que também são exibidos na

segunda parte da dissertação.

Começamos por analisar o fenômeno de universalização da língua inglesa e a forma pela qual este processo se desenvolveu. De maneira coordenada e tendo como instrumento os institutos culturais, as missões diplomáticas e a iniciativa empresarial, o objetivo da expansão do ensino de inglês sempre foi o de aumentar a influência tanto dos Estados Unidos, quanto da Inglaterra¹, contribuindo para que estas nações pudessem lograr êxito em outros eixos da sua política externa além do cultural. Procuramos destacar, também, as diferenças levadas a cabo na implementação da estratégia de difusão do idioma por parte desses dois países. Enquanto que, no caso norte-americano, o papel de patrocinador do Estado encontra limites, para os britânicos, o governo assume função central na promoção da cultura inglesa através da sua língua.

Por conseguinte, investigamos o caso do mandarim, cuja internacionalização é encarada pelo Estado chinês como um movimento fundamental para a conquista de espaços. Ostentando um desempenho econômico notável, bem como um aparato militar respeitável, a China tenta, desde o início do século XXI, universalizar sua cultura e, para tanto, investe pesado na inauguração de unidades do Instituto Confúcio sobretudo nos países ocidentais, vistos pelos chineses como parceiros estratégicos. O caso da China serve para reforçar a tese da importância do elemento cultural nas relações internacionais, uma vez que as meras aberturas políticas e econômicas não se mostram como posturas suficientes a serem adotadas pelos países que almejam fortalecer seus acordos de cooperação e inserir-se de maneira marcante no contexto internacional. A aproximação cultural, por meio do ensino da língua, exerce papel chave nesse sentido.

Na seção derradeira, o enfoque é dado às ações da política externa brasileira naquilo que compreende o seu eixo cultural. Buscamos traçar um diagnóstico sobre as medidas adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores para promover culturalmente o Brasil no mundo. Para tanto, levantamos uma cronologia que cobre as atividades do Itamaraty desde a era Vargas até os dias atuais, passando pela análise do papel de outros ministérios, a exemplo do MEC e MinC, também envolvidos na diplomacia cultural do país. A partir desse estudo mais amplo, identificamos a atuação do Brasil na difusão da língua portuguesa e partimos, então, para o exame mais centralizado das políticas de internacionalização da variante brasileira do português.

Através da Rede Brasil Cultural, que dispõe de uma estrutura que inclui os Centros

¹ Optamos por analisar estes dois países em virtude da influência da cultura anglófona no mundo, conquistada, em partes, por meio da política de incentivo ao ensino e aprendizado da língua inglesa.

Culturais, Leitorados e os Núcleos de Estudos Brasileiros, o Itamaraty lança mão de iniciativas que visam estabelecer um vínculo com outros países por meio da cultura nacional, sendo o ensino de português para estrangeiros o carro-chefe desta empreitada. Contamos com a colaboração da diretora do Centro Cultural Brasil-Finlândia que nos concedeu uma entrevista bastante elucidativa a respeito da promoção do *soft power* brasileiro, via ensino da língua, neste país europeu. Por fim, destacamos também a participação do Brasil no âmbito dos organismos multilaterais, a exemplo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Muito embora a esmagadora maioria das ações do *soft power* do Brasil gire em torno da órbita do Estado, em contrassenso com o que fora descrito como ideal pelo criador do conceito, Joseph Nye – cuja visão defende que a cultura terá tratamento menos enviesado conquanto esteja separada do governo – verificamos, também, iniciativas de promoção da língua portuguesa no exterior por parte da iniciativa privada. Notabiliza-se o papel das escolas de idioma, intituladas Casa do Brasil, que são administradas por empresários do ramo da educação comprometidos com a difusão da cultura brasileira dispostos a atender uma demanda de estrangeiros não alcançados pela cobertura do serviço exterior, os quais estão interessados em aprender a língua portuguesa para fins de enriquecimento pessoal e qualificação profissional.

Em se tratando das conclusões da nossa pesquisa, constatamos que o uso do *soft power* vem ganhando cada vez mais aderentes no contexto geopolítico, uma vez que as fontes intangíveis de poder encontram-se à disposição de todos os países e não estão sujeitas a uma métrica quantitativa, diferente dos recursos de *hard power*, que têm sua expressividade atrelada à quantidade de arsenais e exércitos ou à pujança econômica de um ator. Além disso, concluímos que a globalização colaborou, de certa forma, com a mudança nas configurações do poder ao consolidar a ordem liberal nas relações internacionais, reduzindo os conflitos bélicos e fazendo com que os atores tenham de se acostumar ao emprego da persuasão, a fim de alcançarem seus objetivos.

Por último, encontramos espelhados em nossos estudos de caso o respaldo para a hipótese da pesquisa, que sugere que o ensino da língua, a partir de instituições culturais, cursos de idioma e intercâmbio acadêmico, contribui para a difusão cultural e consequente consolidação de um poder brando, que influencia consideravelmente as relações internacionais.

2 AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS SOB UMA NOVA PERSPECTIVA: CULTURA, LÍNGUA E DIPLOMACIA

2.1 DIPLOMACIA PÚBLICA: CONCEITUAÇÃO, SEU PROPÓSITO E UM BREVE PANORAMA HISTÓRICO

A diplomacia pública, no âmbito das Relações Internacionais, é entendida como a comunicação dos Estados com públicos no estrangeiro, a fim de estabelecer um diálogo que sirva para informar e exercer influência sobre estes. Não existe um consenso quanto à definição da expressão, sendo ela mais comumente descrita do que definida. Embora possa parecer redundante classificar um conceito a partir de duas terminologias (*diplomacia* e *pública*) que, etimologicamente, remetem à mesma origem – o Estado –, a diplomacia pública é assim chamada não pelo seu mencionado remetente, mas, sim, pelo seu destinatário, a saber: os diferentes segmentos sociais situados no exterior. Trata-se, portanto, de uma diplomacia voltada para a comunicação com as sociedades alóctones através de atos públicos.

Pode-se afirmar que a diplomacia pública nasce no campo do liberalismo, no bojo dos esforços de cooperação por meio de organizações internacionais, com o intuito de reforçar o mutualismo e o cosmopolitismo dentro do sistema internacional, elementos estes preconizados pela teoria liberal das Relações Internacionais. Tal estratégia não é tão estimado por outras abordagens das RI, conforme elucidaremos mais à frente, uma vez que, à teoria liberal, a geopolítica funciona sob a lógica da institucionalização, da relação internacional/doméstico e da miríade de atores e sua colaboração para o alcance da harmonia.

Com relação aos seus intentos, a diplomacia pública constitui-se como peça fundamental da estratégia de política externa de um determinado país no sentido de auferir ganhos para si no relacionamento com outros atores. Ela funciona tanto no campo do concreto quanto no campo do idealismo, auxiliando países no fechamento de acordos comerciais e até mesmo no selamento de tratados para o encerramento de conflitos. De acordo com Hartig (2016, p. 35),

[A diplomacia pública] pode buscar uma gama ampla de objetivos que, por sua vez, podem ser amplamente descritos como normativos/idealistas ou funcionais. Objetivos funcionais incluem a promoção de interesses econômicos através do apoio a investimentos e acordos estrangeiros, alianças, ao desenvolvimento de relações bilaterais e a ajuda à manutenção dessas relações em tempos de conflitos e tensões. Objetivos idealistas incluem o desenvolvimento de entendimentos mútuos, o combate ao etnocentrismo e à estereotipação, bem como a prevenção de conflitos. Ao passo em que os objetivos idealistas podem, por vezes, ser enfatizados pelos condutores da política externa, é possível argumentar que até mesmo tais objetivos venham a servir, eventualmente, a objetivos mais funcionais.

Do ponto de vista histórico, conforme nos demonstra Bruno Teles (2013, p. 20) em sua dissertação acerca do papel da diplomacia pública no contexto das organizações internacionais, o marco inaugural da prática de diplomacia pública remonta ao princípio de diplomacia aberta (*open covenants*), sugerida pelo presidente americano Woodrow Wilson, em seu famoso discurso sobre os Quatorze Pontos para a paz². Este seria de grande importância para que a Liga das Nações, embrião da atual ONU, fosse criada, definindo a ordem internacional subsequente à I Guerra Mundial. No primeiro ponto do discurso³, Wilson enunciou que “acordos abertos de paz seriam alcançados de forma transparente, e que, depois deles, não deveria haver entendimentos internacionais privados de nenhum tipo, e a diplomacia passaria a agir de forma franca sob a visão pública⁴”.

Dessa forma, de acordo com Iyamu (2004, p. 217), a ideia inserida nos Quatorze Pontos é a de que

[...] a política exterior deve estar baseada no controle popular, e interceder por uma espécie de democracia na diplomacia, com a intenção de eliminar, da vida internacional das nações, a diplomacia secreta, a carreira armamentista, a guerra comercial, as sociedades coloniais e outros tipos de conflitos.

A ideia de Wilson, tido por muitos à época como utópica e fadada ao fracasso, e que de fato viria a malograr com a eclosão da II Guerra Mundial duas décadas depois, era criar uma sociedade internacional assentada sobre pactos públicos de paz, que seriam alcançados pelo livre-cambismo e pela autodeterminação dos povos, ideários promovidos, por sua vez, pela diplomacia pública.

A partir de então, a diplomacia pública teve forte impacto no exercício das relações diplomáticas, outrora reservadas apenas às chancelarias e aos gabinetes das missões de serviço exterior dos países, “condicionando os seus efeitos à competição internacional e aos desígnios de hegemonia das grandes potências mundiais da época” (TELES, 2013, p. 20).

Ao longo da década de 1950, a expressão diplomacia pública passou a ser identificada com o campo da informação internacional e da propaganda. Não seria, contudo, uma mera mudança de sua utilização, senão uma consequência das transformações por que passavam a prática diplomática e o seu entendimento. Eventos diplomáticos significativos passaram a ser reconhecidos como feitos explícitos de atuação pública, como bem demonstrariam os líderes

2President Wilson's 14 points (1918). Disponível em <http://www.ourdocuments.gov/doc.php?flash=true&doc=62>
3 United States History. Disponível em: <<http://www.u-s-history.com/pages/h1324.html>>. Acesso em 12 julho de 2016.

4Tradução livre do trecho: “Open covenants of peace, openly arrived at, after which there shall be no private international understandings of any kind but diplomacy shall proceed always frankly and in the public view”.

dos Estados Unidos, John Kennedy, e da União Soviética, Nikita Krushev, durante a Guerra Fria. A despeito da corrida armamentista entre os dois países, uma outra disputa, travada no seio da sociedade civil, foi pautada sob o exercício da influência dos governos sobre a opinião pública para a construção de redes de apoio que formariam os blocos capitalista e socialista.

É justamente nessa época que o conceito de diplomacia pública passa a abranger outros elementos sócio-comunicacionais, e tanto o seu planejamento quanto a sua execução passam a ser deslocados, ainda que remotamente, da esfera dos governos para a órbita de outros agentes que, muitas das vezes, não eram diretamente vinculados ao Estado. Em face disso, surge então a necessidade de reformular o conceito e, por conseguinte, enfatizar a sua diferença para a diplomacia tradicional. Figura importante na tarefa de redefinir o conceito de diplomacia pública foi o diplomata americano e reitor da *Fletcher School of Law and Diplomacy* da Universidade de Tufts, em Boston, Edmund Gullion (1968), que propôs a seguinte acepção:

A diplomacia pública lida com a influência de atitudes públicas na formação e na execução de políticas externas. Ela engloba dimensões das relações internacionais para além da diplomacia tradicional; o cultivo pelos governos da opinião pública em outros países; a interação de grupos de interesses privados em um país com outro; a notificação dos negócios estrangeiros e de seu impacto nas políticas; a comunicação entre aqueles cujo trabalho é a comunicação, como diplomatas e correspondentes internacionais; e o processo de comunicação intercultural (GULLION, 1968 *apud* CULL, 2006).

Com relação aos meios difusores da diplomacia pública no pós I Guerra Mundial, Joseph Nye (2008) nos lembra que, nesse ínterim, o mundo testemunhou uma aceleração “nos esforços de emprego do *soft power*⁵, uma vez que a maioria dos governos estabeleceu escritórios e missões em outros países para propagandear suas causas” (NYE, 2008, p. 96). O autor também aponta o uso do rádio e do cinema como ferramentas decisivas para a condução da diplomacia pública depois da primeira grande guerra.

O advento do rádio, na década de 1920, levou muitos governos à prática da radiodifusão de seus respectivos idiomas e, nos anos 1930, comunistas e fascistas competiram entre si na promoção de imagens favoráveis junto ao público estrangeiro. Além da disseminação da língua através da radiodifusão, a Alemanha nazista fez excelente uso dos filmes de propaganda. Conforme notou o secretário de relações exteriores britânico em 1937, Anthony Eden, “é absolutamente plausível que uma boa propaganda cultural não possa remediar os danos causados por uma má política externa, mas não é exagero dizer que até mesmo a melhor das políticas diplomáticas pode falhar caso negligencie a tarefa de persuasão e interpretação

5 Desenvolvido por Joseph Nye (2004), o conceito de *soft power* designa a “capacidade de um Estado obter o que deseja através do poder de atração da sua cultura, das suas ideias, das suas políticas domésticas e da sua diplomacia”.

impostas pelas condições modernas (WAGNLEITNER, 1994 *apud* NYE, 2008, p. 97).

Nesse sentido, Nye defende que uma boa diplomacia pública tem que ir além da propaganda. Para ele, transmitir informação e passar uma imagem positiva do país é parte da diplomacia pública, mas a tarefa envolve também “a construção de relações de longo prazo que irão propiciar um ambiente fértil para a implementação de políticas governamentais” (NYE, 2008, p. 101). No intuito de construir tais relações de longo prazo, Mark Leonard *et al* (2002 *apud* NYE, 2008, p. 101) diz que “é necessária a atuação do governo providenciando informação ao público-alvo no exterior e criando, a partir disto, relações culturais longínquas”. Com base nisso, Nye (2008, p. 101) acredita que esse processo perpassa três dimensões da diplomacia pública

A primeira e mais imediata dimensão seria a comunicação diária, que envolve a explanação das decisões de política doméstica e externa. A segunda dimensão seria a da comunicação estratégica, que é responsável por desenvolver um conjunto de temas da mesma forma que uma campanha política ou publicitária o faz. A campanha planejaria eventos simbólicos e comunicações com o público ao longo do ano para reforçar temas centrais ou avançar uma pauta governamental particular. A terceira dimensão da diplomacia pública seria o desenvolvimento de relações duráveis com indivíduos-chave da sociedade, por diversos anos, através de bolsas de estudo, intercâmbios, treinamento, seminários, conferências e oportunizando o acesso a canais de mídia.

Cada uma dessas três dimensões da diplomacia pública representa diferentes cortes temporais. A primeira dimensão atuaria como uma medida de curto prazo, a segunda dimensão como uma medida de média prazo e a terceira dimensão como uma medida de longo prazo. De acordo com Nye (2008), elas desempenham um papel importante para ajudar a criar uma imagem atraente de um país com vistas a melhorar suas perspectivas de obtenção dos resultados.

Outrossim, Hartig (2016) nos aponta a necessidade de se estabelecer um equilíbrio na investida de promover a imagem do Estado-nação junto ao seu público-alvo no exterior. Recomenda-se cautela na hora de projetar sua representação, para que a mesma não venha a ser demasiadamente positiva ou realista. Sobre essa questão, o autor enfatiza que

A tentativa de projetar uma imagem favorável do país encontra em seu caminho um dilema da diplomacia pública em geral: por um lado, o Estado deve apresentar um quadro realista do país, vista que uma autoexpressão exageradamente positiva acaba sendo um tiro pela culatra, por ser absorvida pelo público-alvo apenas como relações públicas bruta ou, ainda pior, como propaganda. Por outro lado, apresentar uma imagem muito realista significa tratar de questões acerca dos problemas que o país está enfrentando, e tal exposição ultrarrealista pode estragar o quadro favorável que qualquer país, compreensivelmente, gostaria de apresentar. Desta forma, uma

boa diplomacia pública tem de encontrar o equilíbrio certo entre realismo e favorabilidade, uma tarefa que não é fácil de se realizar (HARTIG, 2016, p. 34-35).

É possível perceber a importância da diplomacia pública para as tentativas de promoção da paz no sistema internacional, bem como para os objetivos da política externa de uma determinada nação. Outro ponto a ser destacado é o fato de a diplomacia pública ser caracterizada pelo uso sábio dos mecanismos de comunicação social disponíveis. Faz-se imprescindível a utilização de tais instrumentos no sentido de instaurar um contato aparentemente despretensioso, porém muito eficiente, com o público no estrangeiro, que irá auxiliar sobremaneira na obtenção do êxito do país.

Um ponto importante da discussão sobre a diplomacia pública é a necessidade de distingui-la da diplomacia tradicional. Para Jönsson e Hall (2005), a diplomacia pública pode ser definida através de sua distinção da diplomacia tradicional. A diplomacia tradicional, na visão desses autores, está mais voltada para a gestão das relações entre os Estados e das relações entre os Estados e demais atores, e pode ser dividida em três dimensões que compreendem a “comunicação, a representação e a reprodução da sociedade internacional.” (JÖNSSON; HALL, 2005 *apud* HARTIG, 2016, p. 33). Seguindo o mesmo raciocínio, Manheim (1994) pondera que uma classificação geral das atividades diplomáticas pode incluir atividades de “governo para governo, contatos de diplomatas para diplomatas, atividades de governo para sociedade, e até interações de povos para povos”, sem o intermédio dos governos (MANHEIM, 1994, p. 8). A primeira e a segunda maneiras de contatos pertenceriam ao campo da diplomacia tradicional, enquanto que a terceira e a quarta forma estariam relacionadas à diplomacia pública.

Outro entendimento sobre a diferença entre a diplomacia tradicional e a diplomacia pública é o de que esta não compreende apenas a dimensão pública e interativa da diplomacia, mas envolve também “um grupo muito maior de pessoas em cada lado, e um conjunto mais amplo de interesses que vão além dos objetivos do atual governo” (LEONARD *et al*, 2002, p. 8-9). Em linhas gerais, a diplomacia tradicional seria conduzida pelo governo situacionista em conformidade com sua própria agenda; já a diplomacia pública é entendida como uma política de estado, que transcende governos, concatenando-se à ideia de política externa pensada por uma determinada nação ao longo do tempo, independentemente do corpo diplomático que irá executá-la.

Não menos oportuno, seria uma abordagem da diplomacia pública que levasse em consideração o público doméstico do próprio Estado. A princípio, trata-se de uma ideia que, de certa forma, contraria a própria concepção do que venha a ser a diplomacia, e de fato não

encontramos evidências de sua prática entre a maioria dos países. Contudo, conforme aponta Carneiro (2011, p. 34), “a comunicação com a sociedade nacional, não mais apenas um imperativo democrático de transparência, passou a ter valor estratégico para a política externa”.

A natureza da diplomacia pública baseia-se no diálogo de governos com os seus públicos-alvo, sejam eles outros governos, organizações ou, até mesmo, a sociedade civil, objetivando a realização dos interesses nacionais e a dilatação do seu prestígio no sistema internacional. Ainda segundo Carneiro (2001, p. 39), a “diplomacia pública contemporânea, portanto, não pode desconsiderar a audiência nacional, porque esta é parte da opinião pública global”. Toda política externa, ou seja, toda diplomacia, via de regra, traduz os interesses do Estado, sendo que, em uma democracia, em tese, o Estado é composto por um corpo político eleito pelos seus cidadãos, de forma que o interesse da política externa de um Estado coaduna-se com o interesse cuja sociedade ele representa.

Destarte, no sentido de manifestar as propensões de sua sociedade, é necessário que a política externa do Estado seja elaborada com base no interesse da população, da mesma forma como as ações do corpo diplomático, no ambiente externo, observem a participação da sociedade civil no sentido de obter legitimação, tanto nacional quanto internacional. A fim de reforçar nossa tese, Almeida (2003, p. 70) acrescenta que “ao assumir, assim, um novo tipo de relacionamento com a sociedade civil, a diplomacia pública admite o desafio de sujeitar as suas premissas a uma avaliação por parte da sociedade, donde decorre o reconhecimento de uma nova capacidade de agir”. Da mesma forma, Carneiro (2011, p. 39) corrobora o argumento afirmando que “da percepção de utilidade da política externa pela sociedade dependem os seus recursos”.

Em vista do exposto até então, podemos concluir que o expediente da diplomacia pública difere do entendimento clássico de diplomacia na medida em que se ocupa, primordialmente, em “construir e divulgar, publicamente, uma determinada imagem do país, de promover um conjunto de valores, induzir a comunidade internacional para a aceitação pacífica de uma dada intervenção, e de angariar um capital de simpatia suscetível de dar eficácia à política externa delineada” (ALMEIDA, 2003, p. 63). Para tanto, vimos também que a diplomacia pública dispõe de ferramentas particulares de penetração em outras sociedades, para além do corpo diplomático dos governos, tais como os mecanismos de comunicação em massa. Na próxima subseção, iremos delinear quem são os artífices da diplomacia pública contemporânea.

2.1.1 Os atores da diplomacia pública

No que diz respeito à autoria da diplomacia pública, uma questão central posta por muitos acadêmicos, sobretudo nos dias de hoje, é se ela continua sendo, fundamentalmente, uma incumbência dos governos ou se também inclui as ações diplomáticas de atores não estatais⁶. Ao passo em que um número cada vez mais reduzido de acepções definem a diplomacia pública, explicitamente, como uma tarefa de domínio do governo, muitos estudiosos são da opinião de que "o controle estatal sobre a diplomacia está corroendo", algo que se revela verossímil quando falamos de diplomacia pública nos dias de hoje (KELLEY, 2010, p. 288).

Tradicionalmente, a diplomacia pública sempre foi conduzida pelo Estado e seus órgãos subordinados, porém, conforme pontua Hartig (2016, p. 35), "devido ao advento da globalização, cada vez mais atores não-estatais e agentes não governamentais estão envolvidos na diplomacia pública". Estes agentes podem ser organizações não-governamentais – ONGs –, fundações culturais ou educacionais, jornalistas, partidos políticos, sociedade civil ou até mesmo associações empresariais. Riordan (2005, p. 191) acrescenta que "normalmente, os atores não-estatais possuem a vantagem de ter maior crédito perante a opinião pública, justamente por serem vistos como figuras críticas dos seus próprios governos".

Entre estes dois pólos, o não-governamental e o inerentemente governamental, é amplamente aceito hoje em dia, tanto por acadêmicos quanto por *policy makers*, que, enquanto o governo ainda permanece sendo a força motriz por trás da diplomacia pública, a responsabilidade por sua execução não pode mais recair apenas sobre ele. Na visão de Mark McDowell (2008), a tarefa da diplomacia pública precisa, de fato, ser compartilhada com outros atores, porém, é imprescindível que exista uma função central de coordenação a ser cumprida pelo Estado.

Sabemos que (a diplomacia pública) ocorre na órbita pública, mas para que seja reconhecida como diplomacia, é preciso que implique um papel para ser desempenhado pelo Estado. É preciso que haja algum tipo de participação, ou até mesmo intenção, por parte do governo – não necessariamente empreendendo toda a concepção e execução de um dado projeto, mas trabalhando com agentes da sociedade civil, seja financiando, coordenando, e/ou dirigindo. A diplomacia pública também precisa ter uma mensagem ou objetivo bem claro e definido. Na ausência destes dois elementos – um papel para o governo e uma mensagem concisa – estaremos diante de um mero ruído de comunicação internacional (MCDOWELL, 2008, p. 8).

⁶ Fitzpatrick, 2010, p. 95.

A descentralização da atividade diplomática vem dando origem a uma nova categorização da diplomacia pública. Por razões que vão desde princípios ideológicos, limitação orçamentária, ou até mesmo o descaso por uma atuação efetiva e diretamente controlada de sua política externa, muitos governos estão, cada vez mais e em maior escala, subsidiando suas ações no campo da diplomacia pública, com a justificativa de estarem operando estrategicamente em parceria com agentes da sociedade civil local. Manheim refere-se a esta nova prática afirmando que, por um lado, os governos incapazes ou não dispostos a travar a diplomacia pública em larga escala estão terceirizando essas atividades para lobistas ou empresas de relações públicas no país de destino, uma abordagem rotulada como “diplomacia pública estratégica”⁷, ou mesmo como a variante contrária de relações públicas da diplomacia pública (GILBOA, 1998, p. 59).

Como é comum com toda conceitualização, a tentativa de caracterizar a diplomacia pública vem sofrendo inúmeras alterações nos últimos anos. Os acontecimentos político-sociais no mundo forçaram a diplomacia pública a mudar de cara. Uma mudança que compreende, acima de tudo, uma reformulação em seu *modus operandi*. Mais recentemente, o fim da bipolaridade no sistema mundial, representado pela vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria, e a intensificação do processo de globalização implicaram nessa mudança.

Segundo Javier Noya (2007), a nova ordem mundial, oriunda do colapso soviético e da onda de globalização dos anos 1990, fez surgir uma nova diplomacia pública. Ele a define da seguinte forma:

A conceitualização de diplomacia pública sofreu incontáveis modificações ao longo das décadas, obrigando-se a uma reestruturação e a uma reflexão quanto a sua posição junto à “Nova Ordem Mundial” quando terminada a Guerra Fria. A revolução tecnológica, a globalização cultural, a expansão da democracia e a maior abertura dos mercados são apontadas como catalisadoras de mudanças estruturais no sistema internacional, fazendo evoluir um senso de opinião pública global. O contexto global que emerge das novas condições político-diplomáticas exigem uma reformulação dos princípios da diplomacia pública, abrindo espaço para a ascensão da nova diplomacia pública (NDP) (NOYA, 2007 *apud* SILVA, 2015, p. 17).

A nova dinâmica das relações entre os países, principalmente as que se estabeleceram após a guerra fria, e as maiores possibilidades de atuação dos agentes privados, proporcionadas pelos avanços das tecnologias de informação da atualidade, contribuem para subtrair dos governos não somente a responsabilidade, mas também o controle das ações de diplomacia pública. Essa transformação pode ser entendida como tendo sido um processo

7 MANHEIM, 1994, p. 7.

natural, em duas vias, e que acarreta em vantagens na opinião de alguns, ou desvantagens na opinião de outros, principalmente àqueles que defendem que o propósito da diplomacia pública deve permanecer sob o controle dos governos. A seguir, abordaremos, sucintamente, o papel tido pela cultura para as principais teorias de Relações Internacionais.

2.2 O PAPEL DA CULTURA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E O CONCEITO DE DIPLOMACIA CULTURAL

O objetivo desta subseção é analisar como o fator cultural é contemplado nas teorias tidas como *mainstream* na disciplina de Relações Internacionais. Não objetivaremos, contudo, traçar uma contextualização histórica, senão apenas abordar os principais postulados elaborados pelas teorias realista, liberal, marxista e construtivista acerca do elemento cultural na área dos estudos sobre política externa. A seguir, iremos analisar o conceito de diplomacia cultural, entendido como uma ramificação da diplomacia pública, a fim de investigar a atuação diplomática que se utiliza da cultura para estabelecer contatos e relações entre os atores do sistema internacional.

O marco temporal representativo do ingresso dos estudos sobre a dimensão cultural nas relações internacionais – conhecida também como “a quarta dimensão das relações internacionais” – é o final da década de 1990, em face, porventura, da intensificação do processo de globalização e da mundialização da cultura⁸. Conforme aponta Herz (1997), as análises sobre o papel da cultura nas relações internacionais, juntamente com os debates em torno das instituições internacionais e da legitimidade das teorias de caráter normativo, dominavam, à época, os estudos em RI⁹.

Contudo, é importante ressaltar os esforços empreendidos pelo cientista político francês Marcel Merle (1985) no sentido de introduzir a temática cultural nas discussões sobre o sistema político internacional. Já nos anos 1980, Merle (1985, p. 342) fizera uma proposta bastante heterodoxa, que tinha como finalidade criar um novo paradigma dentro da disciplina, assentado no fator cultural, visto por ele como “o fator determinante que poderia explicar todos os comportamentos dos atores internacionais”. Sua intenção era a de preencher uma lacuna deixada pelas três teorias consideradas dominantes na área de relações internacionais, que se ocupavam, segundo sua ótica, excessivamente em explicar o político (teoria realista), o econômico (teoria liberal) e a revolução tecnológica (teoria da interdependência).

Seja dito de passagem, para Merle (1985, p. 342), o elemento cultural figurava em

8 ORTIZ, Renato. Mundialização da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1994.

9 HERZ, Mônica (1997).

todos os paradigmas, porém, de maneira paralela ou secundária, tal como um arquétipo conceitual ou, em suas próprias palavras, como um “subproduto da atividade política e econômica dos Estados, mais dedicados à propaganda e à celebração de contratos benéficos do que à divulgação e troca de ideias”. O autor define a cultura de forma deveras abstrata, proporcionando uma aplicação atemporal e geral do conceito. Segundo ele, a cultura pode ser explicada como “um conjunto de sistema de valores e de representações que servem como referência para a identificação de grupos nacionais, subnacionais ou supranacionais” (MERLE, 1985, p. 343).

Com base nisso, partiremos agora para um breve panorama sobre a ideia de cultura sustentada pelas teorias tradicionais da disciplina de Relações Internacionais.

2.2.1 A cultura segundo os principais paradigmas das RI

A teoria realista, encabeçada por autores como Edward Hallet Carr (1892–1982), Hans Morgenthau (1904-1980) e John Herz (1908-2005), é a principal corrente de pensamento das Relações Internacionais e alicerça-se sobre três premissas essenciais. A primeira defende uma concepção anárquica do sistema internacional, no qual a guerra seria o estado natural e, na ausência de um ente superior capaz de conter o ímpeto dos atores, estes viveriam constantemente em conflito. Uma segunda proposição básica advoga que os atores internacionais protagonistas e determinantes no sistema mundial são os Estados organizados territorialmente. Para o realismo, os Estados agem no intento de defender o interesse nacional, sempre buscando aumentar sua potência. E, por fim, segundo a ótica realista, o sistema internacional não conhecerá a paz em plenitude, podendo alcançar um mínimo de ordem possível somente através do equilíbrio entre os Estados (SUPPO, 2012).

Sendo assim, o papel da cultura não poderia ser entendido fora dessa lógica litigiosa, sendo utilizada para fins de obtenção de poder e proeminência ante aos demais atores do sistema internacional. De acordo com o clássico autor realista Hans J. Morgenthau (1992), o papel da cultura possui uma função hegemônica. Ele as enumera na forma de três tipos de imperialismos: “o imperialismo militar procura a conquista militar; o imperialismo econômico, a exploração econômica de outras nações; e o imperialismo cultural, a substituição de uma cultura por outra” (MORGENTHAU, 1992, p. 83-84).

Para Morgenthau (1992, p. 84), entre os três métodos, o mais bem-sucedido seria o imperialismo cultural, já que este, segundo ele mesmo pontua, busca o “controle das mentes dos homens como ferramenta para a modificação das relações de poder entre as nações”. Em

sua obra, o autor faz a escolha pelo termo cultura ao invés de ideologia, já que o primeiro é mais abrangente e compreende influências intelectuais que atuam no sentido de propiciar uma posterior conquista militar e intervenção econômica (MORGENTHAU, 1992).

No Quadro 1, encontra-se um resumo sobre o papel da cultura na abordagem realista, cuja natureza e definição sujeitam-se ao interesse circunstancial dos atores, podendo fazer as vezes de instrumento de luta pelo poder, unidade do poder nacional e elemento restrigente ou causador da guerra:

Quadro 1: O papel da cultura na abordagem realista

Cultura como:	Conceitos
Instrumento de luta pelo poder	Imperialismo cultural
	Política de prestígio
	Ideologia
Elemento do poder nacional	Caráter nacional (elemento imaterial)
	Identidade cultural
“Limitador” do poder nacional	Moral internacional + Opinião pública + Direito internacional
	Comunidade mundial/paz (Unesco)
Causa da Guerra	Messianismo

Fonte: SUPPO, 2012.

Em suma, a perspectiva dos realistas clássicos defende que os Estados, atores singulares e protagonistas no sistema internacional, têm o mesmo comportamento, que visa a busca permanente pela maximização de seu poder. Nesse ponto, a cultura não possui nenhum tipo de condicionamento relevante. No entanto, como vimos nas palavras de Morgenthau, o fator cultural não é totalmente desconsiderado, sendo, na verdade, um importante recurso de poder que possibilita não apenas que um Estado possa influenciar os meios, a forma e a intensidade de seu exercício de poder sobre os outros atores. Quando transformada em ideologia messiânica, inclusive, a cultura pode tornar-se, conforme exposto no quadro acima, o motivo principal de uma guerra entre os Estados.

Em relação às análises culturais sobre as relações internacionais, a teoria liberal é caracterizada pelo empirismo e pautada sobre a ideia de cooperação e da resolução pacífica de conflitos. Para os liberais, a paz é um objetivo possível de ser alcançado tão somente sejam

observadas as seguintes condições: o livre-comércio entre as nações, um sistema de governo baseado no direito internacional (segurança coletiva), o esclarecimento das elites e a existência de uma opinião pública educada. É muito comum aos autores liberais considerarem a guerra como algo fútil e irracional¹⁰.

Para os liberais, a cultura é entendida com base na percepção que a define como o conjunto de símbolos e elementos intangíveis que caracterizam uma determinada sociedade, e constitui-se como fator altamente primordial no sentido de que, em sua visão, os problemas do mundo ocorrem quando as mentalidades dos dirigentes dos Estados não evoluem por falta de instituições sólidas e pela pressão dos militares e líderes aristocráticos. Dessa forma, para os liberais, os meios para coibir a eclosão de guerras seriam a educação do povo e a as relações comerciais entre os países (SUPPO, 2012).

A chamada escola inglesa, classificada por muitos autores como sendo mais uma abordagem liberal das relações internacionais, atribui grande valor aos fatores culturais nas suas reflexões sobre os acontecimentos na esfera geopolítica. O principal nome desta corrente de pensamento é o do australiano Hedley Bull (1932-1985), que defende que as sociedades internacionais (entendidas como sociedades de Estados) basearam-se em “uma mesma cultura ou civilização, ou pelo menos alguns elementos de tal civilização, a saber, o idioma, a epistemologia e a visão do universo, a religião, o código estético, tradição artística” (BULL, 2002, p. 22). Para o autor, essa cultura comum facilita a comunicação entre os Estados e reforça seus interesses em comum, impelindo-os a “aceitar a comunidade de ideias, instituições e valores” (BULL, 2002, p. 22).

Sendo assim, a cultura, da mesma forma que fora para os realistas, também é tida como um instrumento de poder pelos liberais, com a diferença de que, em termos culturais, a teoria liberal objetiva criar, através da atração, uma cultura unificada, homogênea e cosmopolita, enfatizando elementos jurídicos, políticos e econômicos baseados no regime de direitos humanos, na ordem democrática e no sistema capitalista de matriz liberal. Será a partir desta acepção, inclusive, que Joseph Nye Jr. irá desenvolver o conceito de *soft power*, cuja análise será aprofundada na próxima seção.

As análises marxistas, no campo das Relações Internacionais, são inspiradas, em sua grande maioria, por dois enfoques primordiais. A teoria crítica, proposta por Robert Cox (1994), e a teoria do sistema mundo, concebida pelo sociólogo norte-americano Immanuel Wallerstein (2001). Esta última centra sua análise em uma versão maximizada do conceito de

10 Ver Norman Angell (1919), em *A grande ilusão*.

luta de classes¹¹, de Karl Marx, transpondo a dicotomia social para o âmbito geopolítico na forma da lógica centro-periferia, utilizando para tanto o conceito de imperialismo cultural de forma similar aos realistas, dando à cultura um status de instrumento de poder.

No sistema mundo sugerido por Wallerstein, o fator cultural mostra-se sob três dimensões: na forma de imperialismo cultural, ou seja, uma imposição da modernidade/ocidentalização (WALLERSTEIN, 2001, p. 71-72); como nacionalismo cultural, fortalecendo as estruturas dos Estados, “e com elas o sistema interestatal e o capitalismo histórico como sistema mundial” que “frequentemente sustentou a ideologia universalista do mundo moderno” (WALLERSTEIN, 2001, p. 77-78); e, também, na forma de movimentos anti-sistêmicos, que questionam as premissas da ideologia universalista da cultura dominante.

Segundo Wallerstein, para aquelas culturas que se sentem excluídas dos privilégios, há a possibilidade de destituir o *status quo* e transformar o sistema dominante através de reformas, ou até mesmo revoluções (SUPPO, 2012). Depreende-se que, ligeiramente diferente do realismo, para os marxistas adeptos da teoria do sistema mundo, a cultura poderia vir a tornar-se o motivo principal de uma guerra por conta não de um messianismo apenas em forma de ideia, mas também em forma de classes.

Para a teoria crítica de Robert Cox (1994), o sistema internacional não é considerado como um dado objetivo externo, senão enquanto uma construção histórica. Dessa forma, o desenvolvimento dos mecanismos de comunicação, durante o processo de globalização, foi responsável pela homogeneização cultural do mundo que, por sua vez, molda a forma de pensar dos indivíduos, bem como as práticas das elites políticas e empresariais dos países. Nesse sentido, para Cox, o papel da cultura é o de providenciar uma espécie de nexo e identidade dentro do bloco histórico e cuidar da manutenção da hegemonia – tida para ele como normas, instituições e mecanismos universais de regras – para que esta funcione no intuito de uniformizar o comportamento dos Estados e da sociedade civil (SUPPO, 2012).

O construtivismo, corrente que reúne autores como Alexander Wendt e Nicholas Onuf, surgiu por volta de 1989 e apresenta uma abordagem singular por focar em temas tidos como secundários pelas outras teorias de Relações Internacionais, a exemplo da identidade e da própria cultura. Por seu caráter um tanto quanto alternativo, a corrente construtivista pode ser entendida como uma abordagem cultural por natureza, por considerar, refutando a tese positivista de enaltecimento do mundo material, que as relações internacionais são fatos

11 Desenvolvido pelo filósofo alemão, o conceito de luta de classes originalmente refere-se à oposição entre as diferentes classes da sociedade. A luta de classes não seria apenas um conflito, envolve a economia, a política e a sociedade como um todo. Ver “O Manifesto Comunista” (1848).

culturais, ou seja, as práticas, os discursos e os valores são uma construção social, produto da relação entre os agentes entre si, e entre os agentes e as estruturas (SUPPO, 2012).

O lugar da dimensão cultural dentro da teoria construtivista é compreendido na análise antropomórfica do Estado; ou seja, por possuir, segundo os construtivistas, características e comportamentos típicos da condição humana, o Estado é dotado de uma cultura inconstante e instável, que evolui em função do contexto histórico e da intersubjetividade. Contudo, em que pese o caráter volúvel de sua cultura, ela só poderá possuir três tipos de atributos, a saber, basear-se na desconfiança do outro – seguindo a premissa hobbesiana; basear-se na rivalidade com o outro – de acordo com os pressupostos lockeanos; ou, por fim, basear-se na colaboração e na amizade – segundo a perspectiva kantiana (SUPPO, 2012).

É importante salientar que, em virtude de novos desenvolvimentos teóricos que surgem a todo instante, e por conta também do refinamento das teorias tradicionais, novas abordagens somam-se ao campo das Relações Internacionais, de modo que o fator cultural hoje, de fato, conforme preconizou Merle, não pode ser descartado e faz-se imprescindível para uma boa perícia explicativa acerca dos acontecimentos no cenário internacional.

Após uma concisa abordagem acerca do papel da cultura dentro dos principais paradigmas das RI, iremos discorrer sobre o próprio conceito de diplomacia cultural que, conforme dito anteriormente, é entendido como uma ramificação da diplomacia pública. Nosso objetivo, nessa parte do texto, é o de ressaltar as principais características da atividade diplomática cultural e seus artífices, através da contribuição de autores tradicionalmente ligados à área, bem como de publicações recentes, que irão elucidar também o desenvolvimento do conceito dentro do campo de estudos das Relações Internacionais.

Não discutiremos, de forma aprofundada, a aplicação da diplomacia cultural na política externa brasileira neste momento, por acreditarmos ser mais oportuno dar ênfase a esse assunto na quarta seção de nossa dissertação, que fará um apanhado geral sobre as formas como o Brasil já se promoveu culturalmente no cenário mundial.

2.2.2 A Diplomacia Cultural

O Comitê Consultivo para Diplomacia Cultural americano, em um relatório do ano de 2005, em nome do Departamento de Estado dos Estados Unidos¹², expõe a seguinte assertiva:

12 United States Advisory Committee on Cultural Diplomacy. Cultural Diplomacy. The Linchpin of Public Diplomacy. Report of the Advisory Committee on Cultural Diplomacy.

[...] o papel da diplomacia cultural é plantar sementes – ideias e ideais; estratégias e dispositivos estéticos; argumentos filosóficos e políticos; percepções espirituais; maneiras de se olhar para o mundo – que podem florescer em terreno estrangeiro. A diplomacia cultural revela a alma de uma nação [...] ¹³.

O *status* da cultura, no mundo atual, vem sofrendo uma mudança significativa e tal transformação provoca uma ressignificação de perspectivas e implica em novos desafios para a dimensão cultural das relações internacionais. A diplomacia cultural é entendida como uma espécie de sub categoria da diplomacia pública, haja vista que o espectro de atividades de diplomacia pública nutre-se do apoio direto de políticas específicas às suas atividades através de uma diplomacia cultural, e é em atividades culturais que uma ideia de nação é melhor representada. De acordo com Mark (2009),

A diplomacia pública incorpora um amplo conjunto de atividades, incluindo atividades culturais, que são primordialmente encabeçadas pelos governos, mas também pela mídia e pelas relações públicas de uma forma geral, destinadas a um público estrangeiro, a fim de explicar uma ação em curso ou apresentar uma proposta de política externa (MARK, 2009 *apud* HARTIG, 2016, p. 41).

Edgar Telles Ribeiro (1989) compartilha da ideia inserida na definição dada por Mark e acrescenta que a diplomacia cultural abarca um conjunto gigantesco de ações e de processos de promoção da imagem de um país no exterior, que não têm a ver somente com a difusão das obras de “alta” cultura ou de artistas renomados. Para o autor, muito embora o imaginário geral ainda tenda a associar diplomacia cultural com manifestações artísticas, ele lembra que a mesma não se reduz unicamente a isso. É possível expandir o escopo de ações e pensar, também, em projetos de cooperação técnica e intelectual, intercâmbio de pessoas e integração de agendas.

Outra questão central para a diplomacia cultural, e tema caro à nossa pesquisa, é o ensino de línguas, que, por se tratar de um veículo para a transmissão de outros valores culturais de um povo, também compõe o corpo da diplomacia cultural. É importante destacar que os aspectos de atividade diplomática mencionados variam de acordo com o país. Uma nação irá apostar em um determinado fator cultural de acordo com suas disponibilidades bem como seus objetivos de política externa, priorizando o uso daquele instrumento que ao mesmo tempo lhe confere destaque e o auxilia na sua inserção internacional.

Ainda, para Ribeiro (1989), é importante que se conceitue a diplomacia cultural

13 No original: [...] *the role of cultural diplomacy is to plant seeds — ideas and ideals; aesthetic strategies and devices; philosophical and political arguments; spiritual perceptions; ways of looking at the world — which may flourish in foreign soils. Cultural diplomacy reveals the soul of a nation [...]*.

recorrendo-se à comparação com termos que frequentemente se emaranham e que acabam obstruindo a discussão internacional sobre o tema. O autor chama a atenção para a distinção entre a diplomacia cultural e as relações internacionais culturais. Para ele, diferentemente da diplomacia cultural, as relações culturais internacionais dedicam-se, *a priori*, à promoção do entendimento entre os povos e à aproximação das suas instituições, em uma dinâmica bilateral, projetando um relacionamento longínquo entre eles. Sendo assim, as relações culturais internacionais teriam como meta fundamental o fomento do diálogo entre as nações, proporcionando, dessa forma, o confronto de seus símbolos, ideias e valores, criando laços duradouros de cordialidade.

Por sua vez, a diplomacia cultural estaria embasada em uma perspectiva muito mais pragmática e efêmera, com objetivos claramente definidos a se cumprirem em um espaço de tempo mais curto. Para Ribeiro (1989, p. 33), a diplomacia cultural pode ser encarada como um mecanismo da diplomacia em geral, a ser explorado com o intuito de atingir benefícios e avançar a agenda doméstica junto à comunidade internacional. Segundo as palavras do autor, a diplomacia cultural “seria a utilização específica da relação cultural para a consecução de objetivos nacionais de natureza não somente cultural, mas também política, comercial ou econômica”. Da mesma forma, Bijos e Arruda (2010, p. 43-44) apontam que

O uso da diplomacia cultural como instrumento de política externa colabora para o reconhecimento dos Estados por meio do estabelecimento do intercâmbio cultural entre os países, de forma a aproximar esses atores e, a partir daí, lograr vantagens em acordos comerciais, de cooperação ou políticos.

A ideia, portanto, é a de que a diplomacia cultural serve como uma espécie de cartão de visitas do país em questão, atraindo sua atenção junto à comunidade internacional de modo que, em médio prazo, acordos de outras categorias, sobretudo política e pecuniária, possam ser selados.

Atualmente, a cultura de massa passou a ser o principal elemento da diplomacia cultural, em detrimento da “alta” cultura, proporcionando o alcance de um contingente bem mais numeroso e diverso. Ilie Arnoud da Silva (2015), em seu texto monográfico sobre a promoção da língua como instrumento de *soft power*, discorre a respeito do assunto da seguinte forma:

A diplomacia cultural atua em estreita cooperação com diplomacia educacional, fundamentada em uma série de atividades de cooperação e promoção educacional entre dois países. As ações envolvem desde programas de intercâmbio, a organização de seminários, conferências e exposições, a abertura e manutenção de bibliotecas, a publicação e disseminação de jornais, revistas e periódicos, a

celebração de festivais até programas de ensino da língua (SILVA, 2015, p.19).

Conclui-se que a diplomacia cultural deva ser entendida como uma área de atuação pertencente ao campo da diplomacia pública, na medida em que esta última desenvolve atividades mais amplas, típicas das relações públicas e da atuação midiática governamental que visa atingir públicos estrangeiros. Certos fatores da diplomacia pública não envolvem a cultura de determinado país e, por isso, não se encaixam na conceitualização de diplomacia cultural, a exemplo dos boletins informativos, destinados a públicos estrangeiros para explicar a motivação de dada política externa.

No século XXI, a maneira como as nações, os povos e os demais agentes das relações exteriores interagem ao redor do mundo está mudando e o sucesso de uma nação não é medido apenas pela força de seus exércitos ou o poder de sua economia. Há em curso no mundo uma disputa por outras formas de penetração e de influência, e o poder cultural, manifesto através de valores, instituições, intercâmbio científico e eventos esportivos, é artifício fundamental para fins de inserção global e de ganhos absolutos de um país. A crescente busca em otimizar os potenciais de poder brando é a tendência promissora das relações internacionais no contexto de globalização.

Essa nova realidade apresenta-se como um enorme desafio para as premissas tradicionais, que sugeriam um papel único dos Estados na execução da política externa. Muito embora seja ainda notória a atuação majoritária dos Estados, no campo da diplomacia cultural, é importante reconhecer que outros agentes são igualmente essenciais para a disseminação dos valores e da imagem de uma nação no sistema internacional. A cultura possui essa característica de emanar do seio da sociedade civil, ao passo que também desenvolve seus elementos, fundamentalmente, além do controle dos governos.

Dessa forma, é interesse dos produtores de conhecimento debruçar-se sobre a investigação do papel dos demais atores das relações internacionais na condução da diplomacia cultural. Intencionamos cumprir este objetivo nas próximas páginas, e com maior aprofundamento nas subseções subsequentes, nas quais analisaremos o papel das instituições e dos agentes da sociedade civil na promoção de seu idioma. Por ora, iremos analisar a relação entre língua, cultura e identidade, a fim de, a partir da próxima seção, investigar o ensino de língua estrangeira como instrumento de diplomacia cultural.

2.2.3 A relação entre Língua, Cultura e Identidade

Ensejamos nesta subseção fazer um breve resgate dos principais postulados que relacionam língua, cultura e identidade. Para tanto, servir-nos-á de contribuição as assunções de pensadores da área dos estudos linguísticos e culturais. Prova de que a disciplina de Relações Internacionais, e a própria prática da diplomacia, são capazes de agregar diferentes campos das ciências sociais, já que as relações internacionais, em nosso entendimento, nada mais são senão uma manifestação sócio-cultural por contemplarem interesses variados da vida humana como economia, política, meio- ambiente, etc.

Ao discorrer sobre os modos de ação da cultura, Edleise Mendes (2004, p. 52) pontua que

Os modos de ação da cultura são marcados, por um lado, pelos princípios que a fundamentam, enquanto dimensão da vida humana: o seu dinamismo e capacidade auto-estruturante, que a faz renovar-se e transformar-se no tempo e no espaço; a sua heterogeneidade e complexidade, pois engloba um intrincado feixe de significados que representam as ações, produtos e ideias de um grupo social; e o seu caráter histórico, que a inscreve em determinado espaço e momento de vida específicos.

Segundo Paraquett (2000, p. 118), cultura é “o conjunto de tradições, de estilo de vida, de formas de pensar, sentir e atuar de um povo”. A partir dessas duas definições, podemos presumir que estilos de vida, formas de pensar, sentir e atuar necessitam de um veículo de transmissão, sendo a língua reconhecidamente esse veículo. Dessa forma, conclui-se que a língua é o difusor de uma dada cultura, sendo assim, um de seus modos de ação, visto que se trata de um dos aspectos culturais da sociedade. Portanto, a língua não está dissociada da cultura, ou seja, uma não existe sem a outra.

Depreende-se, portanto, que há uma associação intrínseca entre linguagem e elementos culturais, haja vista que o meio mais utilizado pelo ser humano para manifestar seus valores, suas crenças e sua visão de mundo – entendidos como cultura – é a fala. Tal relação é notoriamente considerada por aqueles que apostam na disseminação da cultura através do ensino de línguas estrangeiras. Ao relacionarem língua e cultura, Porter e Samovar (1993, p. 16) afirmam que:

Uma língua é um sistema de símbolos aprendido, organizado e geralmente aceito pelos membros de uma comunidade. É usado para representar a experiência humana dentro de uma comunidade geográfica ou cultural. Objetos, eventos, experiências e sentimentos têm um nome específico unicamente porque uma comunidade de pessoas decidiu que eles assim se chamariam. Por ser um sistema inexato de representação simbólica da realidade, o significado das palavras está sujeito a uma variada gama de interpretações.

A fim de melhor compreendermos como algo que hoje nos parece tão patente alcançou tal *status*, julgamos pertinente traçar um breve panorama dos estudos de antropologia, mais especificamente da antropologia cultural, para retratarmos a questão da cultura traduzida pela língua. Nesse sentido, o aporte teórico do antropólogo teuto-americano Franz Uri Boas, um dos pioneiros da antropologia moderna, e que é considerado por muitos o pai da antropologia americana, é de fundamental importância.

De acordo com Duranti (1997), Franz Boas foi o antropólogo que mais enfatizou uma ideia holística da antropologia, conseguindo abranger em seus estudos outros campos do conhecimento, a exemplo da linguística. O que mais se destaca entre as contribuições de Boas para a antropologia cultural, que serviu posteriormente para o desenvolvimento da antropologia linguística, foi o realce dado pelo autor à relação entre cultura e linguagem.

Para Franz Boas, não era possível a compreensão de uma cultura em particular sem o conhecimento da sua língua, tese esta que, para ele, deveria balizar qualquer estudo, tanto teórico quanto prático. Duranti (1997) afirma que a concepção tida por Boas da linguagem como condição necessária para a compreensão do pensamento e da cultura humana tornou-se a principal tese da escola que se desenvolveu na primeira metade do século XX: a Antropologia Cultural Americana.

Para Claude Lévi-Strauss (1908–2009), um dos estudiosos mais importantes da antropologia, tendo sido também fortemente influenciado pela antropologia cultural americana, a cultura pode ser entendida por um conjunto de sistemas simbólicos. Nesse sistema, a linguagem estaria no primeiro plano, assim como as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião (LEVI-STRAUSS, 1967).

O autor considerava a relação linguagem e cultura como algo bastante complexo, de forma que sua definição era uma tarefa árdua. Nas palavras do antropólogo,

Pode-se, inicialmente, tratar a linguagem como um produto da cultura: uma língua, em uso numa sociedade, reflete a cultura geral da população. Mas num outro sentido, a linguagem é uma parte da cultura; constitui um de seus elementos, dentre outros. [...] Mas não é tudo; pode-se também tratar a linguagem como condição da cultura, e por duplo motivo: diacrônico, visto que é sobretudo através da linguagem que o indivíduo adquire a cultura de seu grupo [...] Situando-se de um ponto de vista mais teórico, a linguagem aparece também como condição da cultura, na medida em que esta última possui uma arquitetura similar a da linguagem. Ambas se edificam por meio de oposições e correlações, isto é, de relações lógicas (LÉVI-STRAUSS, 1967, p. 86).

Da mesma forma, Edward Sapir (1884-1939), outro pensador que contribuiu para a construção do conjunto de ideias sobre a relação entre cultura e linguagem, considerava a

linguagem um pré-requisito para o desenvolvimento da cultura. Notabilizou-se como linguista e antropólogo, e foi um dos principais representantes da área de estudo conhecida como antropologia linguística, destacando-se também como grande defensor da ideia de que o modo como nós pensamos e organizamos o mundo em nossa volta é influenciado pela linguagem que utilizamos. De acordo com Mendes (2004, p. 60),

Para Sapir, a cultura é um sistema de comunicação, cujas significações são utilizadas por seus membros nas interações individuais. Essa visão interacionista da cultura é a base da sua teoria sobre a relação língua/cultura, a qual foi depois retomada nos estudos desenvolvidos pelos chamados interacionistas, que sistematizaram as idéias de Sapir, e também pela corrente que se desenvolveu nos Estados Unidos, na década de 50, chamada antropologia da comunicação.

Outro tema naturalmente evocado quando discorremos a respeito do elo existente entre cultura e língua é a questão da *identidade*. Para Warnier (2000, p.16), "[...] língua e cultura estão no coração dos fenômenos de identidade". Também na opinião de Kuper (2002, p. 24), "[...] há uma semelhança familiar entre os conceitos [...]. Em seu sentido mais amplo, cultura é simplesmente uma forma de falar sobre identidades coletivas". Sendo assim, da mesma forma que a língua está vinculada à cultura no sentido de que aquela configura-se como modo de ação desta, a identidade de um indivíduo, grupo ou povo é marcada pelos seus traços linguísticos e culturais.

A propósito, o conceito de identidade vem apresentando-se como um tópico cada vez mais discutido dentro do universo das Relações Internacionais, sendo a sua investigação e estudo fundamentais para compreender questões atuais, tais como autodeterminação dos povos, terrorismo, formação e dissolução de blocos regionais, globalismo etc. Juntamente com o conceito de cultura, o termo identidade figura nos discursos de diferentes áreas e nas mais diferentes esferas da organização social. Falar sobre processos identitários já não é algo caro somente aos estudos culturais acadêmicos, tendo o assunto ganhado também importância política. Conforme afirma Mendes (2004, p.75),

Discutir 'identidade' e também, de certa forma, a sua contraparte, a 'diferença', tem sido uma tentativa de reposicionar o homem, trazê-lo de volta à sua casa ou devolver-lhe o lugar que lhe foi tirado, ou, pelo menos, redimensionado pelas desestabilizações empreendidas no mundo, nas relações sociais e em diferentes instâncias da vida contemporânea.

Identidade e cultura são dimensões muito próximas, e delineiam-se por meio de movimentos simbólicos complexos, que se fundeiam nas práticas desenvolvidas pela interação entre os indivíduos. A identidade cultural de um indivíduo, revelado o seu caráter de

complexidade e sugestionável à influência de vários fatores, está sempre vinculada às culturas nacionais e a uma identidade nacional (MENDES, 2004). Por outro lado, a identidade não é determinada pelos nossos genes, muito embora façamos uso dela como se fosse parte indissociável da nossa natureza, a ponto de nos definir enquanto indivíduos. Contudo, a ideia de uma cultura nacional e de uma identidade cultural, por conseguinte, são construções simbólicas, formadas e transformadas no interior das relações sociais (HALL, 2001).

Portanto, o entendimento ao qual podemos chegar até aqui é o de que a cultura constitui-se como o conjunto de padrões de comportamento, crenças, conhecimentos, costumes etc., que distinguem um grupo social, sendo a sua relação com a língua revelada pela necessidade de haver um modo de ação que manifeste tais padrões. Logo, esses padrões definidores da cultura, veiculados pelo mecanismo da língua, formam a identidade dos falantes e praticantes de uma dada cultura. Desse modo, a tríade cultura-língua-identidade, por assim dizer, seria a equação elementar para a caracterização de uma nação.

Para Mendes (2004), as culturas nacionais não são compostas apenas de instituições, possuindo também símbolos e representações, a exemplo da língua e da cultura que, por sua vez, relacionam o indivíduo a uma identidade cultural ou nacional, fazendo-o sentir-se pertencente a um grupo, sociedade ou classe, ou algo maior, ao qual devota o seu sentimento e lealdade. A fim de consolidar o entendimento, a autora prossegue com a seguinte alegoria:

Nós nos sentimos brasileiros, não porque nascemos neste espaço territorial ou temos pais brasileiros ou possuímos documentos que nos dão livre acesso ao nosso espaço físico e aos serviços oferecidos pelo governo do nosso país, mas porque temos em mente a ideia de algo maior, que abrange todas as nossas representações simbólicas do que é "nosso" em oposição ao que é dos "outros", engloba todas as pessoas que, assim como nós, se identificam como 'brasileiros'; entidade que, como se tivesse mãos enormes, nos protege e aconchega e da qual nos sentimos parte e à qual temos total lealdade. Essa representação que temos da nossa cultura nacional ou identidade cultural é sempre vista como algo uno, coeso e indestrutível – pelo menos é esse sentimento de unidade que nos faz enxergá-la assim (MENDES, 2004, p.80).

Nesse sentido, podemos concluir que a ideia de nação não se restringe apenas a um ente político situado geograficamente em algum lugar do mundo e dotado de um sistema que regula o convívio dentro de seus domínios, como entendemos ser o Estado. Para compreender melhor o que seja uma nação, ou uma identidade nacional, e elaborar estratégias que aumentem o poder de atração de um determinado país, é necessário também levar em consideração os elementos culturais que vinculem o sujeito àquela entidade, sendo a língua notadamente um destes elementos.

A fim de compreender o indivíduo como agente ativo dentro do processo identitário

que o envolve, é necessário observar sua relação com a língua, mais especificamente com os modos através dos quais o sujeito faz uso do idioma para definir-se, conforme salienta Kanavillil Rajagopalan (1998, p.41-42),

A identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela. Isso significa que o indivíduo não tem uma identidade fixa anterior e fora da língua. Além disso, a construção da identidade de um indivíduo na língua e através dela depende do fato de a própria língua em si ser uma atividade em evolução e vice-versa. Em outras palavras, as identidades da língua e do indivíduo têm implicações mútuas. Isso por sua vez significa que as identidades em questão estão sempre num estado de fluxo.

Ao vincularmos o tema da identidade ao nosso objeto de estudo, notamos que toda essa discussão é importante no sentido de constatar a magnitude do poder brando utilizado na difusão de um idioma. A atração exercida através da língua e da cultura de um país é capaz até de forjar novas identidades, cooptar sentimentos de patriotismo e nacionalismo de indivíduos nativos de países alheios. Para Christine Revuz (1998), por exemplo, uma característica marcante do aprendizado de uma língua estrangeira é que o seu processo é construído e motivado através do desejo de tornar-se um outro ser, assumir uma nova identidade, pertencer a um novo grupo:

[...] aprender uma língua é sempre um pouco tornar-se outro. [...] Quanto melhor se fala uma língua, mais se desenvolve o sentimento de pertencer à cultura, à comunidade de acolhida, e mais se experimenta um sentimento de deslocamento com relação à comunidade de origem (REVUZ, 1998, p. 227).

As relações entre língua, cultura e identidade, conforme viemos discutindo até aqui, são de fundamental importância para o desenvolvimento do nosso estudo. Diante do que foi acima exposto, podemos concluir que não há manifestação da fala sem a transmissão de toda uma bagagem cultural pertencente ao seu emissor, de modo que o ensino de línguas estrangeiras, adotado como estratégia de política externa, é mecanismo elementar para a difusão de valores de um país via *soft power*, contribuindo, na ordem mundial hodierna, para a inserção global e consolidação das relações internacionais de um país.

Propomos, nesta seção de nosso trabalho dissertativo, apresentar ao leitor um arcabouço teórico que respalde a discussão acerca do ensino de línguas estrangeiras como instrumento de diplomacia e estratégia de política externa. Buscamos, ao longo da nossa argumentação, salientar os principais postulados da disciplina de Relações Internacionais, recorrendo também à utilização de conceitos de outras áreas do conhecimento, com o intuito de enriquecer o debate e melhor fundamentar nossa hipótese.

Todo o esforço empregado no sentido de resgatar uma contextualização histórica da diplomacia pública, suas diferentes facetas e sua relação com a diplomacia cultural objetivou a ambientação de um possível leitor neófito nas discussões deste tema dentro das ciências políticas. Com a esperança de termos cumprido satisfatoriamente essa primeira parte da tarefa, partiremos, nas seções subsequentes, para o aprofundamento do assunto, conferindo nuances mais empíricas ao nosso trabalho.

3 O SOFT POWER E O PAPEL ESTRATÉGICO DO ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS PARA A DIPLOMACIA CULTURAL

3.1 O CONCEITO DE *SOFT POWER*

A despeito das profundas transformações e desafios importantes trazidos pela globalização, o sistema internacional ainda constitui-se de Estados soberanos exercendo poder para alcançar seus objetivos e proteger seus interesses. No contexto da política mundial, o poder é geralmente definido como a habilidade de controlar ou influenciar outros e obter resultados a partir disso. Em linhas gerais, é possível enumerar três maneiras pelas quais os Estados agem nesse intuito: a coerção (o uso da força e de sanções), a persuasão (o uso de pagamentos e recompensas materiais) e a atração (NYE, 2004).

O termo *soft power* foi cunhado pelo cientista político e ex-secretário de defesa do governo dos Estados Unidos, Joseph Nye Jr., para descrever a habilidade de obter-se resultados desejados sem a utilização da força militar, de ameaças ou pagamentos, mas, sim, pela atração. Ele explica o conceito da seguinte forma:

[...] um país pode atingir os seus resultados na política mundial porque outros países querem imitá-lo ou concordaram em habitar num sistema que produza tais efeitos. Neste sentido, em situações particulares, definir a agenda e atrair outros atores na política mundial é tão importante quanto forçar os outros a mudar de posicionamento. Este aspecto do poder – ou seja, conseguir que os outros queiram aquilo que você quer – poderia ser chamado de poder de atração ou *soft power* (NYE, 2005, p. 61)¹⁴.

Segundo Nye (2004, p. 5), o *soft power* contrasta com as duas outras formas de poder, também conhecidas como *hard power*, no sentido de que outros atores fazem aquilo que o Estado detentor do poder brando deseja que eles façam, porque eles percebem que os objetivos do Estado atraente são legítimos, e não porque eles sejam forçados ou recompensados por agirem de uma determinada maneira. O *soft power* de um certo ator deriva de fontes intangíveis de poder, tais como cultura, valores e princípios internos, ou normas e instituições de política externa. Quando tais elementos se mostram atraentes para outros atores, um Estado pode atingir seus objetivos sem recorrer aos custos associados à coerção ou à persuasão.

No quadro a seguir, Nye (2004) categoriza os tipos de poder e os caracteriza no que

14 [...] a country may achieve its preferred outcomes in world politics because other countries want to emulate it or have agreed to a system that produces such effects. In this sense, it is just as important to set the agenda and attract others in world politics as it is to force others to change in particular situations. This aspect of power – that is, getting others to want what you want – might be called attractive or *soft power* behavior (NYE, 2005, p. 61).

tange às suas respectivas formas e maneiras de implementação:

Quadro 2: Categorização dos tipos de poder segundo Nye (2004)

	Comportamento	Moedas Primárias	Políticas Governamentais
Poder Militar	Coerção Dissuasão Proteção	Ameaças Força	Diplomacia coercitiva Guerra Aliança
Poder Econômico	Incitamento Coerção	Pagamentos Sanções	Socorro Propina Sanções
<i>Soft Power</i>	Agenda pautada pela atração	Valores Cultura Políticas Instituições	Diplomacia Pública Diplomacia bilateral e multilateral

Fonte: NYE, 2004.

Ao analisarmos o Quadro 2, constatamos que o poderio militar e econômico caracterizam-se como elementos do *hard power*; ao ensejarem métodos mais assertivos como, respectivamente, a aplicação da força e o uso de embargos ou sanções. Chama a atenção o fato de o *soft power* pressupor, de certa forma, a existência de uma realidade na qual a ordem vigente no sistema internacional seja aquela preconizada pelos liberais/idealistas, onde a cooperação pacífica por meio da diplomacia suplanta o preceito realista de constante busca pela sobrevivência que pode levar a guerra.

Uma outra característica fundamental do *soft power* é o seu caráter horizontal e supraestatal. Nye (2004) ressalta que, diferente do poder duro (*hard power*), o poder brando (*soft power*) não pertence inteira, tampouco majoritariamente, aos governos. Baseando-se no exemplo dos Estados Unidos, o autor pontua que:

[...] muitos recursos de soft power estão separados do governo americano e são apenas parcialmente sensíveis às suas finalidades. Na guerra do Vietnã, por exemplo, a cultura popular americana muitas vezes trabalhou com objetivos para a política oficial do governo. Hoje, os filmes de Hollywood, que mostram mulheres escassamente vestidas e com atitudes libertinas, ou grupos cristãos fundamentalistas que condenam o Islã, estão ambos (corretamente) fora do controle do governo em uma sociedade liberal [...] (NYE, 2004, p. 15)¹⁵.

15 [...] many soft power resources are separate from the American government and are only partly responsive to its purposes. In the Vietnam era, for example, American popular culture often worked at cross-purposes to official government policy. Today, Hollywood movies that show scantily women with libertine attitudes or fundamentalist Christian groups that castigate Islam as an evil religion are both (properly) outside the control of

Os estudiosos do conceito de *soft power* são contundentes em afirmar que, em uma sociedade liberal, os governos, por uma questão de princípios e valores republicano e democrático, não podem e não devem estar no comando da cultura de seus países. Nye acredita que o papel dos governos deve ser o de exercer um peso meramente moderador, já que os diversos agentes da sociedade (empresas, universidades, fundações, igrejas etc.) são capazes de desenvolver o seu próprio *soft power*, independente do incentivo ou do financiamento estatal. Para o autor, os Estados devem atuar apenas de maneira a evitar que o *soft power* que emana da sociedade civil não venha a ser antitético às pretensões do governo, sobretudo no ambiente externo.

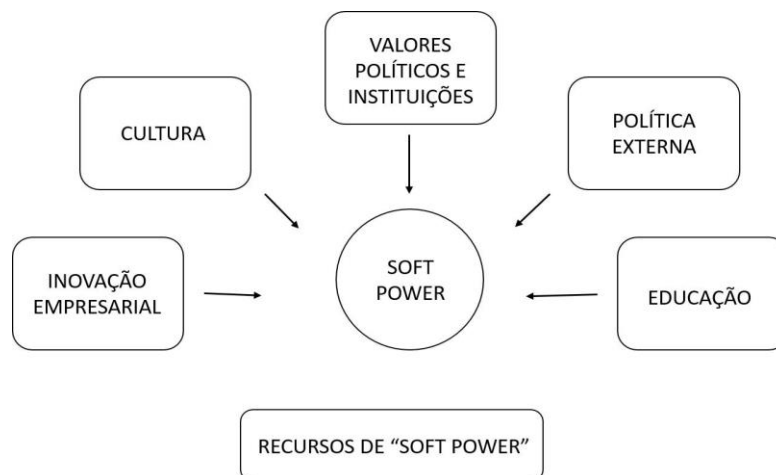
Essa é mais uma razão para que os governos se certifiquem de que suas próprias ações e políticas reforçam em vez de minar seu poder brando (*soft power*). E isto é particularmente verídico uma vez que as fontes privadas de poder brando tendem a se tornar cada vez mais importantes na era da informação global (NYE, 2004, p. 17)¹⁶.

Conforme preconiza Nye, o *soft power* de um país provém de três fontes básicas, sendo elas a cultura (partindo do pressuposto de que o público-alvo é receptivo a sua cultura); seus valores políticos (quando são condizentes doméstica e externamente); e sua política externa (desde que seja vista como legítima pelo público-alvo e possua autoridade moral). A respeito da cultura, Nye (2004, p.11) a define como um “conjunto de valores e práticas que criam significado para uma sociedade”, e que pode variar em seu grau de manifestação, indo desde a chamada “alta” cultura – literatura, artes e educação –, que se destina mais às elites, até a chamada cultura popular, que produz artigos e produções de entretenimento de massa.

Propomos, aqui, um desmembramento dos recursos de *soft power*, ilustrado no quadro a seguir, cuja autoria é nossa, uma vez que elementos, como educação, valores e instituições, e até mesmo inovação empresarial, vêm atingindo um *status* maior nos últimos tempos, de modo que, ao atrelá-los à cultura e à política externa, estaríamos correndo o risco de obnubilar sua importância, da mesma forma que, para fins de explanação do conceito de *soft power* e de seus recursos, tamanha compressão acabaria por ser contraproducente. O próprio Nye corrobora nossa iniciativa. Ele afirma que o “*soft power* não é estático e seus recursos mudam de acordo com o contexto” (NYE, 2004, p. 68).

government in a liberal society (NYE, 2004, p. 15).

16 That is all the more reason for governments to make sure that their own actions and policies reinforce rather than undercut their soft power. And this is particularly true since private sources of soft power are likely to become increasingly important in the global information age (NYE, 2004, p. 17).

Figura 1 – Novos Recursos de *Soft Power*

A questão do poder nas Relações Internacionais sempre suscita debates imprescindíveis, por se tratar de um tema bastante caro à disciplina. Não importa a época em que a discussão se situe, falar sobre novas tendências, novos atores e novos paradigmas invariavelmente implicará uma análise a respeito do poder e seus variados contornos.

Na chamada era da informação global, o poder apresenta-se cada vez menos tangível e menos coercitivo, sobretudo quando examinado a partir das democracias ocidentais. Para Nye, em um mundo cada vez mais diverso, em termos de manifestação do poder, as fontes tradicionais – militar e econômica –, embora ainda relevantes, tendem a ser suplantadas pelo *soft power*, por conta sobretudo do empoderamento civil proporcionado pela revolução da informação (NYE, 2004).

Nye também acredita que o jogo geopolítico disputado entre os atores do sistema internacional demandará, paulatinamente, o emprego de mecanismos de poder brando, uma vez que a disposição das normas globais prescrevem menos conflitos armados e maior participação das instituições e da sociedade civil na dinâmica das relações. A respeito disso, o autor pontua que

Os países que provavelmente irão obter mais ganhos em termos de *soft power* na era da informação são aqueles que dispuserem de canais de comunicação que os auxiliem a sugerir pautas no âmbito externo; países cuja cultura e ideias estejam mais próximas das normas globais prevaletentes (que são baseadas no liberalismo, no pluralismo e na autonomia); e países cuja credibilidade é elevada por seus valores e políticas, tanto no campo doméstico quanto na órbita internacional (NYE, 2004, p. 31-32)¹⁷.

¹⁷ *The countries that are likely to be more attractive and gain soft power in the information age are those with multiple channels of communication that help to frame issues; whose dominant culture and ideas are closer to*

A discussão sobre o conceito de *soft power* irá compor as subseções subsequentes de nosso trabalho, destacando-se as nuances que possam ser aplicadas no planejamento de uma política externa. Adotaremos a noção de poder brando para discorrer sobre o ensino de línguas estrangeiras e analisar as atuações da diplomacia cultural de diversos países, com ênfase para a política externa brasileira. Consideramos ser proveitoso, neste momento, trazer alguns contrapontos à ideia de Nye.

No âmbito acadêmico, muitos autores têm se dedicado ao questionamento das premissas do conceito de *soft power*. Alguns chegam a indagar se o *soft power* trata-se realmente de um poder tão brando assim. Já outros levantam questões acerca da eficiência na aplicação do conceito no contexto político, ou até mesmo sobre a dificuldade em diferenciá-lo do poder tradicional.

Para Lukes (2007), o *soft power*, na prática, revela-se bastante brusco, da mesma forma que Mattern (2005) considera difícil mensurá-lo e, por conseguinte, distingui-lo do *hard power*. Já, segundo Ferguson (2003, 2005), o *soft power* é suave demais e, por isso, ineficiente no campo político, enquanto que Schiller (1991, p. 18) acredita que o *soft power* nada mais é do que um “imperialismo cultural com uma distorção semântica”. Da mesma forma, Gerry Groot (2006, p. 54) observa que o “problema central a respeito do *soft power* é que muitos aspectos do conceito dependem de graus de julgamento subjetivos, o que, portanto, torna o *soft power* quase que impossível de ser quantificado com alguma precisão”.

Outros autores também revelam ter problemas em avaliar as fontes de *soft power* e denunciam incerteza sobre como ele realmente funciona. Nesse sentido, Li Mingjiang (2009, p. 7) propõe uma redefinição do termo que passe a abordar o “uso sutil do poder”. Em suas palavras, o *soft power* “não está assentado na natureza de certos recursos de poder; ao invés disso, ele precisa ser nutrido a base de um uso tênue do poder”¹⁸ (LI MINGJIANG, 2009, p. 3). Ele rejeita a definição do conceito fundamentada em recursos proposta por Nye e sugere outra baseada no comportamento:

[...] estas fontes de *soft power* (cultura, ideologia, valores) nem sempre produzem atração, persuasão, encanto e emulação. Cultura, ideologia, valores e normas também podem resultar em ressentimento, repulsa, hostilidade e até mesmo conflito. Por outro lado, o *hard power* não é sempre utilizado para fins de coerção, ameaça, intimidação e incitamento. O *hard power* pode também produzir atração, encanto e

prevailing global norms (which now emphasize liberalism, pluralism, and autonomy) and whose credibility is enhanced by their domestic and international values and policies (NYE, 2004, p. 31-32).

18 [...] *soft power does not exist in the nature of certain resources of power but rather it has to be nurtured through a soft use of power* (LI MINGJIANG, 2009, p. 3).

amizade em certas circunstâncias (LI MINGJIANG, 2009, p. 4).

Há, no pensamento de Li Mingjiang sobre o *hard power*, uma certa correspondência com a realidade, especialmente se lembrarmos dos casos em que tropas militares foram utilizadas para o fomento do diálogo e o patrocínio de missões de paz, a exemplo da ação do exército brasileiro no Haiti, em 2004. Contudo, sua crítica a respeito da imensurabilidade do *soft power* encontra resistência por parte de Nye (2008). O autor lembra que a vantagem numérica, por parte de França e Reino Unido, em termos de tanques, na II Guerra Mundial, não se concretizou no campo de batalha, onde os alemães, mesmo em desvantagem, saíram vencedores naquele momento.

[...] a lacuna entre o poder medido como recurso e poder julgado pelos resultados de comportamento não é exclusivo do *soft power*. Ela ocorre com todas as formas de poder. Antes da queda da França em 1940, por exemplo, a Grã-Bretanha e a França tinham mais tanques do que a Alemanha, mas essa vantagem em recursos de poder militar não previu com precisão o resultado da batalha (NYE, 2008, p. 95).

Em diversos outros momentos da história moderna, a superioridade militar de um país não foi capaz de lhe garantir a vitória no conflito com outras nações de exército inferior. Um caso emblemático da claudicante vantagem numérica e material de um exército sobre outro é a guerra do Vietnã (1955-1975), na qual os Estados Unidos dobraram os joelhos e foram expulsos do campo de batalha pela guerrilha vietnamita. Prova irrefutável de que a crítica à consistência e à tangibilidade do *soft power* serve apenas para lembrar que o mesmo não é infalível, porém jamais pode ser levada a cabo para desmerecer sua eficiência, principalmente em tempos nos quais o papel dos meios de comunicação e suas narrativas, bem como a atração por intermédio do cinema, da literatura, da música e do ensino de línguas, enquanto recursos de poder brando, rendem ganhos e são cada vez mais empregados por muitos países e demais agentes.

3.2 *SOFT POWER* E O ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS: CONQUISTANDO CORAÇÕES E MENTES ATRAVÉS DOS INSTITUTOS CULTURAIS, DAS ESCOLAS DE IDIOMAS E DO INTERCÂMBIO ACADÊMICO

A língua, por ser entendida como um elemento cultural, atua na construção de identidades. O ato da fala, conforme exposto anteriormente, denuncia diversos traços culturais e identitários do ser humano, seja na sua escolha lexical, seja pela regência sintática de sua

elocução. Até mesmo a visão de mundo de um indivíduo está implicada no uso que ele faz da língua. Almeida-Santos (2012, p. 247) argumenta que a internacionalização de uma língua é, antes de tudo, um fator político-econômico:

A língua, como elemento cultural, exerce importante papel na formação das identidades. Muito mais do que um simples código de palavras utilizado como ferramenta de comunicação entre as pessoas, o idioma representa um modo específico de interpretar o mundo. As evoluções das diferentes formas linguísticas acompanharam a evolução de suas respectivas civilizações, e o fenômeno da internacionalização de uma língua não poder ser entendido isoladamente dos fenômenos políticos e econômicos que o sustentam.

De acordo com o que expomos anteriormente, língua e cultura podem ser entendidos como a mesma fonte de poder, sendo a difusão do ensino de línguas estrangeiras uma forma autêntica de *soft power*, cada vez mais posta em prática por diversos atores. Na nova ordem mundial pós-guerra fria, é prudente pensar em um contrabalanço do poder no sistema internacional fundamentado sob a perspectiva do *soft balancing*¹⁹, uma vez que os Estados (salvo raras exceções de regimes anacrônicos que não conseguem sustentar-se, a não ser pela ameaça bélica inócua) não estão constantemente imbuídos em maximizar as suas posições de poderio militar relativos, e fazem um uso cada vez maior de estratégias político-culturais – sendo a propagação de sua cultura via ensino de línguas o caso mais expressivo – para exercer influência no cenário internacional.

A discussão previamente estabelecida em nosso trabalho, acerca dos conceitos de diplomacia pública, diplomacia cultural e *soft power* nos possibilita, neste momento, tratar da questão da importância dos institutos de cultura e das escolas de idiomas como instrumentos de sistematização de valores, de difusão da língua, das artes e do pensamento nacionais, bem como na sua função de elementos manifestadores de poder brando e capazes de criar maior ambiente de cooperação entre os países. A opção dos Estados pelo uso da diplomacia cultural e, mais especificamente, do ensino de línguas, para projetar sua imagem no cenário internacional e estabelecer vínculos com outras nações, data de séculos atrás.

Conforme salienta Madeira Filho (2016), as nações precisavam de um alicerce que as possibilitassem expandir seus valores ao redor do mundo, a fim de conquistarem simpatia e ganhos de diversas naturezas. Surge, então, a iniciativa de utilizar-se dos institutos de cultura para tal finalidade. De acordo com o autor:

19 PAUL, T. V. Introduction: The Enduring Axioms of Balance of Power Theory and Their Contemporary Relevance. In: PAUL, T.V., WIRTZ, James J, and FOTMANN, Michel. *Balance of Power: theory and practice in the 21 st century*. Stanford University Press: Stanford, USA, 2004.

Língua, artes, moda, inovações tecnológicas, economia, gastronomia, esportes são alguns dos fatores que determinam o grau ou poder de atração que os países exercem sobre outros, na perspectiva da teoria do “poder brando”. Contar com a opção de uma estrutura, como os institutos de cultura, capaz de catalisar e irradiar, no exterior, a influência desses fatores, de modo eficiente e sistemático, foi a escolha da maior parte das grandes nações europeias, na disputa de espaço na nova ordem mundial (MADEIRA FILHO, 2016, p. 41).

A partir da Idade Moderna, a França é a nação no mundo que, de forma mais consistente, montou e desenvolveu um conjunto de práticas de promoção de sua língua e de suas realizações artísticas e intelectuais que se tornou modelar e inspirador para todos os outros países. O francês Jean Louis Calvet (2007, p.132), especialista em políticas linguísticas, faz a seguinte observação a respeito da diplomacia cultural de seu país: “[...] sua política cultural externa é antes de tudo uma política de difusão da língua francesa”.

Edgar Telles Ribeiro (2011) aponta que, desde o final do século VIII, por conta das expedições missionárias promovidas durante as regências de Luís XIII (1610-1643) e Luís XIV (1643-1715), a língua francesa já era amplamente difundida na Europa, no Oriente Médio e no Canadá. Essa tradição política francesa de difusão do ensino de seu idioma, com avatares na administração pública e no estamento intelectual, propiciou a montagem, no último quartel do século XIX, da primeira instituição mundial voltada para a promoção da cultura: a Aliança Francesa. Atualmente, a Aliança Francesa trata-se de uma instituição sem fins lucrativos, cujo objetivo é a promoção da língua e da cultura francesas fora da França.

Avançando para os dias atuais, o infográfico a seguir apresenta um panorama dos principais institutos culturais por países de origem e regiões onde estão localizados. Chama a atenção a superioridade numérica das franquias do Instituto Confúcio, da China, com relação aos demais países. Outro ponto a ser destacado é a grande concentração de centros binacionais na Europa, fator que se explica pelo seu caráter multilinguístico e pela importância política do continente. A Ásia também acolhe um número significativo de institutos, em virtude da recente ascensão chinesa e das oportunidades comerciais naquela região. O mapa revela ainda a tímida atuação dos países de língua portuguesa, com Portugal (Instituto Camões) e Brasil computando cada um, respectivamente, 67 e 24 institutos espalhados pelo mundo²⁰.

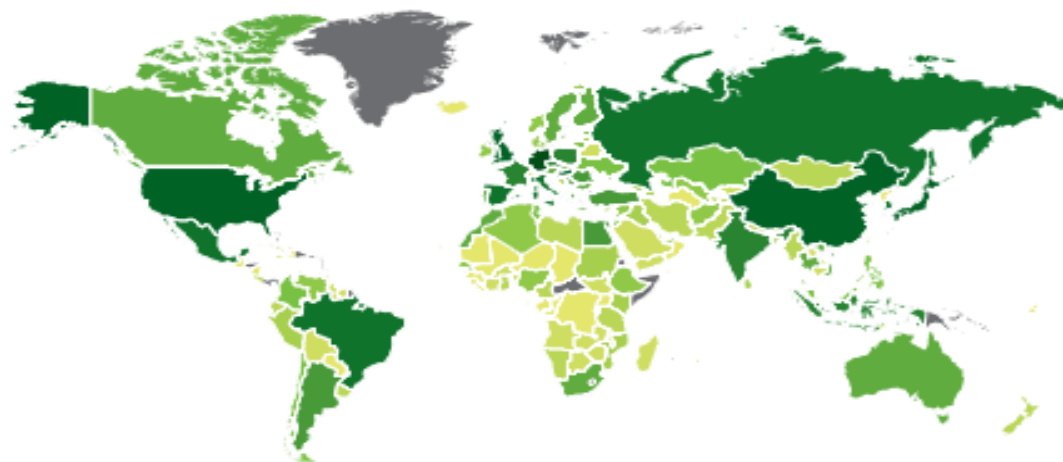
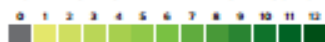
²⁰British Council, 2012. Disponível em: <<https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/influence-and-attraction-poster.pdf>>. Acesso em 29 de novembro de 2016.

Figura 2: Panorama dos principais institutos culturais por países de origem e regiões onde estão localizados



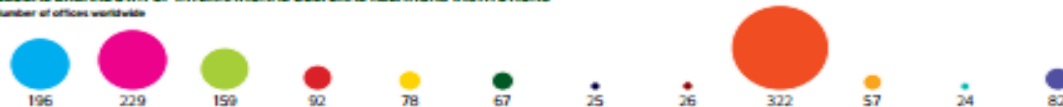
WHERE ARE COUNTRIES FOCUSING THEIR CULTURAL RELATIONS ACTIVITY GLOBALLY?

NUMBER OF LISTED INTERNATIONAL CULTURAL DIPLOMACY INSTITUTIONS LOCATED IN EACH COUNTRY



GLOBAL BREAKDOWN OF INTERNATIONAL CULTURAL RELATIONS INSTITUTIONS

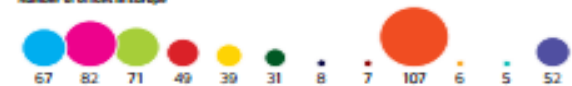
Number of offices worldwide



REGIONAL BREAKDOWN OF INTERNATIONAL CULTURAL RELATIONS INSTITUTIONS



Number of offices in Europe



Number of offices in the Middle East and North Africa



Number of offices in Asia and Oceania



Number of offices in Sub-Saharan Africa



Number of offices in the Americas



A atitude de lançar mão dos institutos de língua e cultura como agentes de difusão cultural não foi tomada, inicialmente, pelos Estados, mas, sim, por membros da sociedade civil, conforme nos lembra Madeira Filho (2016). Somente com o passar do tempo, e diante dos horrores causados pelos conflitos bélicos e da necessidade de se conter gastos militares, é que os representantes das nações passam a buscar na diplomacia cultural, e nos institutos de língua enquanto sua ferramenta, uma nova forma de exercerem a política externa. Madeira Filho (2016, p. 53) nos traz que:

O processo de criação e instalação por alguns países europeus de estruturas ou organizações voltadas para a difusão cultural, a partir do último quartel do século XIX, é conduzido inicialmente por associações filantrópicas e agremiações de intelectuais simpatizantes das causas culturais, que veem na disseminação da língua e das artes um vetor de importância para construir um ambiente de cooperação social e de convivência pacífica entre os povos. Esse caráter privado das instituições não deixa de refletir, de certa forma, para quem se debruça sobre o tema, a desconfiança dos governos, naquela altura, em relação à promoção das relações culturais. Com o passar do tempo, o estado assume o controle da política cultural e passa a ser o grande disseminador externo, como se constata nos dias de hoje.

Com gastos no campo industrial e militar cada vez mais enxutos em decorrência das sucessivas crises econômicas, países como os Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha passaram, nos últimos tempos, a exercer sua influência e assegurar sua liderança mundial por meio do uso do poder brando, sobretudo na área da educação, atuando em programas de intercâmbio com universidades do terceiro mundo e na instalação de centros de cultura e ensino de línguas. Até mesmo a potência emergente da China, que ainda goza do salto orçamentário propiciado por sua aderência à economia de mercado, tem buscado priorizar a diplomacia cultural, por meio do estabelecimento de escolas de mandarim e cultura chinesa – os Institutos Confúcio – ao redor do globo.

Iniciaremos, a partir do próximo subtópico, um estudo sobre os casos de maior êxito e proeminência no que diz respeito à disseminação de valores e consequente ganho de poder e prestígio no cenário internacional através do ensino de línguas. Escolhemos para compor esta seção a análise do fenômeno de propalação do ensino de inglês e mandarim por meio dos institutos culturais patrocinados pelo respectivos governos, bem como por intermédio de escolas e organizações de fundo privado. A opção por essas duas línguas justifica-se pelo status de língua franca mundial ostentado pelo inglês, e pelo mandarim ser o idioma da possível nova potência global, a China, que atualmente investe alto em sua difusão.

3.3 O CASO DO INGLÊS

Joseph Nye (2003, 2004) aponta que o poder conquistado pelos Estados Unidos, no decorrer do século XX, é resultado não somente de sua preponderância militar como também fruto do seu *soft power*. Das três fontes de poder brando apresentadas anteriormente, o elemento cultural talvez tenha sido o mais decisivo na disseminação e consolidação do *soft power* americano. Para o autor, a cultura de seu país possui uma alta capacidade em termos de atração, pois, segundo ele, carrega em si uma universalidade que a torna fácil de ser aderida por outros povos. Em termos mais específicos da cultura americana, a língua inglesa constituiu-se hoje como o idioma mais falado no mundo, sendo utilizado inclusive por um número de não-nativos superior ao de nativos²¹.

Por outro lado, a proeminência da língua inglesa nas relações internacionais contemporâneas pode ser atribuída a uma política externa pautada sob a aplicação maciça da estratégia de *soft power*, que se evidencia no número cada vez maior de centros de ensino de língua inglesa espalhados pelo mundo. Esse fenômeno é explicado historicamente e, conforme aponta Almeida-Santos, não foi causado apenas pela universalidade do inglês sugerida por Nye, tampouco por uma peculiaridade do idioma que o torna mais fácil de ser aprendido. Nas palavras do autor, “a história demonstra que a internacionalização do inglês não foi um acidente gramatical, mas, sim, o efeito de políticas pragmáticas dos EUA somadas ao interesse das outras sociedades em se adequarem à ordem internacional liderada pelos norte-americanos” (ALMEIDA-SANTOS, 2012, p. 248).

Dividiremos a análise da difusão da língua inglesa através do ensino em duas subseções, a começar pelo estudo do método norte-americano e, em sequência, contemplando as características do procedimento britânico. Ambos mostram-se bastante exitosos há longos anos, e são ferramentas fundamentais da política externa tanto dos Estados Unidos, quanto da Inglaterra. Os países, contudo, diferem-se nos meios pelos quais vetorizam seu *soft power*. O modelo britânico compreende uma concentração de esforços por parte do Estado, que financia e promove ações culturais ao redor do mundo por intermédio da instalação de escritórios do *British Council*. Já no caso dos Estados Unidos, observa-se uma descentralização nas ações de promoção do ensino do inglês e, embora o Departamento de Estado norte-americano aja no sentido de oferecer certo suporte, são os agentes do setor privado os verdadeiros protagonistas

21 As estatísticas mostram que 1 bilhão e 500 milhões de pessoas falam inglês ao redor do mundo, das quais apenas 350 milhões são falantes nativos. Disponível em: <http://www.statista.com/statistics/266808/the-most-spoken-languages-worldwide/>. Acesso em 20 de julho de 2016.

desta empreitada de internacionalização de sua cultura e idioma.

3.3.1 O método americano

Os Estados Unidos da América sempre notabilizaram-se pelo seu forte apreço aos preceitos liberais de democracia, de livre mercado e Estado mínimo, que se evidenciam também na maneira pela qual o *american way of life* é difundido pelo mundo. A participação direta dos agentes da sociedade civil, com destaque para os empresários e intelectuais empreendedores, demonstra que, para este país, os melhores artífices da política cultural externa não são necessariamente os diplomatas ou burocratas do governo. No caso do ensino de inglês, não poderia ser diferente. Seja pela exportação de franquias de escolas ou pelo intercâmbio de professores, são os sujeitos comuns que encabeçam a expedição que levará os valores e a cultura norte-americana ao redor do mundo. Iremos examinar, ao longo desta subseção, o papel medular da iniciativa privada para o início da expansão da cultura e língua daquele país, posteriormente acompanhada pelos esforços oficiais dos diferentes governos.

O então secretário americano para assuntos de educação e cultura do governo Kennedy, Philip Coombs (1964), em estudos conduzidos durante a década de 1960, revelou de que forma o contato entre cidadãos norte-americanos com pessoas de outros países influenciou as políticas oficiais do Estado. Ilustres fundações, a exemplo da Rockefeller, deram início a serviços filantrópicos, educacionais e culturais antes mesmo do envolvimento do governo com este tipo de empreendimento em várias regiões do planeta. Todo o *know-how* adquirido com a oferta de serviços médicos, educacionais e de agricultura viriam, então, a inspirar o governo, no momento em que este resolveu empenhar-se com mais afinco na prática da diplomacia cultural. As fundações, de modo geral, estavam imbuídas em levar o desenvolvimento para os países em modernização através da educação (COOMBS, 1964, p. 70-71).

Segundo demonstra Coombs (1964), a política externa com foco em educação contribui no sentido de: a) fortalecer a unidade dentro da comunidade das nações democráticas; b) assistir as nações em desenvolvimento em seus esforços de modernização; c) expandir a área de interesse mútuo, entendimento, cooperação e reduzir as tensões potencialmente explosivas entre diferentes concepções de mundo; e d) solidificar a estrutura internacional de manutenção da paz e de promoção do bem-estar humano. Para tanto, as políticas deveriam ser utilizadas em dois sentidos gerais: 1) aumentar o entendimento dos outros sobre os EUA; e 2) aumentar o entendimento dos EUA sobre os outros (COOMBS,

1964, p. 20-21).

Como já fora defendido anteriormente, uma das ferramentas à disposição do *soft power* e da diplomacia cultural é o ensino de línguas. Nesse sentido, os EUA, através da iniciativa de cidadãos engajados com a promoção dos valores de seu país e o consequente apoio às demais nações do mundo, investiram fortemente na instalação de centros culturais que ofertassem o ensino do seu idioma, ao mesmo tempo em que mostravam as idiossincrasias positivas de seu país, em uma tentativa de aproximar-se e estabelecer vínculos de diversas sortes com outros povos. A respeito da fundação do Instituto Brasil-Estados Unidos, Almeida-Santos (2007) traça um panorama do seu contexto histórico:

Em 1937, foi fundado o Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU). A história de criação do centro binacional começou em 1931, quando o Diretor do Institute of International Education (IIE), Stephen Duggan, idealizou a criação de um instituto no Brasil aos moldes do existente na Argentina, auspiciado pelo IIE. O IIE é uma instituição privada, criada em 1919, e funciona nos modelos de uma Fundação educacional, atuando primordialmente na coordenação de programas de intercâmbio. Serve aos interesses do governo norte-americano de forma paraestatal, auxiliando-o na seleção de jovens intercambistas para os programas do Departamento de Estado e de outras agências. O IBEU, além de sediar cursos de inglês, serviu aos interesses dos EUA como palco para inúmeras apresentações artísticas e palestras de intelectuais e autoridades norte-americanas. O IBEU foi fundado no dia 13 de janeiro de 1937, com o objetivo de estreitar os laços culturais entre as nações e difundir o idioma dos EUA para os brasileiros (ALMEIDA-SANTOS, 2007, p. 58).

Através do IBEU, membros da sociedade brasileira, inicialmente a elite carioca, tiveram a oportunidade de experienciar os elementos da cultura norte-americana e aprimorar seus estudos na língua inglesa. Em contrapartida, os Estados Unidos conquistavam a simpatia das pessoas e, de maneira mais objetiva e não menos sutil, minavam a influência de outros países junto ao Brasil, em especial a Alemanha que, a partir da segunda metade da década de 1930, já envidava esforços de propaganda para espalhar seus valores em outras sociedades.

Por ser uma ação da iniciativa individual com consequência direta para o governo em termos comerciais e políticos, a embaixada dos Estados Unidos envolveu-se na instalação do IBEU, mesmo que de maneira tímida, conforme encontra-se nos boletins do próprio instituto:

Com a fundação do IBEU, a embaixada dos Estados Unidos fez doações de ordem financeira, doou livros e material didático, organizou eventos para professores, auxiliou no programa de bolsas, encaminhou artistas e personalidades para o Instituto e cedeu funcionários para trabalhar em funções administrativas e como professores. Estava fixada, então, a pedra fundamental da política cultural norte-americana para o Brasil a ser aprofundada durante a Guerra que estava por vir. A partir do modelo do IBEU, vários centros culturais binacionais foram criados no país (IBEU, 1997, p. 15-16).

Somava-se ao suporte oferecido pela Embaixada dos Estados Unidos ao IBEU, no início de suas operações, o financiamento oriundo, quase que em sua totalidade, da iniciativa privada norte-americana que residia ou investia no Brasil (Boletim IBEU, dezembro de 1940). Contribuíram para a estruturação do Instituto Brasil-Estados Unidos não só empresários e o governo norte-americano, mas também os cidadãos daquele país que trabalhavam no Brasil, seja na esfera do setor público americano ou na iniciativa privada local, apoiando a causa do Instituto. Seu apoio traduzia-se de várias formas, alguns na posição de professores voluntários, outros na qualidade de doadores. A biblioteca da instituição recebeu, no ano de 1941, a doação de mais de 140 livros dos funcionários da Embaixada dos EUA (Boletim IBEU, junho de 1941).

A partir do início da década de 1940, no auge da II Guerra, vários outros centros de cultura binacionais foram inaugurados pelo país, com destaque para as capitais São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e Salvador. Nesta última, o centro binacional recebeu a denominação de Associação Cultural Brasil-Estados Unidos – ACBEU – onde foi instalado no ano de 1941, sendo, desde então, referência não apenas no ensino de inglês, mas em diversas ações de cunho social e cultural na capital baiana. De acordo com um de seus documentos institucionais:

A ACBEU foi fundada em 1º de agosto de 1941, em Salvador, Bahia, e alcança seu objetivo de centro cultural e educacional sem fins lucrativos e de utilidade pública, promovendo uma ampla e rica variedade de programas interculturais e de intercâmbio educacional, como também ensinando inglês e português como línguas estrangeiras. Dentro dessa premissa, todo o superávit alcançado é integralmente revertido em benefício da própria instituição a fim de continuar oferecendo o que há de melhor no mercado em tecnologia, infra-estrutura e recursos humanos²².

O documento segue dando destaque ao reconhecimento da instituição junto aos poderes públicos locais, no estado da Bahia e na cidade do Salvador, e destaca o apoio e reconhecença recebidos do governo dos Estados Unidos, através de sua Secretaria de Estado:

Ambos os governos, municipal e estadual, agraciaram a ACBEU com o título de “Instituição de Utilidade Pública”, o que a coloca em situação privilegiada na comunidade. Além disso, a Secretaria de Estado do Governo Americano, responsável por programas culturais e educacionais dos EUA no exterior, e que vem trabalhando ao lado da ACBEU por mais de 50 anos, classificou este centro binacional como uma das instituições culturais e educacionais de destaque em sua área de atuação no Brasil concedendo-nos o título de OUTSTANDING.

Tanto o IBEU, quanto a ACBEU, e os demais centros binacionais espalhados pelo

22 Excerto extraído do Manual do Aluno ACBEU.

Brasil, são administrados de forma autônoma, compartilhando valores e métodos entre si, sem, contudo, caracterizarem-se como uma franquia. É comum a todos os centros contarem, eventualmente, com o apoio da Embaixada ou dos consulados dos EUA na evolução de suas atividades. Os centros têm como objetivo comum a excelência no ensino da língua inglesa e a difusão da cultura norte-americana para os brasileiros.

É possível, através do acesso ao sítio eletrônico da ACBEU, tomar conhecimento de várias ações promovidas pelo instituto, em conluio com as representações de Estado norte-americanas, visando a promoção do *soft power* estado-unidense, através, por exemplo, da concessão de bolsas de estudo ou programas de intercâmbio, conjuntamente ao desenvolvimento de parcerias com organizações locais, no intuito de estabelecer uma troca de experiências culturais. A seguir, transcrevemos as ações dos programas *ACCESS* e *UP WITH ENGLISH*, que se encontram na página eletrônica da associação:

Criado pelo Departamento de Estado do Estados Unidos, o programa Access, adotado em vários países, foi implementado em Salvador em 2009 em parceria com a ACBEU, oferecendo bolsas de estudo para alunos de escolas públicas na faixa etária de 14 a 17 anos. O curso intensivo, que acontece na ACBEU, tem dois anos de duração, com seis horas semanais de aulas, incluindo ainda atividades extracurriculares como clubes de conversação e de teatro, aulas de reforço, palestras e participação em projetos comunitários (ACBEU – ACCESS).

O programa UP with English é uma parceria da ACBEU com o Consulado Geral dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, como uma forma de apoio da missão diplomática dos Estados Unidos aos Projetos de Pacificação de comunidades. Lançado no Rio, foi implementado em Salvador oficialmente em março de 2012. Ele beneficia jovens entre 14 e 21 anos da comunidade do Calabar e integrantes dos grupos Calabar, Ilê Aiyê e Olodum, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento profissional e a inserção desses alunos no mercado de trabalho. Em 2014, os alunos beneficiados com o projeto são do Instituto Steve Biko e do Bagunçação (ACBEU – UP WITH ENGLISH).

Fica evidenciado, a partir dessas duas ações, tidas como de responsabilidade social pela própria instituição, o poder de abrangência dos institutos culturais no que tange às formas possíveis de se empregar o *soft power*. A partir de um dado momento, impossível de precisar, a tarefa do instituto transcende o ensino de línguas, e a promoção dos valores, bem como a construção de uma imagem e reputação benignas dos Estados Unidos, realçando seu bom-samaritanismo para com os entes locais, sejam eles o poder público, ONGs ou até mesmo cidadãos, toma facetas cada vez mais sutis. É justamente essa imensurabilidade do processo, contrastada com a concretude dos resultados obtidos com a aplicação da diplomacia cultural, que torna o *soft power* um mecanismo tão exitoso e cada vez mais posto em prática pelas nações que desejam auferir ganhos no jogo geopolítico.

Outro caso de sucesso do *soft power* norte-americano manifesto pelo ensino da língua

inglesa são as escolas particulares de idioma. Se, hoje em dia, a proliferação desses estabelecimentos alcançou um grau altíssimo de autonomia administrativa, sendo muitas delas inclusive gerenciadas por empresários brasileiros que, em alguns casos, nem sequer dominam o inglês, no passado, concomitante à gênese da investida do governo dos Estados Unidos no patrocínio da diplomacia cultural, as escolas eram fundadas por intelectuais ou empreendedores daquele país que enxergaram, no Brasil, um mercado fértil para o lucro e um ambiente aderente ao estilo de vida norte-americano.

Traremos como objeto de breve ilustração a instituição Fisk, fundada, em 1958, pelo americano Richard H. Fisk. O empreendedor chegou ao Brasil em 1950. Naquela oportunidade, viera visitar o irmão, funcionário do Consulado Americano de São Paulo. A partir do ano seguinte, iniciou-se no ensino da língua inglesa em aulas particulares para os comunicadores das TV Tupi e TV Rio, expandindo em pouco tempo os negócios até desenvolver o seu próprio método de ensino baseado nas características de aquisição do inglês que observara entre os brasileiros. É possível encontrar um excerto de sua biografia no portal eletrônico da escola:

Richard H. Fisk, um americano nascido em Tunbridge, Vermont, que se apaixonou pelo Brasil em uma visita realizada em 1950. Graduado em International Relations e com o diploma Master of Arts pela School of Advanced International Studies, Johns Hopkins University, em Washington, D.C., Mr. Fisk, como é conhecido, decidiu permanecer no Brasil e passou a lecionar inglês no país. Richard Fisk criou um método próprio, com base na solução das dificuldades específicas que os brasileiros apresentam ao aprender inglês. Sensível às dificuldades dos alunos brasileiros, desenvolveu material didático com base nas diferenças entre estruturas gramaticais das duas línguas e criou uma maneira de apresentação dessa estrutura mais ordenada do que a dos livros existentes até então. Sua ideia foi um sucesso imediato e, com os primeiros resultados positivos, ele pode abrir sua própria escola em 1952, localizada no bairro da Bela Vista em São Paulo e começou a funcionar com 60 alunos.

O sucesso do método Fisk gerou um crescimento vertiginoso, ampliando a escola para uma rede com mais de 1.000 unidades, muitas delas franquias, espalhadas pela América do Norte e Sul, África e Ásia. Em 1992, foi criada a Fundação Richard H. Fisk, responsável pelas escolas Fisk, pela PBF – escola de idiomas, pela gráfica Support e pela Larry Publicidade e Propaganda²³. São numerosos os exemplos semelhantes ao fenômeno da escola Fisk no Brasil.

Diversas franquias dispersas pelo país obedecem a mesma estrutura e compartilham de um semelhante contexto histórico de livre iniciativa e conseqüente exercício do *soft power*; ajudando a solidificar a imagem dos Estados Unidos no Brasil, rendendo àquele país ganhos de cunho econômico e político.

23 Disponível em: <<http://www.fisk.com.br/sobre/nossa-historia>>. Acesso em 29 de outubro de 2016.

Consoante ao enfatizado por Nye, a cultura popular, mais notadamente em sociedades liberais, não deve estar sob o controle direto dos governos (NYE, 2004). Não poderia ser diferente com o *soft power* manifesto pelo ensino de línguas. Grande parte das escolas e cursos de idioma, atualmente, são administrados por indivíduos sem vínculo com o governo ou com o serviço exterior de um país, funcionando, por assim dizer, nos mesmos moldes de uma empresa e, como tal, objetivam o lucro, embora a disseminação de valores culturais também seja conduzida por esses entes através da oferta de ensino do idioma, já que são elementos intrínsecos à língua.

Diversos cursos de línguas promovem feiras e eventos ligados à cultura nacional e, muito embora a finalidade dessas atividades esteja mais ligada ao lucro e à solidificação de sua marca perante o público, conseqüentemente o *soft power* também é exercido, colaborando para a inserção dos países em outras sociedades. Prova de que o poder brando de uma nação, sobretudo em tempos de globalização, emana primordialmente de agentes alheios ao governo, oportunizando, assim, práticas culturais mais genuínas e menos enviesadas. Outra característica percebida nas práticas das escolas de línguas é a terceirização de atividades, tais como a aplicação de exames de proficiência, o reconhecimento de diplomas para intercâmbio estudantil ou profissional, bem como a concessão de selos editoriais para a confecção de materiais didáticos por parte das tradicionais universidades estrangeiras.

3.3.2 O *soft power* por meio do intercâmbio acadêmico

Outro exemplo de emprego do *soft power* é a internacionalização da educação por meio de programas de intercâmbio promovidos por universidades e entidades educacionais. Neste modelo de diplomacia cultural, estão em vista, também, a busca por cooperação e a troca de experiências culturais e linguísticas que resultem em desenvolvimento e prestígio político para os países participantes. A internacionalização da educação enquanto medida de política externa envolve a escolha de formas e, conseqüentemente, a tomada de providências administrativas, financeiras e acadêmicas em diversos setores. É imprescindível não só o trabalho dos agentes do serviço exterior, mas também a participação das instituições de nível superior, no sentido de definir qual o caráter da internacionalização almejada. A repercussão e os ganhos políticos têm muito a ver com o grau de mobilização e a intensidade das medidas de cunho pecuniário, acadêmico e governamental.

Destaca-se, por parte da política externa norte-americana, através do seu Departamento de Estado, o programa *Foreign Language Teaching Assistant* – doravante

denominado FLTA – que oferece bolsas de nove meses de duração para brasileiros ensinarem português nos EUA. Os selecionados são alocados em universidades norte-americanas, onde auxiliam no ensino de português e frequentam cursos sobre a cultura e história dos EUA, além de outras disciplinas de seu interesse. É esperado que o bolsista atue como embaixador cultural do seu país junto à comunidade estrangeira.

No Brasil, até o ano de 2014, o programa era realizado conjuntamente entre a Fulbright²⁴ e a CAPES, sendo, a partir de então, promovido em exclusividade pelo ente norte-americano. A desistência do Brasil em agir em conjunto com os Estados Unidos na condução do referido programa e o papel que ambos os países exercem no sistema internacional sinalizam a importância da continuidade e do planejamento desse tipo de ação.

Antes de analisarmos o programa FLTA *per se*, pelos dados colhidos através de entrevista realizada com um professor brasileiro bolsista do projeto, iremos lançar mão de uma breve exposição dos conceitos que regem as formas de internacionalização educacional possíveis. Segundo Marrara (2007), ao se tratar de internacionalização, sobretudo em termos administrativos, identificam-se duas formas claras, denominadas pelo autor de *ativa* e *passiva*.

Para o autor, essa dualidade ocorre em virtude do fluxo de pessoas, informações e, eventualmente, recursos que se movem, tanto na direção das instituições estrangeiras com as quais se mantêm laços de cooperação acadêmica, quanto na direção oposta²⁵. Ele começa descrevendo o conceito de internacionalização passiva da seguinte forma:

Na forma passiva predominam o envio de discentes, docentes e pesquisadores para instituições estrangeiras, bem como a publicação dos trabalhos científicos desses autores em periódicos internacionais, externos à IES brasileira. Os promotores dessa forma de internacionalização seriam principalmente os membros da IES, os quais buscam capacitação em instituições estrangeiras, e nelas desenvolvem pesquisas, publicam seus resultados científicos ou exercem outras atividades acadêmicas que tenham por resultado não somente o aprimoramento pessoal, mas também a promoção, intencional ou não, do nome e da produção científica da IES de origem, ou seja, da IES da qual eles provêm, **e conseqüentemente o nome do país**. Pelo conjunto de atividades e recursos que envolve, a internacionalização passiva depende grandemente do apoio das agências de fomento e amparo à pesquisa, razão pela qual, no Brasil, a Capes e o CNPq podem ser vistos como principais motores para o sucesso dessa forma de internacionalização (grifo nosso) (MARRARA, 2007, p. 253).

Conclui-se, diante do exposto por Marrara, que a internacionalização passiva demanda esforços orçamentários robustos, mas não implica necessariamente em um dispêndio para o

24 Fulbright é um programa acadêmico emblemático dos EUA, que oferece subsídios para experiências para graduados e pesquisadores em universidades daquele país.

25 MARRARA, Thiago. Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação. RBPG, Brasília, v. 4, n. 8, 2007. p. 245-262.

preparo de uma infraestrutura e um suporte administrativo tão grandes quanto. Percebe-se também que, em termos de projeção, a imagem e os valores do país emissor ficam em um plano secundário, atrelados, primeiramente, às imagens das instituições e dos profissionais envolvidos.

No que diz respeito à internacionalização ativa, contrastando-a com o modo passivo, o autor pontua que:

Diferentemente, a internacionalização ativa se caracteriza pelo recebimento de docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros e pela participação desses agentes em cursos e periódicos da IES nacional. A forma ativa depende do engajamento e da abertura das IES nacionais para a internacionalização através de programas próprios, que são oferecidos e consumidos pela comunidade acadêmica internacional. A IES se torna um pólo de atração e, por isso, suas estruturas administrativa e acadêmica assumem o papel principal no referido processo (MARRARA, 2007, p. 253).

Temos, aqui, um investimento em infraestrutura parelho aos esforços financeiros e administrativos, que nos possibilita considerar esta uma iniciativa mais ousada e de maiores exigências ao país. Depreende-se, também, dessa comparação que o modelo ativo de internacionalização, como o próprio nome sugere, representa uma modalidade de comportamento mais imperativa, rendendo ao país protagonista da ação ganhos mais substanciais e diretos do ponto de vista geopolítico. No caso do programa FLTA, Brasil e Estados Unidos ocupam, respectivamente, o papel de agentes passivo e ativo, sendo que este último, por proporcionar maiores assimilações ao país receptor e projeção da sua imagem e cultura junto ao público estrangeiro, configura-se como de maior importância para uma política externa baseada na dinâmica e nas intenções do emprego do *soft power*.

A experiência dos professores e estudantes que embarcam no programa FLTA da Fulbright corrobora essa asserção. Em nove meses de residência nos Estados Unidos, os bolsistas deparam-se com a língua e a cultura do país em um processo de intensa imersão. Ademais, assimilam os valores das instituições norte-americanas e retornam para casa veiculando as boas impressões que tiveram do seu período no estrangeiro. O resultado disso para o país acolhedor e patrocinador do intercâmbio é muito mais positivo do que para o beneficiário da bolsa ou para o seu país de origem.

Em paralelo, podemos traçar uma comparação entre o programa FLTA da Fulbright e o projeto Ciência sem Fronteiras²⁶ do Ministério da Educação brasileiro. Muito embora a

26 Ciência sem Fronteiras é um programa que busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional. O projeto prevê a utilização de até 101 mil bolsas em quatro anos para promover intercâmbio, de forma que alunos de graduação e pós-graduação façam estágio no exterior com a finalidade de manter contato

premissa deste último seja a de que o bolsista irá adquirir conhecimentos que, no futuro, refletirão no desenvolvimento do seu país, deve-se levar em conta os gastos envolvidos e se tal iniciativa funciona de fato como um meio de atração. Parece-nos que a perspectiva oposta, praticada pelos Estados Unidos, oferece mais vantagens, já que, ao receber estudantes e professores, as chances de atraí-los e transformá-los em uma espécie de embaixador cultural no futuro são muito maiores, quando não ocorre de, por tamanha admiração despertada na experiência de intercâmbio, o bolsista decide permanecer no país estrangeiro e adicionar sua força produtiva e seu conhecimento para o desenvolvimento local.

Com relação às impressões absorvidas pelos bolsistas do programa FLTA, da Fulbright, o professor de português para estrangeiros, Diogo Oliveira Espírito Santo, alocado na Universidade de Vanderbilt, Tennessee, relata a imagem que construiu a respeito dos Estados Unidos a partir de sua experiência:

A cultura escolar é muito diferente da que, normalmente, presenciamos no Brasil. Existe um respeito muito maior com os professores e grande investimento na educação. Os alunos das universidades são muito competitivos e buscam sempre estar envolvidos em trabalhos comunitários e eventos acadêmicos. Como grande parte das instituições de ensino superior dos EUA é privada, elas possuem estrutura física e financeira muito grande para oferecer um ensino de qualidade para os alunos e investir em pesquisas.

Vale ressaltar que o entrevistado é também professor de língua inglesa no Brasil. No seu retorno às salas de aula do seu país de origem, os elementos da cultura norte-americana passaram a ser trabalhados com muito mais intensidade. No que tange ao papel exercido enquanto professor de português para alunos norte-americanos, Diogo narra que sua estada de nove meses na Universidade de Vanderbilt contribuiu para desfazer alguns estereótipos sobre o Brasil e sua cultura, bem como consolidar o ensino da variante brasileira da língua portuguesa:

Em linhas gerais, a maioria tem uma imagem muito positiva do Brasil, mas ela é constituída de muitos estereótipos e equívocos. O futebol e o Rio de Janeiro são muito famosos, mas ainda existe muita confusão em relação à língua que é falada no Brasil assim como sua geografia. Eu acredito que as aulas contribuíram para o pensamento crítico sobre a nossa cultura e ainda para a comparação do que os alunos viam com as suas próprias realidades. Minha intenção não foi de construir uma imagem positiva ou negativa, mas sim dar ferramentas que pudessem ajudar os alunos a criarem a sua própria percepção do que é o Brasil e o povo brasileiro. No mais, existe uma grande admiração e curiosidade para conhecer mais sobre o nosso país.

Nota-se que as intenções de promover a cooperação entre os países e o mútuo entendimento entre os povos, almejadas pelo programa da Fulbright, são de fato alcançadas. Contudo, por ser historicamente o maior investidor do programa e, em tempos recentes, ter se tornado o único fomentador do intercâmbio, os Estados Unidos auferem ganhos mais substanciais em termos de poder, prova de que o *soft power* dispensa o expediente de medidas mais assertivas e menos amistosas. Por outro lado, evidencia-se a necessidade de o Brasil posicionar-se de maneira mais veemente na utilização do seu poder brando.

A partir da narrativa do bolsista Fulbright, é possível conjecturarmos o quão maior seria o êxito logrado pelo Brasil caso lançasse mão de uma iniciativa semelhante. Se o ensino de português para estrangeiros, fora do Brasil, financiado por um ente norte-americano, já consegue repercutir positivamente para a imagem brasileira, imagina se fossem o serviço exterior brasileiro, ou mesmo o setor privado nacional, os artífices de um projeto similar?

Em suma, o modelo norte-americano de exercício do *soft power*, através da difusão da língua inglesa e da cultura americana por meios educacionais, vem mostrando-se, ao longo de décadas, bastante exitoso. Conforme salientado anteriormente, a forma como se dá o emprego do poder brando dos Estados Unidos no mundo é caracterizada pela descentralização de suas ações. Tanto o Estado, quanto a iniciativa privada, e até mesmo os indivíduos da sociedade civil, contribuem para a boa promoção da imagem norte-americana ao redor do planeta. Sua posição de liderança no sistema internacional, seja no campo econômico, político ou militar, não pode prescindir das questões culturais. Em tempos de globalização e arrefecimento de conflitos militares, podemos dizer até que a cultura é elemento crucial da sua política externa.

Não obstante, seria precipitado assegurar que a razão máxima da supremacia americana, alcançada por meio de seus recursos de *soft power*, é resultado direto da sua descentralização política. Devemos creditar tal descentralização à idiossincrasia do país, que foi moldado, desde sua fundação, pelos princípios liberais. Esse êxito tampouco nos permite afirmar que haja uma fórmula única de sucesso para a implementação de ações de política externa baseadas no *soft power*. A seguir, veremos o exemplo britânico, cujo resultado pode ser considerado tão triunfante quanto o modelo norte-americano, mas que, por sua vez, concentra suas iniciativas de política externa de cunho cultural no âmbito do Estado.

3.3.3 O modelo britânico

Na primeira metade do século XX, o Reino Unido, ameaçado pela máquina de propaganda tanto da Alemanha nazista, quanto da Itália fascista, que logravam influência não

apenas na Europa como também além do Atlântico, decide, em 1934, criar seu próprio órgão para assuntos culturais. Nascia, assim, o British Council, cuja principal missão, conforme consta nos documentos oficiais de sua criação, era a de “conduzir a propaganda britânica com outros países, baseado na reciprocidade, enviando falantes nativos de inglês para outros países e trazendo estrangeiros para seus domínios no intuito de ensinar e conhecer pessoas de interesses similares”²⁷.

Conforme documenta Phillipson (1992), no ano de 1959, o British Council, em parceria com órgãos estatais e fundações privadas dos Estados Unidos, oficializaram um acordo, através da conferência *Teaching English Overseas*, com vistas ao ensino do inglês ao redor do mundo. Reuniram-se ali acadêmicos da área da linguística aplicada e burocratas da diplomacia cultural, com o objetivo de avaliar as experiências de outros países e deliberar sobre a metodologia de ensino. Por fim, ingleses e estadunidenses afirmaram sua disposição em colaborar para a difusão da língua em conjunto.

A cooperação entre o British Council e os entes paraestatais dos Estados Unidos foi de suma importância para a consolidação do ensino do inglês no mundo, tendo como objetivo inicial fortalecer o ensino da língua nos países da comunidade anglófona e depois expandir para outros povos. À época do acordo, os britânicos possuíam mais experiência e melhor infraestrutura para a promoção do idioma, uma vez que, conforme mencionado anteriormente, eles haviam embarcado nessa tarefa desde meados da década de 1930. Por outro lado, a união com os norte-americanos foi decisiva para otimizar seus resultados, já que os Estados Unidos ocupavam destaque na arena internacional desde o final da segunda guerra (PHILLIPSON, 1992).

Atualmente, o British Council é considerado a matriz do serviço exterior britânico para assuntos de difusão cultural. Com atuação em mais de 110 países, o órgão conta com um contingente de aproximadamente 7400 funcionários, que atuam em escritórios, escolas, bibliotecas, centros de informação e de pesquisa. No biênio 2009/2010, o British Council atingiu o montante de 705 milhões de libras em seu orçamento, dentre os quais: 211 milhões foram subsídios direto do governo; 362 milhões de libras oriundos da prestação de serviços, como o ensino de língua inglesa e aplicação de exames de proficiência linguística; 130 milhões de libras advindos de atividades contratuais, a exemplo do serviço de gerenciamento de acordos internacionais para empresas; e 2 milhões de libras com demais atividades

27 [...] to conduct British propaganda with other countries on a basis of reciprocity, sending out British speakers abroad and bringing foreigners here both to lecture and to meet people of similar interests in this country (DONALDSON, 1984, p. 25).

(MADEIRA FILHO, 2016).

Nota-se, a partir de seus números orçamentários, a significativa participação do governo britânico no financiamento da entidade. Sendo a principal ferramenta da Chancelaria do Reino Unido para questões relacionadas à cultura e identidade do país, o British Council confunde-se mesmo com a imagem da coroa britânica e auxilia na promoção das artes, da música, literatura, cinema e até de eventos esportivos, como foi o caso dos Jogos Olímpicos de Londres em 2012.

Conquanto, a atuação primordial do órgão permanece sendo a promoção da língua inglesa por meios educacionais, com destaque para o ensino de inglês para estrangeiros, seja em escolas ou em plataformas virtuais. A entidade também desempenha funções filantrópicas e de cooperação internacional, como a concessão de bolsas de estudos para alunos do ensino superior que querem cursar faculdade na Inglaterra, e oferece, em parceria com os governos locais, cursos de capacitação para professores não-nativos de língua inglesa.

Um outro exemplo da diplomacia cultural e do *soft power* britânico, exercidos por intermédio da educação, são as escolas de inglês Cultura Inglesa. No Brasil, a Associação Brasileira de Culturas Inglesas²⁸ é a entidade que agrega e regulamenta as mais de 70 unidades de escolas Cultura Inglesa espalhadas pelo país. Como o próprio nome sugere, as escolas promovem o ensino da língua e da cultura inglesa por meio de aulas com professores nativos, atividades lúdicas e de entretenimento, e disponibilizam a seus alunos testes oficiais da Universidade de Cambridge, da Inglaterra.

Segundo informações disponibilizadas no endereço eletrônico da organização:

Inglês como cultura. Essa é a filosofia que sintetiza o trabalho desenvolvido pela Cultura Inglesa ao longo de mais de 70 anos de Brasil. [...] Nossa missão educacional é ser mais do que uma escola convencional de línguas e ir além das salas de aula: somos uma ativa produtora e fomentadora de arte e cultura. Não somos uma instituição franqueada (não pagamos pelo uso da marca), mas participante de uma Associação cuja missão é fortalecida pelo compromisso dos seus gestores, na sua grande maioria educadores (CULTURA INGLESA, 2013).

Mais recentemente, a Cultura Inglesa expandiu suas atividades no Brasil e passou a ofertar cursos de terceiro grau, nas modalidades de licenciatura e pós-graduação, àqueles interessados em obter a certificação para o ensino de língua inglesa, na cidade de São Paulo. Em Salvador, onde a Cultura Inglesa passou a atuar a partir de 1985 – compreendendo, hoje,

28 Essa instituição concede o direito de uso da marca Cultura Inglesa às empresas que notoriamente apresentam o objetivo de excelência no ensino de inglês, promovendo a divulgação de valores culturais e sociais da cultura britânica.

quatro unidades de ensino –, existem vários projetos em parceria com empresas, escolas regulares e faculdades da rede privada, bem como com a Prefeitura Municipal, para levar o ensino de inglês para além de suas sedes. Exemplo nítido de cooperação que rende desenvolvimento local e ganhos em termos de *soft power* para a diplomacia britânica.

Percebe-se, tanto na iniciativa das escolas de idioma, quanto na inauguração da faculdade Cultura Inglesa, o fomento, seja financeiro, administrativo ou institucional, do governo britânico. Diferentemente dos exemplos norte-americanos anteriormente elucidados, o *modus operandi* inglês é muito mais condensado, permitindo uma participação tímida dos setores privados locais. Não há registro de casos notáveis de empresários ingleses ou mesmo brasileiros que se prontificaram a disseminar a cultura britânica através do ensino de línguas de maneira totalmente independente.

As iniciativas e políticas para a disseminação do *soft power* inglês em maior parte circundam a órbita governamental, o que, por si, não demonstra ser um demérito ou uma estratégia malograda, haja vista o grande alcance de seus projetos. Podemos entender tal postura como uma característica não só da Inglaterra, bem como de todos os países europeus expoentes na utilização do ensino de línguas como ferramenta de *soft power*.

A França, com sua pioneira Aliança Francesa, a Alemanha, com o Instituto Goethe, a Espanha, com o Instituto Cervantes, e até mesmo a Itália, com a Associação Dante Alighieri, para destacar os exemplos mais notórios, têm em seus respectivos centros culturais a expressão máxima do governo para o além fronteiras. Essa dinâmica pode ser explicada pelo fato de ter sido a Europa o berço dos estados-nações, um continente onde os países, os impérios e suas identidades foram forjados na ideia do coletivo, da centralização, da união, distintivamente do modelo norte-americano de secessão, independência e individualismo.

A seguir, abordaremos a estratégia chinesa, ilustrada em seu projeto audacioso de expansão dos Institutos Confúcio ao redor do globo, que ostenta, guardadas as devidas proporções, algumas semelhanças com as iniciativas dos governos europeus.

3.4 O CASO DO MANDARIM: OS INSTITUTOS CONFÚCIO

Grande aposta da diplomacia chinesa em termos culturais, e peça fundamental do seu plano de tornar-se a nova potência mundial ainda no século XXI, os Institutos Confúcio são centros de cultura pensados nos mesmos moldes dos programas de países europeus, como a Aliança Francesa e o Instituto Cervantes, e que se utilizam do ensino do mandarim para veicular seus valores – e conseqüentemente seu *soft power* – em meio ao público estrangeiro.

Um diferencial significativo dos Institutos Confúcio frente às demais iniciativas de outros países é o fato de estabelecerem-se, prioritariamente, dentro de escolas e *campi* universitários, além de serem administrados diretamente pelo quadro burocrático do governo chinês. Todo o suporte é oferecido pelo governo, através do órgão responsável pela promoção do ensino e aprendizagem do mandarim como língua estrangeira, o Hanban²⁹, e compreendem desde a contratação e o pagamento de salários aos professores, elaboração e distribuição do material curricular para os alunos, até a oferta de atividades culturais, como aulas de Kung Fu e programas de intercâmbio.

Os Institutos Confúcio são parte integrante dos esforços da China na condução de uma política externa pautada pelo conceito de poder brando, no intuito de comunicar ao mundo que a sua tradição cultural reforça a harmonia e que a sua ascensão ao poder será um processo pacífico e globalmente responsável. Conforme aponta Hubbert (2014, p. 332),

De acordo com os estatutos do Instituto Confúcio, os meios de comunicação chineses e os discursos de políticos e funcionários do Hanban, o objetivo central do programa é promover a língua e a cultura chinesas, de modo a desenvolver e reforçar as relações comerciais internacionais, promover o multiculturalismo em todo o mundo e fortalecer os intercâmbios educacionais e culturais entre a China e outras nações. No entanto, os institutos também têm um objetivo mais político: a criação de uma imagem global melhorada diante de discursos que colocam a China como uma ameaça.

Em 2017, o Instituto Confúcio completou 13 anos de existência e, desde sua criação, em 2004, o programa tem crescido exponencialmente ao redor do mundo. Os institutos possuem hoje uma rede de aproximadamente 1.086 filiais, divididos em centros culturais e salas de aula, instaladas em 120 países. Em comparação com outros centros culturais de grande expressão, apenas a Aliança Francesa, que atua desde o século XIX, consegue igualar a marca ostentada pelos chineses de mais de mil institutos espalhados pelo mundo. Em relação ao número de países alcançados, somente o British Council, da Inglaterra, chegou ao registro de mais de cem (ZAHARNA, 2014).

O fator curioso e também surpreendente revelado por essas comparações é que a iniciativa chinesa levou menos de duas décadas para concretizar aquilo que França e Inglaterra, respectivamente, demoraram 120 e 80 anos. Isso é uma prova inconteste de que a política externa da China embarcou em uma jornada ambiciosa e ostensiva de espalhar mundialmente seus valores e cultura por meio do *soft power*, expresso na figura de seus

29 Hanban é a abreviatura, em mandarim, para Escritório Nacional Chinês Para o Ensino do Chinês como Língua Estrangeira. É governado pelo escritório do Conselho Chinês da Língua Internacional, afiliado ao Ministério da Educação da China.

centros de ensino de mandarim. No que tange à aplicação de sua estratégia de poder brando, quando comparada às propostas de países europeus, Starr (2009, p. 71) e Redden (2012) nos apontam que a diplomacia cultural chinesa demonstra maior consistência e planejamento:

Ao contrário dos centros culturais europeus – como a Alliance Française e Goethe-Institute, com as quais são frequentemente comparadas – o Instituto Confúcio localiza-se em escolas e universidades existentes que fornecem instalações de sala de aula, alojamento para professores e pessoal de apoio; não são organizações autônomas. As instituições anfitriãs normalmente recebem um financiamento inicial de US\$ 100.000 a 150.000, por ano por um período de cinco anos, com a expectativa de que o a filial do Instituto Confúcio acabará se tornando autofinanciado após esse tempo.

A escolha por atuar próximo ao público acadêmico revela a intenção do projeto chinês de projetar-se como uma referência diante dos formadores de opinião e produtores de conhecimento. A partir desse movimento, é possível que a penetração em setores mais ordinários da sociedade seja feita posteriormente de maneira sutil e, ao mesmo tempo, eficaz, justamente por não aparentar ser uma investida exclusiva e explicitamente comercial ou política. Um relatório de 2009 afirmou que os Institutos Confúcio "não têm como objetivo apenas melhorar a imagem global da China, mas também ganhar influência sobre o comunidade acadêmica e impulsionar o ensino de estudos chineses em universidades estrangeiras" (SIMCOX, 2009, p. 124).

No Brasil, as instituições de ensino superior que abrigam o Instituto Confúcio são a Universidade Estadual de São Paulo (Unesp), a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) a Universidade de Brasília (UnB), a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Não obstante, algumas críticas têm sido direcionadas a essa estratégia, a exemplo de Zaharna (2014, p. 8), que afirma que “o Instituto Confúcio reflete a agenda do governo chinês e que sua operação nos campi universitários interfere na liberdade acadêmica”. Por desconfiarem do enviesamento e da propaganda do Instituto, algumas universidades de prestígio nos Estados Unidos, tais como Harvard, Yale, Princeton, Stanford e Columbia, opuseram-se a acolher o centro de estudos chineses em seus *campi*.

Por outro lado, muitos membros da Academia chinesa revelam-se entusiastas do projeto de expansão do mandarim através dos Institutos Confúcio e os descrevem como a "combinação mais singular e mais bem sucedida da diplomacia pública da China com a cultura chinesa tradicional" (JI, 2012, p. 329); a "iniciativa mais atraente da diplomacia

pública chinesa” (ZHANG, 2009, p. 13); ou simplesmente como “o bem de exportação mais valioso da cultura chinesa” (WU., 2012, p. 144). Nesse sentido, Liu Wenya (2007, p. 51) acrescenta que:

[...] o estabelecimento de Institutos Confúcio não é apenas uma estratégia de internacionalização da educação, mas que “os institutos são uma representação especial do *soft power* chinês, sendo uma importante contribuição para apresentar uma boa imagem da China.

A respeito de sua denominação, é válido destacar a simbologia em dar ao Instituto Confúcio, carro-chefe da diplomacia cultural da China, o nome do principal filósofo chinês. Wang Ping (2006) nos lembra que Confúcio é a figura representativa da cultura tradicional da China e, portanto, escolhê-lo como ícone para ensinar chinês no exterior é um indicador do renascimento da cultura tradicional chinesa. Também, para Zaharna, o próprio nome do projeto é revelador. O autor sustenta que batizar os institutos com o prenome do filósofo chinês Confúcio (551-479 a.C.) “foi originalmente destinado a simbolizar a longevidade da cultura chinesa, bem como a longevidade prevista para a iniciativa” (ZAHARNA, 2014, p. 10).

Embora este avivamento da cultura chinesa seja inegável, não se pode considerá-lo tão simples e despropositado. Identifica-se, desde a escolha do prenome, a aplicação do *soft power* por parte da Chancelaria da China, uma vez que os institutos funcionam como embaixadores do país e Confúcio é o seu expoente cultural máximo. Para Louie (2011, p. 79), a nomeação nunca é um processo benigno. Ela aponta que “os nomes importam, e eles importam particularmente dentro de uma rubrica confucionista. A escolha de Confúcio como o ícone da cultura chinesa indica a direção que o governo chinês quer tomar”. Hartig (2015) traz uma elucidação bastante pertinente quanto à escolha do nome do instituto a fim de aproximar a China do mundo ocidental:

A escolha do nome dos Institutos Confúcio resulta do fato de que a liderança comunista está muito bem ciente de que os princípios orientadores comunistas originais do marxismo, leninismo e pensamentos de Mao Tsé-Tung, embora ainda em alta estima oficialmente, não conseguem mais persuadir o público chinês e internacional. Por outro lado, os valores ocidentais não são uma alternativa a esse vácuo ideacional e, portanto, o recurso óbvio foi voltar à longa história milenar chinesa de orientação espiritual (HARTIG, 2015, p. 103).

À luz do conceito de *soft power*, pode-se afirmar que o poder brando possui pretensões tanto hegemônicas quanto meramente relacionais, a depender da intenção do ator no cenário internacional e de sua reputação. A iniciativa chinesa em espalhar os Institutos Confúcio pelo

mundo aparenta ser exemplo de um empreendimento relacional do *soft power*. Conforme exposto anteriormente, de acordo com Nye (2004), o *soft power* é um atributo da própria entidade. O poder ou atratividade não reside apenas no recurso ou na cultura, dependendo também de que não haja contradições entre a imagem projetada internacionalmente e a realidade doméstica do ator.

Dessa forma, o projeto chinês não se baseia no apelo inerente da sua língua ou cultura, haja vista que a China ainda é uma ditadura comunista em pleno século XXI, que pratica inúmeras infrações à liberdade e aos direitos humanos. Desse modo, o recurso e o poder dos Institutos Confúcio emergem da abordagem de comunicação em rede, que gera uma estrutura e dinâmica relacionais, sem maiores possibilidades, neste momento, de tornar-se uma hegemonia cultural. Nesse sentido, Nye (2004, p. 31-32) explica que:

Os países suscetíveis de ser atraentes e exercerem maior *soft power* na era da informação são aqueles com múltiplos canais de comunicação que ajudam a enquadrar questões; cuja cultura e ideias dominantes estão mais próximas das normas globais vigentes (que agora enfatizam o liberalismo, o pluralismo e a autonomia); e cuja credibilidade é reforçada por seus valores e políticas nacionais e internacionais.

Conforme também destaca Nye, “a cooperação é reforçada pelo *soft power*” (2004, p. 132). De acordo com Li Junping (2008, p. 46-47), o principal desígnio dos Institutos Confúcio é o de auxiliar a China a adentrar em outros mercados e fazer negócios. Para Duan Yi (2008, p. 51), ex-membro do Hanban, os Institutos Confúcio são um mecanismo eficiente da contribuição científica para a economia globalizada. O autor menciona exemplos nos quais os institutos estão envolvidos na cooperação para o desenvolvimento econômico mundial, revelando seu valor prático:

Para a economia e o comércio da China, os Institutos Confúcio podem oferecer vantagens competitivas através de consultoria linguística e cultural. O Instituto Confúcio em Poitiers, na França, ensina o pessoal francês da empresa de comunicação chinesa ZTE, e o Instituto Confúcio na Tailândia, com a sua parceira Southwest University, está ajudando a empresa Chongqing Motorbike para entrar no mercado tailandês (DUAN Y., 2008, p. 51).

É possível encontrar nos documentos oficiais do Instituto Confúcio e do Hanban menções abertas aos planos de utilizar-se do ensino de mandarim para promover o melhor entendimento entre os povos de outras nações e a civilização chinesa, entendimento este que poderá ser tanto de caráter cultural, quanto político ou comercial. De acordo com os princípios gerais da constituição e dos estatutos do órgão,

Os Institutos Confúcio dedicam-se a satisfazer as demandas de pessoas de diferentes países e regiões do mundo que aprendem a língua chinesa a melhorar a compreensão da língua e cultura chinesas por estes povos; ao reforço do intercâmbio educacional e cultural e da cooperação entre a China e outros países; ao aprofundamento de relações amigáveis com outras nações; à promoção do desenvolvimento do multiculturalismo e à construção de um mundo harmonioso (HANBAN, 2016).

Não obstante o notável crescimento econômico apresentado pela China nas últimas três décadas, fruto de reformas liberais praticadas no país a partir de 1970, há ainda muitas controvérsias a serem vencidas pelos chineses, sobretudo no que diz respeito à maneira pela qual o país se comporta internamente, com destaque para as violações dos direitos humanos e para a censura do partido comunista. Para apagar tais desconfianças junto aos seus parceiros, e arregimentar novos seguidores no exterior, o governo chinês iniciou uma série de medidas com a finalidade de afirmar-se como nação confiável e afinada com os princípios da convivência pacífica. Podemos considerar o estabelecimento dos Institutos Confúcio, em 2004, como a mais ousada e promissora dentre todas.

Entretanto, à luz do conceito de Joseph Nye, cuja visão preconiza que o *soft power* pode ser prejudicado por práticas políticas, comerciais e militares negativas do *hard power*, subtraindo-lhe aceitabilidade, constatamos que a ação da política externa chinesa de promover a rica e diversificada produção cultural do seu país, através do ensino de mandarim e da proliferação dos Institutos Confúcio, poderá levar ainda muito tempo para lograr êxito em seu intento máximo.

Durante a presente parte desta dissertação, discutimos o conceito de *soft power* e o seu valor prático através da cultura, na forma de ensino de línguas, que, por sua vez, possui a capacidade de somar ganhos em termos de cooperação e desenvolvimento internacional nas esferas política e econômica. Procuramos trazer exemplos dos países mais exitosos no uso desse mecanismo, a fim de fundamentar a nossa premissa inicial, cuja visão sustenta que a expansão do ensino de línguas, seja por via governamental ou por meio de agentes privados, é o caminho mais sábio na conjuntura mundial hodierna para obtenção de espaços e de poder no sistema internacional. Na próxima seção, focaremos no papel adotado pela política externa brasileira, com o intuito de destacar erros e acertos e apontar caminhos para o futuro da diplomacia cultural nacional.

4 A INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E AS AÇÕES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA A PROMOÇÃO DA CULTURA NACIONAL

Nas seções dois e três de nossa dissertação, abordamos, respectivamente, os conceitos de diplomacia pública, diplomacia cultural, a relação entre língua, cultura e identidade e o papel do ensino de línguas estrangeiras por meio dos institutos culturais e de escolas de idioma, enquanto ferramentas de *soft power*. A partir das mencionadas discussões, chegamos até aqui com o entendimento de que a diplomacia cultural é um ramo da diplomacia pública que se utiliza dos recursos culturais de um país para promover sua imagem perante a um público no exterior. Por conseguinte, vimos também que, com o passar dos anos, e em decorrência das transformações causadas sobretudo por conta da globalização, os agentes da política externa cultural de um país podem ser os mais variados possíveis, não havendo, como outrora registrou-se, a obrigatoriedade do Estado exercer a função exclusiva de promotor dos ícones culturais de uma nação.

Ademais, observamos que a língua, por guardar uma relação intrínseca com a cultura de um povo, constitui-se como elemento estratégico, através do seu ensino, para a disseminação de valores culturais. Por meio de uma política externa embasada na utilização do *soft power*, ou seja, que prioriza a sutileza da persuasão ante a rispidez da coerção econômica e militar, países auferem ganhos em termos de inserção global, cooperação internacional, conquista de espaços em ambientes bilaterais e multilaterais, culminando, assim, com o tão almejado desenvolvimento nacional.

Defendemos o pressuposto de que o investimento em políticas linguísticas que focalizem na internacionalização do idioma seja o mecanismo mais oportuno, hodiernamente, para o exercício do poder brando, uma vez que a língua, conforme explanado diversas vezes neste trabalho, traz consigo todo um repertório identitário e cultural.

O objeto de análise de nossa dissertação é o ensino de línguas estrangeiras, e buscamos ilustrar na seção precedente o valor prático deste expediente ao trazermos os exemplos de Estados Unidos, Inglaterra e China que, cada um com o seu próprio *modus operandi*, utilizam-se desta atividade, seja encabeçada pelo governo ou em parceria com o setor privado, para auxiliar sua política externa na conquista de espaços, acordos políticos e comerciais e na solidificação da sua imagem junto às sociedades alóctones.

A partir da presente seção, voltaremos a discussão para as ações da política externa brasileira naquilo que compreende o seu eixo de diplomacia pública. Iniciaremos a análise

com um resgate das iniciativas levadas a cabo pelo Itamaraty, no intuito de inserir o Brasil no mundo através dos seus elementos culturais. Priorizaremos a investigação das políticas voltadas para a promoção da língua portuguesa no exterior sem, contudo, deixar de “pincelar” demais movimentos distintos que contribuam para o entendimento de qual tem sido a característica da diplomacia pública e cultural brasileira.

Objetivamos, também, contemplar o papel dos agentes da sociedade civil e dos organismos multilaterais nesse processo, para que, ao final, possamos concluir, de maneira acurada, qual seria a melhor estratégia a ser empregada doravante a fim de otimizar o movimento de internacionalização da língua portuguesa, trazendo consigo resultados de cunho político, econômico e social para o país.

4.1 O PAPEL DA CPLP NA INTERNACIONALIZAÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA E A ATUAÇÃO DO BRASIL EM ESPAÇOS MULTILATERAIS

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em 17 de julho de 1996, na cidade de Lisboa, em Portugal, durante a I Conferência de Chefes de Estado e Governo dos Países de Língua Portuguesa. Incluindo atualmente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné-Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, a CPLP surgiu do ímpeto de se criar uma comunidade composta por nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia³⁰. O objetivo da CPLP transcende as relações comerciais e visa estabelecer a construção de identidades e fomentar demais interesses comuns entre seus membros.

A CPLP norteia-se por três vertentes principais de atuação, assentadas na identidade linguística e nos laços históricos de seus países membros, a saber: a concertação político-diplomática, a cooperação – sobretudo nos campos econômico, social, cultural, jurídico e tecnocientífico –, e a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa (MOTA, 2009). Criada em meio à intensificação dos processos de globalização que marcaram a última década do século XX, a CPLP pode ser encarada como uma reação àquele fenômeno, por parte de seus sete países membros, com o intuito de uni-los e aperfeiçoar as suas relações internacionais. A maior justificativa, e elemento central para a aproximação de nações dispersamente localizadas pelo globo e detentoras de cultura tão distintas, seria a língua portuguesa, utilizada, então, para abrir canais de cooperação econômica, educacional e

30 CPLP. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

cultural (SILVA, 2010).

Nesse sentido, a maior característica da CPLP é a cooperação em língua portuguesa que, por sua vez, orienta a ação política dos seus países membros. Conforme Saraiva (2001, p. 80), tal premissa confere ao organismo uma “natureza pacífica, sem quaisquer objetivos militares, que se aproveita de elementos históricos e culturais comuns tendo em vista potencializar os esforços da cooperação internacional e a promoção do desenvolvimento dirigidos para os países que falam português”. No entanto, o aspecto linguístico é politicamente fraco, haja vista a posição que cada país membro ocupa no sistema internacional e que os compele a assumir outras prioridades, como tornar suas economias mais competitivas e diversificadas, abertas ao mundo, ao passo em que necessitam, também, lançar mão de políticas domésticas que satisfaçam os desejos e a diversidade de cada um dos seus cidadãos, para que no fim isto venha a se refletir como inserção global (MOTA, 2009).

Desta feita, é preciso reconhecer que apenas a unidade linguística e a valorização do seu idioma não são o bastante para que os países lusófonos se utilizem de um organismo multilateral com vistas à projeção internacional e conseqüente alcance do desenvolvimento interno. É necessário que haja propostas e ações concretas nos campos da educação social e da capacitação para o trabalho. Brasil e Portugal, por serem os integrantes da CPLP com maior visibilidade e estrutura, devem agir em conjunto para garantir o bem estar dos demais países da comunidade que, hoje, ainda se encontram à margem do processo de internacionalização e dos ganhos da globalização econômica e da mundialização da cultura (SARAIVA, 2001).

Os PALOPs (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), notoriamente os membros da CPLP em desvantagem com relação ao Brasil e a Portugal, buscam aprofundar a dimensão da cooperação técnica, científica e tecnológica e a concertação político-diplomática, a fim de atenuar as perdas do período de colonização e de anos de guerras civis (SARAIVA, 2001). Faz-se mister reconhecer que países em reconstrução, como é o caso de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, com problemas sociais e econômicos alarmantes, não terão como priorizar esforços para a difusão de sua língua no contexto internacional. Em um primeiro momento, a evolução da cooperação econômica é fundamental para aumentar as taxas de alfabetização e o acesso à educação e tecnologias, diminuir os índices de pobreza, fortalecer as instituições democráticas e possibilitar o alcance dos objetivos ideais futuros (DORIGON, 2013).

Em 2012, um grande desconforto foi causado entre os países da CPLP com o pedido de ingresso da Guiné-Equatorial na comunidade. Conhecida mundialmente pela fragilidade do

seu sistema político e pela sua inobservância dos parâmetros de direitos humanos internacionais, a afiliação da Guiné-Equatorial surtiu consternação ainda maior pelo fato do país sequer possuir o idioma português como língua oficial ou de uso entre seus habitantes.

No ano de 2014, o processo de aceitação do país africano foi concluído e, desde então, a CPLP conta com nove países-membros, sendo que a Guiné-Equatorial passou a adotar políticas de valorização da língua portuguesa em seu território. No entanto, não há consenso com relação à satisfação em ter acolhido os equato-guineenses no organismo e muitos membros da comunidade internacional repudiam o fato, a exemplo de João Paulo Batalha, representante da Transparência Internacional em Portugal

[A Guiné Equatorial] é internacionalmente vista e reconhecida como um dos países mais corruptos do mundo, em que uma elite muito pequena, constituída pela família presidencial e por pessoas próximas, monopoliza todos os recursos naturais do país e onde o povo vive numa miséria quase absoluta [...] É uma obrigação dos países que fazem parte desta comunidade [...] não serem complacentes com fraudes eleitorais e com a construção de um Estado com a aparência de uma democracia, mas que se distingue pela violação reiterada dos direitos humanos, pela opressão do seu próprio povo e por indicadores de corrupção que são assustadores a nível internacional³¹.

Há suspeitas de que a adesão da Guiné-Equatorial na CPLP tenha sido motivada por interesses econômicos, uma vez que o país possui grandes reservas de petróleo e sua elite financeira é responsável por promover diversos investimentos em países estrangeiros. A respeito dessa alegação, João Paulo Batalha ressalta que a imagem do organismo corre o risco de ser maculada com o ingresso do país africano em seus quadros, "a credibilidade da CPLP ficou totalmente abalada. Ficou claro neste processo que o que ela fez foi vender a sua legitimidade internacional à Guiné Equatorial, em troca da abertura de uma porta para negócios naquele país³²".

Tutu Alicante, advogado equato-guineense, denuncia o envolvimento de governantes do país com processos de lavagem de dinheiro no Brasil em entrevista ao portal DW. Alicante relembra um caso de 2015, em que o vice-presidente e também filho do presidente da Guiné Equatorial, Teodorin Obiangs, teria doado três milhões de dólares a Beija-Flor, escola de samba carioca. De acordo com seu relato, o caso encontra respaldo em uma investigação

³¹ Guiné Equatorial na CPLP: o que mudou desde 2014?". Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/guin%C3%A9-equatorial-na-cplp-o-que-mudou-desde-2014/a-19421958>>. Acesso em 21 de março de 2017.

³² CPLP: As promessas por cumprir da Guiné Equatorial". Disponível em: <<http://www.dw.com/pt-002/cplp-as-promessas-por-cumprir-da-guin%C3%A9-equatorial/a-36192596>>. Acesso em 21 de março de 2017.

jornalística³³ que denunciou a entrada ilegal do dinheiro no Brasil através de uma empresa desse mesmo país a operar na Guiné Equatorial. "É óbvio que há lavagem de dinheiro", diz o advogado.

Para Mota (2009), a CPLP não pode se furtar do dever de estimular os valores democráticos e as eleições livres nos países membros, de modo que se criem instituições sólidas que atuem na tarefa de diminuir as assimetrias entre os atores do sistema mundial. Segundo Saraiva (2001, p. 70-71), a língua portuguesa "deve traduzir-se em elevação da qualidade de vida e afirmação da dignidade humana. Se isso não for feito, a CPLP fenecerá". Daremos destaque, a seguir, a algumas iniciativas de cooperação e de difusão da língua portuguesa promovidas pela CPLP com participação enfática do Brasil.

Fundado em Praia, Cabo Verde, em 2002, o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP) talvez tenha sido a iniciativa de maior expressividade tomada pela CPLP no intuito de difundir a língua portuguesa no mundo. O instituto possui como objetivos: "a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais"³⁴.

Podemos elencar outras ações importantes desenvolvidas pela CPLP para a promoção da língua portuguesa: a) o projeto Doc-TV, que visa financiar documentários nos países lusófonos; b) a entrada em vigor do novo acordo ortográfico, a partir de 2009, que, através da sua uniformização instrumental, intenciona facilitar a internacionalização do idioma; c) a petição, junto a ONU, para que o português se torne uma de suas línguas oficiais; d) a proclamação, no ano de 2009, do dia da língua portuguesa e da cultura na CPLP, a ser celebrada a todo 5 de maio; e e) a recente proposta de se instituir, no Rio de Janeiro, um centro de estudos do patrimônio (SILVA, 2010, p. 3028).

Merece destaque também a realização, em abril de 2010, na cidade de Brasília, da I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, oportunidade na qual fora aprovado o Plano de Ação de Brasília³⁵, documento que reúne propostas e objetivos que concernem à mundialização da língua portuguesa por parte da CPLP. Segundo consta no Plano de Ação de Brasília (2010, p. 11)

³³ No Rio, Beija-Flor vence com 'Carnaval do ditador'. Disponível em:

<<http://veja.abril.com.br/entretenimento/no-rio-beija-flor-vence-com-carnaval-do-ditador/>>

³⁴ IILP. Disponível em: <http://iilp.cplp.org/home.html>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

³⁵ Disponível em: http://conferencialp.com/files/plano_brasilia_mar_2010.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

Um dos tópicos trata da promoção da cultura dos países de língua portuguesa, mediante o incentivo a bibliotecas digitais, o aprofundamento da cooperação na área das indústrias culturais, o aumento do intercâmbio de expressões culturais (cinema, música, teatro, dança e artes visuais, entre outras) e a realização, sempre que possível conjunta, de festivais, mostras, temporadas culturais e eventos diversos em terceiros países.

Em sua seção de *Estratégias de Implementação da Língua Portuguesa nas Organizações Internacionais*, o Plano de Ação de Brasília enfatiza a necessidade de introduzir o português como língua de documentação da ONU, como também dar apoio a candidaturas de nacionais dos países membros da CPLP para cargos de representatividade nos organismos internacionais, e também promover a formação de tradutores e intérpretes para atuarem nesses organismos.

No tocante ao ensino de português como língua estrangeira, o documento encara como prioridade a capacitação de professores de PLE e o aumento do número de vagas em cursos de formação em língua portuguesa no ensino básico e secundário em países terceiros, e habilitações em língua portuguesa nos cursos de Letras de universidades no exterior. Quanto à difusão pública da língua portuguesa, fala-se sobre o lançamento da CPLP-TV, veículo através do qual será possível acentuar a emissão de conteúdo audiovisual em língua portuguesa na programação televisiva internacional e, também, o desenvolvimento de atrações para a formação educacional em língua portuguesa que venham a ser transmitidas seja por rádio ou televisão.

Por fim, na terceira seção do documento, intitulada *Estado de Desenvolvimento do Acordo Ortográfico*, versa-se sobre o objetivo do acordo, que visa criar um vocabulário comum aos sete países da CPLP das terminologias científicas e técnicas em língua portuguesa, e quais seriam seus benefícios, a saber: uma vantagem em termos econômicos; um importante instrumento de consolidação e reforço da língua portuguesa nas organizações internacionais a que pertencem países de língua oficial portuguesa; um meio privilegiado para veicular informação; e construir conhecimento na comunicação especializada.

Em suma, é possível avaliar a presença do Brasil na CPLP sob dois prismas. Primeiramente, no que diz respeito à utilização desse organismo multilateral a fim de projetar os interesses brasileiros no exterior, contribuindo para o estreitamento de laços com as nações falantes de português e demais países. Paralelamente, a atuação do Brasil, em conjunto com a CPLP, a fim de atender interesses globais que não seriam auferidos individualmente (MIYAMOTO, 2009).

4.2 QUAL O PESO DA CULTURA PARA A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA?

Nesta subseção, iremos analisar a relevância da cultura na elaboração da política externa brasileira, revelando as principais atividades postas em prática pelo Itamaraty e demais entes da administração pública. Nos próximos parágrafos, traçaremos um contexto histórico das ações tomadas pelo Ministério das Relações Exteriores, ilustrando a expressividade de suas realizações.

Segundo Joseph Nye (2011), o *soft power* possui a característica da imensurabilidade, dificultando, assim, para os governos, geralmente pressionados a obter resultados de curto prazo, a sua implementação. Tal fato é especialmente verídico quando analisamos o caso do Brasil. Por aqui, a instabilidade política é, paradoxalmente, uma constante desde a proclamação da República, e a classe política, concentrando o poder em si, esforça-se para passar a impressão de que o país está no caminho do futuro, através de medidas emergenciais que provocam resultados econômicos e sociais meramente paliativos. Contudo, conforme demonstrado historicamente, o desenvolvimento não é alcançado sem planejamento e com desprezo pelos potenciais particulares. Nesse sentido, Nye observa que o *soft power* demanda visão de longo prazo e descentralização política:

A incorporação do poder brando em uma estratégia de governo é mais difícil do que pode de início parecer. Em primeiro lugar, quanto aos resultados, o sucesso está mais no controle do alvo do que com frequência acontece com o *hard power*. Um segundo problema é que os resultados muitas vezes demoram um longo tempo para aparecer, e a maioria dos políticos e dos públicos fica impaciente para ver um retorno imediato de seus investimentos. Em terceiro lugar, os instrumentos do poder brando não estão totalmente sob o controle dos governos. Os governos controlam a política, mas a cultura e os valores estão incorporados nas sociedades civis³⁶ (NYE, 2011, p. 117-118).

Sabe-se que muito da relutância em lançar mão de políticas públicas que envolvam elementos culturais é provocado pela visão duplamente equivocada de que o pragmatismo é antagônico a investidas que não estejam na órbita do comercial, e de que a cultura não pode ser encarada como um investimento de cunho econômico. Ora, muito embora não se possa esperar que uma expedição com professores de língua portuguesa a terras estrangeiras provoque o mesmo resultado imediato que o lançamento de uma plataforma de exploração de petróleo, é preciso atentar-se ao fato de que a primeira iniciativa também demanda de articulações políticas e de disposição econômica, porém é menos onerosa e produz resultados mais longevos.

36 NYE, Joseph S. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, 2012

Processos culturais não são destituídos da noite para o dia, e apagar a impressão e as marcas culturais de um povo é muito mais difícil e demorado do que impor embargos econômicos ou até mesmo expulsar empresas de outros países. A China poderá assumir o papel de liderança internacional na próxima década, ao passo em que financia projetos de infraestrutura e expansão do seu capital político para outros países, mas o inglês e a cultura norte-americana permanecerão influentes ao redor do mundo ainda por muito tempo.

Uma opção marcante por parte da política externa brasileira foi a de concentrar os esforços de promover a cultura nacional no exterior por intermédio do Estado. Em que pese a recente abertura e desmembramento das ações culturais, a exemplo do ensino de português em outros países em escolas e institutos privados, as ações para promover a cultura brasileira seguiram a percepção francesa de que o Estado deveria ser responsável pela promoção da cultura no exterior. Foi desde a gestão do barão de Rio Branco (1902-1912) que o Itamaraty se tornou, segundo Gilberto Freyre, o “órgão supremo de irradiação ou afirmação do prestígio do Brasil”, organizando e definindo os valores culturais nacionais (FREYRE, 2004, p.172).

Isso fica ainda mais evidente quando analisamos as diretrizes do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Cultura, órgãos responsáveis pela disseminação da cultura brasileira no exterior, bem como os discursos de seus quadros. Em cerimônia de transmissão do cargo em 2010, o então Ministro da Cultura, Gilberto Gil, fez a seguinte observação durante seu pronunciamento:

[...] o Estado não deve deixar de agir. Não deve optar pela omissão. Não deve atirar fora de seus ombros a responsabilidade pela formulação e execução de políticas públicas, apostando todas as suas fichas em mecanismos fiscais e assim entregando a política cultural aos ventos, aos sabores e aos caprichos do deus-mercado³⁷.

Desta forma, cabe, neste momento, analisarmos a estrutura ministerial do Estado brasileiro responsável por lidar com as questões de promoção da cultura nacional. O Departamento Cultural do Itamaraty, responsável pela difusão da cultura brasileira no exterior, está organizado em cinco unidades, discriminadas no Quadro 3:

Quadro 3: Organização do Departamento Cultural do Itamaraty

UNIDADE	FUNÇÃO
Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP)	Promove a difusão da língua portuguesa na sua vertente falada no Brasil.

37 GIL, Gilberto. Discurso do Ministro da Cultura durante a solenidade de transmissão do cargo, em 14.06.2010, Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

Divisão de Operações de Difusão Cultural (DODC)	Difunde e promove a cultura e a arte brasileiras e participa da negociação e da implementação de acordos bilaterais de cooperação cultural.
Divisão de Promoção do Audiovisual (DAV)	Tem a atribuição de promover o cinema nacional, a produção independente para a TV e a publicidade brasileira no exterior.
Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais (DAMC)	Responde pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como UNESCO, MERCOSUL, UNASUL, OEA, CELAC e OEI.
Divisão de Temas Educacionais (DCE)	Cuida dos temas ligados à educação no Ministério das Relações Exteriores, como da cooperação educacional oferecida pelo Brasil e recebida de outros países, organismos internacionais ou agências estrangeiras; participa da negociação e acompanha a execução de acordos referentes à cooperação educacional; divulga oportunidades de bolsas de estudos oferecidas a brasileiros no exterior e estrangeiros no Brasil.

Fonte: Ministério das Relações Exteriores, 2017³⁸.

O MRE não age sozinho nesta empreitada e agrega a participação de mais dois Ministérios, MinC e MEC, Cultura e Educação, respectivamente, o que de certa forma revela a nossa premissa inicial de que educação e cultura são elementos indissociáveis, e que o ensino de línguas apresenta-se como veículo de difusão de inúmeros componentes culturais. A respeito da divisão das tarefas dentro do Itamaraty, Bijos e Arruda (2010, p. 49) acrescentam que

Além do MinC, do MDIC e sua agência de promoção comercial e da Presidência da República, outro importante organismo governamental que merece destaque por sua atuação na difusão cultural é o Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio do Departamento Cultural (DC) e suas divisões. O Departamento Cultural é importante instrumento da diplomacia brasileira e desempenha uma variedade de atribuições que contribuem para a maior aproximação do Brasil a outras nações. Basicamente, o Departamento Cultural tem por função auxiliar a divulgação, no exterior, da cultura brasileira, e, em particular, da língua portuguesa falada no Brasil. Além disso, ocupa-se do relacionamento do País com as instituições multilaterais de natureza cultural, propiciando o fomento de projetos e incentivando os artistas brasileiros a apresentarem seus trabalhos em feiras e congressos internacionais.

No que diz respeito às incumbências do Ministério da Cultura, sua participação na diplomacia cultural brasileira data dos tempos do regime militar, quando ainda atendia pelo

³⁸ Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

nome de Conselho Federal da Cultura. Fundado em 1967, passou a definir a política cultural do Brasil por meio de campanhas nacionais e intercâmbios internacionais (AZEVEDO, 2006). Vale destacar também que, nessa época, a cultura recebeu vários incentivos por parte do governo dos militares, como a criação da Embrafilme, em 1969, do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), em 1972, e do Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973. Em 1975, foram implantadas uma série de iniciativas, como o Plano Nacional de Cultura (PNC), que dariam gênese à criação, na década de 1980, daquele que conhecemos hoje como do Ministério da Cultura, como também a Fundação Nacional de Artes (BIJOS; ARRUDA, 2010).

Sobre o peso da cultura na pasta governamental, que vem a ser refletido na diplomacia cultural brasileira, Bijos e Arruda (2010) traçam a seguinte cronologia:

Em 1985, foi criado o Ministério da Cultura pelo então Presidente José Sarney. Rebaixado mais tarde à Secretaria, durante o governo de Fernando Collor de Mello, somente em 1992, no governo de Itamar Franco, a cultura voltou a ter um Ministério próprio. Nesse período, compreendido entre 1985 e 1994, que antecedeu a presidência de Fernando Henrique Cardoso, a pasta da cultura no âmbito federal sofreu várias alterações, que afetaram o seu trabalho. Os altos e baixos no incentivo à cultura tiveram grandes repercussões no Brasil, tanto na década de 1930, durante o governo de Getúlio Vargas, até percorrer novos caminhos de mudança, com a abertura de novas frentes nos anos de 1990.

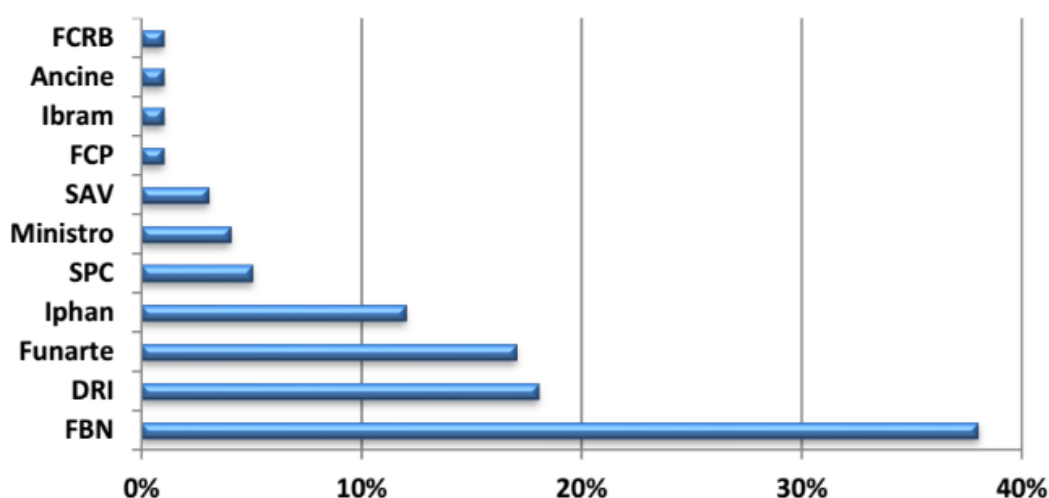
No final da década de 1980, o Itamaraty, em conjunto com o MinC e o MEC, dá início a acordos, em matéria de cooperação horizontal, com outros órgãos do Estado brasileiro envolvidos no campo da cultura. Para Edgar Telles Ribeiro, essas ações marcaram a necessidade de organização do campo da diplomacia cultural brasileira. Nesse sentido, três frentes haveriam de ser contempladas, segundo o autor, começando pelo planejamento da difusão cultural do Brasil no exterior; depois, pela ampliação da oferta orçamentária governamental para o trabalho da diplomacia cultural com vistas ao desenvolvimento do país; e, mais tarde, com a divisão de responsabilidades da diplomacia cultural entre MRE, MinC e MEC, além da parceria com a sociedade civil (RIBEIRO, 2011).

Para concluirmos a análise da participação do Ministério da Cultura na diplomacia cultural brasileira, pulamos para a atualidade e trazemos dados das ações do MinC durante os anos de 2003-2010, período no qual é possível observar um volume farto de atividades por parte deste órgão em conjunto com o Itamaraty e autarquias da administração pública federal.

Nesse conjunto de ações, 56% dos projetos concernem à perspectiva bilateral e 44% ao prisma multilateral - o que mostra a relevância das relações bilaterais para a diplomacia cultural brasileira, trabalhadas pelo MINC na contemporaneidade. Ademais, o levantamento

de ações revelou que a FBN teve atuação em destaque (41%) com relação à diplomacia cultural do país em relação às demais unidades do MinC consideradas. Em seguida, a DRI obteve a segunda colocação com índice de 18%. Adiante, o Iphan e a Funarte compõem a lista com a mesma participação: 13%. A SPC e a SAV obtiveram, respectivamente, 5% e 2% (NOVAIS, 2013):

Gráfico 1 – Índice percentual de participação do Ministério da Cultura do Brasil na diplomacia cultural brasileira no período 2003-2010



Fonte: Ministério da Cultura, 2013; Novais, 2013.

Com relação ao Ministério da Educação, o órgão foi fundado pelo decreto n.º 19.402, em 14 de novembro de 1930, pelo então presidente Getúlio Vargas, e reunia atribuições que iam desde a educação nacional até questões hospitalares e de saúde pública. Durante a década de 1980, cultura e educação foram fundidas na mesma pasta, porém o desmembramento ocorreu a partir do ano 1990 e a entidade passou a tratar exclusivamente de assuntos e políticas públicas educacionais.

A participação do MEC na política externa brasileira e, mais especificamente, na diplomacia cultural, dá-se, mais notória e substancialmente, através da fundação subordinada ao órgão na administração federal indireta, a saber: a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A fundação dispõe da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) subordinada à sua presidência. Juridicamente, a DRI está fundamentada no Decreto n. 7 692, de 2 de março de 2012, que, por sua vez, aprova o estatuto e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da entidade. No tocante às ações internacionais,

particularmente à concessão de bolsas de estudos no exterior, sabe-se que há disposição orçamentária anual cujo montante engloba investimentos para as seguintes ações: a) Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG); b) Programa de Professor Visitante; c) Graduação Sanduíche; d) Bolsas no Exterior relativas ao Programa Ciências Sem Fronteiras; e) Bolsas Mercosul; f) outros.

Em relação à cooperação internacional desenvolvida pela entidade, a finalidade é promover atividades de pós-graduação no contexto mundial. Ademais, busca-se apoiar grupos de pesquisa brasileiros por meio de intercâmbio internacional com intenção de obter nível de excelência nos programas de pós-graduação do Brasil. Para tanto, a CAPES advoga que tem realizado trabalho em sua dimensão internacional por meio de acordos internacionais bilaterais. Assim, tem sido celebrados tratados com vistas ao fomento de projetos conjuntos de investigação acadêmico-científica entre grupos de pesquisa do Brasil e de outros países. Além disso, a CAPES defende que tem financiado missões no exterior, a exemplo de intercâmbio de docentes e de alunos, bem como o custeio para realização de estudos e pesquisas em outros países.

A respeito de sua atuação no âmbito multilateral, a CAPES tem realizado investimentos em parceria com outros entes públicos - brasileiros e estrangeiros - nos seguintes projetos: a) Programa CAPES/Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC); b) Programa Leitorados; c) Licenciaturas Internacionais; d) Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG); e) Programa Visitante do Exterior (PVE); f) Escola de Altos Estudos; g) Programa Geral de Cooperação Internacional; h) Pró-Mobilidade Internacional (Capes/Associação de Universidades de Língua Portuguesa - AULP)³⁹.

Segundo a fundação, existe, também, por parte de seus esforços, o estabelecimento de parcerias universitárias binacionais desde o ano de 2001, com vistas ao aumento do número de intercâmbio discente e docente em nível de graduação e de pós-graduação. Nessa diretriz, foram firmados nos anos 2000 acordos bilaterais com: Alemanha, Argentina, Chile, China, Cuba, Espanha, Estados Unidos da América, França, Holanda (Países Baixos), Itália, Portugal, Timor-Leste e Uruguai. Além disso, a CAPES tem realizado projetos e programas de cooperação educacional com diversos países de todos os continentes⁴⁰. Entretanto, conforme salientamos na seção anterior, a CAPES abdicou, desde o ano de 2015, da parceria

39 Todas as informações a respeito dos projetos da CAPES até o presente parágrafo são verificáveis em seu sítio eletrônico: <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional>. Acesso em 9 de janeiro de 2017.

40 Fonte: CAPES <<http://www.capes.gov.br/>> Acesso em 9 de janeiro de 2017.

com a Fulbright e não mais patrocina a ida de professores de língua portuguesa para atuarem em universidades americanas.

No contexto da atuação internacional dos entes vinculados ao Ministério da Educação, destaca-se, ainda, a Assessoria Internacional do MEC, um dos setores do Gabinete do Ministro da Educação. No tocante à cooperação multilateral, a assessoria auxilia o MEC na participação em organismos internacionais (Unesco, OEA, OEI etc.) e foros internacionais. No que diz respeito às suas relações bilaterais educacionais, o MEC busca trabalhar com projetos de aperfeiçoamento de sistemas educacionais por meio de cooperação com países que tenham firmado acordos de cooperação cultural em matéria de educação com o Brasil.

Atualmente, os esforços para difundir a língua portuguesa no mundo, por parte do MEC, resumem-se a dois projetos, que também são pertinentes à diplomacia cultural brasileira, a saber: o Programa Leitorados, cuja análise será estendida nas próximas subseções; e o Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa (CELPE-BRAS). No tocante ao primeiro, salienta-se que é parceria entre divisões do MRE, Postos do Brasil no Exterior e CAPES/MEC. Segundo o Itamaraty, os Leitorados estão distribuídos em todos os continentes e visam uma aproximação da cultura brasileira com o universo acadêmico estrangeiro, composto, em via de regra, por sujeitos formadores de opinião junto às suas sociedades.

Pode-se concluir, até o momento, que a questão cultural possui uma estima e uma relativa importância dentro da diplomacia brasileira. Percebemos que o Estado movimentou uma parte significativa do seu estamento burocrático no sentido de promover a cultura nacional, por meio de seus demais ministérios que lidam com questões de educação, artes e cultura em geral, auxiliando o Itamaraty na tarefa de obter notoriedade no cenário internacional e trazer ganhos para o âmbito doméstico. Continuaremos a analisar o peso da promoção de sua cultura, para o Brasil, na próxima subseção, na qual traçaremos um contexto histórico das principais formas pelas quais o Itamaraty já tentou imprimir a marca brasileira pelo mundo, destacando iniciativas artísticas e culturais em geral, contudo, já iniciando o enfoque na disseminação da língua portuguesa.

4.3 DIRETRIZES DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E AS FORMAS PELAS QUAIS O BRASIL JÁ TENTOU SE PROMOVER CULTURALMENTE PARA O MUNDO

A política externa brasileira baseia-se, historicamente, em dois pilares fundamentais que norteiam seus objetivos, sendo eles a busca pela inserção internacional do país e o uso de sua diplomacia para o estímulo ao desenvolvimento nacional. Desde os primórdios, sob a

gestão do Barão do Rio Branco, até os dias atuais, a chancelaria brasileira mostra-se aberta ao mundo, prezando pelo convívio harmonioso com seus vizinhos regionais e envidando esforços para que os tratados e acordos selados no âmbito internacional reflitam na superação dos desafios domésticos.

A partir do século XX, o Brasil buscou sua inserção por meio da participação em espaços multilaterais e também através da cooperação com um leque variado de nações. Nesse contexto, é inegável a opção do país em privilegiar as ações de sua diplomacia comercial. No entanto, como revelado nas seções precedentes, o uso do *soft power* e da diplomacia cultural auxiliaram sobremaneira os Estados a maximizarem seus ganhos em outras áreas. Ao apresentar-se ao mundo através de seus atributos culturais e disseminar seus valores e sua marca por meio de sua língua, acordos de natureza política e comercial tornar-se-ão numerosos para o país em um segundo momento.

Conforme nos revela a história, a política externa brasileira demonstrava ciência da importância da cultura e procurou, na maioria dos períodos políticos, utilizá-la no sentido de acudir na consecução dos seus objetivos maiores. Tal postura é identificada já durante a era Vargas quando, disposto a transformar o país em uma potência, através do seu plano desenvolvimentista, Getúlio apostou na difusão da marca Brasil pelo mundo através de sua cultura. Santos (2011, p. 5) aponta que

A cultura passou a fazer parte da agenda internacional a partir dos anos 30. Nesse sentido, as reformas desenvolvidas no Itamaraty, pelo governo Vargas, foram de fundamental importância para imprimir esta nova vertente na política externa, pois difundir as “coisas brasileiras” a nível internacional fazia parte de seu projeto nacionalista.

Uma das medidas inseridas na reforma provocada por Vargas no Itamaraty, visando reforçar a promoção da cultura brasileira, fora a instituição, em 1937, do Serviço de Cooperação Intelectual, que, por sua vez, estava vinculado ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Encabeçada por Gustavo Capanema, à época Ministro da Educação e da Saúde, a mudança previa, entre outras ações, a revisão dos livros de História e Geografia dos principais países do mundo com o intuito de introduzir uma imagem completa e exata do Brasil; a criação de bolsas para estudantes brasileiros que desejassem partir para o estrangeiro; a concessão de subvenções às revistas estrangeiras para que publicassem trabalhos sobre o Brasil e também às instituições que organizassem congressos científicos internacionais (DUMONT; FLÉCHET, 2014).

A respeito do uso estratégico de sua posição dentro do Instituto Internacional de

Cooperação Internacional, Dumont e Fléchet revelam que a política externa brasileira daquele período, primeiramente preocupada em promover-se junto às nações europeias, soube também, habilmente, utilizar-se da cultura nacional para costurar alianças na América Latina e frear a expansão das influências hispânica e anglo-saxônica

Com efeito, apesar de a Europa ter sido o primeiro alvo da diplomacia cultural brasileira por meio do IICI, a América Latina ocupou um lugar cada vez maior no dispositivo posto em prática pelo Itamaraty nos anos 1930, com a assinatura de numerosos acordos de cooperação intelectual. Dessa forma, o Brasil pretendia evitar a formação de um bloco hispano-americano que lhe fosse hostil, bem como assegurar a sua liderança sobre o subcontinente. Apresentando-se, por meio do IICI, como um intermediário entre a Europa e a América, o país procurava se colocar na posição de líder entre seus pares (DUMONT; FLÉCHET, 2014, p. 208)

Após a era Vargas, observou-se uma nova reformulação na diplomacia cultural brasileira, que lhe rendeu a alcunha de “divulgação cultural”. Entre o período da Nova República e da Ditadura Militar, as ações culturais da política externa brasileira voltaram-se a três campos. Destaca-se, em primeiro lugar, a influência da diplomacia cultural no âmbito das demais instâncias políticas brasileiras; logo depois, ocorreu uma mudança no conteúdo das ações adotadas, o que proporcionou um maior espaço à cultura popular, ao lado das produções eruditas; finalmente, percebeu-se, também, uma diversificação de destinatários, tanto dos espaços como dos públicos em questão (DUMONT; FLÉCHET, 2014).

Essa evolução do conteúdo da política do Itamaraty em direção às artes e às práticas populares sinalizou, rapidamente, uma nova orientação dentro do Ministério. Fléchet (2013) e Ribeiro (1989) nos trazem que, a partir dos anos 1960, a diplomacia cultural brasileira obteve alguns de seus maiores sucessos nos domínios audiovisual e da música popular, especialmente com o lançamento da Bossa Nova no Carnegie Hall (1962), com a criação do Festival Internacional da Canção do Rio de Janeiro (1966) e com a Semana do Cinema Brasileiro, em Buenos Aires (1978). Mais a frente, conforme revelam Fléchet e Dumont, esses elementos permanecem a ser utilizados concomitante à alta cultura na difusão da língua portuguesa. Segundo as autoras, “no início dos anos 1980, o cinema, a televisão e o disco continuaram como instrumentos privilegiados da diplomacia cultural brasileira, ao lado de ações mais tradicionais de cooperação intelectual e promoção linguística” (DUMONT, FLÉCHET: 2014, p. 214).

Vale sublinhar também a postura adotada pelo Itamaraty, no início dos anos 1960, de projetar suas ações culturais para o continente africano. Lançada pelo então presidente Jânio Quadros, nos idos de 1961, a “Política Externa Independente”, objetivava, entre outras ações,

o desenvolvimento de relações bilaterais com os Estados recém-independentes da África Ocidental e Meridional, destacando as afinidades étnicas e históricas que ligavam o Brasil à África. Muito embora tenha sofrido uma ligeira intermitência com a renúncia de Jânio Quadros, a política voltara a ser praticada por João Goulart e durante o regime militar.

Ao longo da década de 1970, o Itamaraty financiou diversas manifestações culturais no continente africano, a exemplo do envio de uma extensa delegação, composta pelos mais célebres artistas nacionais, ao Festival Mundial de Artes Negras, a fim de ressaltar as solidariedades naturais entre as populações do Brasil e da África negra. No mês de março de 1974, o Ministério das Relações Exteriores lançou um programa de cooperação cultural entre o Brasil e os países africanos, que envolvia o MEC e contava, também, com a contribuição do Governo do Estado da Bahia e com a Universidade Federal da Bahia, cuja intenção era a criação de um Museu Afro-brasileiro em Salvador, o apoio ao desenvolvimento de atividades de ensino e pesquisa sobre a cultura afro-brasileira, bem como a acolhida de estudantes bolsistas e professores africanos convidados.

Tais iniciativas caracterizaram-se como o estopim rumo a uma mudança de paradigmas e a uma ampliação dos interesses da política externa brasileira, que culminariam, dentre outros, com a arregimentação de esforços e parcerias que propiciaram a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 1996 (SARAIVA, 2001).

A partir da década de 1990, até o final de 2010, houve duas correntes de pensamento político no Ministério das Relações Exteriores, segundo as quais foi balizada a política externa brasileira nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), sendo representadas, respectivamente, pelos institucionalistas pragmáticos e pelos autonomistas. Cada uma delas, ao seu modo, defendeu posição diferente sobre as estratégias e o comportamento da política externa brasileira e, conseqüentemente, da nossa diplomacia cultural. A respeito da corrente pragmática, Bijos e Arruda descrevem-na da seguinte forma

Os institucionalistas pragmáticos caracterizavam-se por um comportamento mais ativo nos foros multilaterais. Outra característica marcante é a defesa da noção de “soberania compartilhada”, na qual os países, juntos, defenderiam os valores universais, tendo os regimes internacionais como garantia (BIJOS; ARRUDA: 2010, p.40).

Nesse contexto, destacam-se as políticas de isenção fiscal promovidas pelo governo FHC, através da Lei Rouanet, no intuito de compartilhar com a iniciativa privada as ações de promoção da cultura nacional no exterior. Diversas empresas passaram a investir em projetos

culturais com o benefício de terem seus impostos abatidos pelo governo. É também durante a gestão de FHC que as representações brasileiras no exterior, conforme demonstraremos mais a frente, passam por um processo mais profundo de privatização, quando postos da Rede Brasil Cultural são remanejados para a iniciativa privada. No tocante aos espaços multilaterais, Bijos e Arruda pontuam que a atuação do governo FHC foi bastante tímida e claudicante, não trazendo resultados significativos

No âmbito do MERCOSUL, durante a gestão de Fernando Henrique, pouco foi feito em relação à integração por meio da cultura. Em 1995, em Assunção, foi criada a Reunião de Ministros e Responsáveis de Cultura, como foro negociador. Lamentavelmente, os resultados de tais pesquisas não foram aproveitados de forma a beneficiar a sociedade (BIJOS; ARRUDA, 2010, p.44).

Em 1996, o governo participou da criação do Parlamento Cultural do MERCOSUL (PARCUM), visando formar um apoio institucional e legislativo para o MERCOSUL Cultural, instrumento pelo qual os países buscariam harmonizar suas legislações no campo da cultura. Desta feita, os presidentes da região criaram, na cidade de Fortaleza, o selo “MERCOSUL Cultural”, oportunidade na qual também fora assinado o “Protocolo de Integração Cultural do MERCOSUL” (BIJOS; ARRUDA, 2010).

Por fim, no que tange à difusão da língua portuguesa pelo mundo, foi implantado o CELPE-BRAS, em 1995, como mais uma amostra da atuação da diplomacia cultural brasileira na presidência de FHC. Consoante Betânia Monteiro Cielo (2012, p. 2), o governo brasileiro institucionalizou tal exame por meio da Portaria Ministerial no 1 787/95 (DOU de 02/0195) com intuito de “[...] avaliar a competência comunicativa de estrangeiros em português”.

A outra corrente de pensamento político, que ficou conhecida como autonomista ou nacionalista, notabilizou-se por uma postura autônoma e universalista à frente da política externa brasileira e, como traço mais marcante, buscou o fortalecimento da presença brasileira na política internacional. O objetivo principal dos autonomistas era o de tornar o Brasil uma liderança regional e utilizar essa posição para se tornar uma potência mundial. Como intento máximo desse período, destacam-se os esforços pela reforma institucional do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de modo que o Brasil fosse creditado com um assento permanente na entidade.

No que tange à diplomacia cultural, no período que vai de 2003 a 2010, notou-se uma intensa participação do Departamento Cultural do Itamaraty no auxílio à política externa brasileira em seus objetivos. O emprego do *soft power* passou a ser prioridade e, mesmo

através de outros órgãos e entidades da administração pública, e de ações não diretamente relacionadas à cultura, uma imagem positiva e atraente do Brasil passou a ser difundida, graças a uma postura conciliatória e amistosa no âmbito externo, bem como às conquistas sociais e econômicas obtidas em seu território.

Notabiliza-se como um feito meritório do Departamento Cultural do Itamaraty a realização, em 2005, do “Ano do Brasil na França”. Em termos econômicos, segundo a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX), o Ano do Brasil na França gerou 300 milhões de reais em vendas de produtos, mais os ganhos em promoção e consolidação da cultura brasileira no estrangeiro. A respeito da ocasião, o embaixador Ruy Pacheco de Azevedo Amaral relata que

Mais de 2.500 artistas, intelectuais e operadores culturais deslocaram-se à França ao longo de 2005, para participar das manifestações inscritas na programação oficial que reuniu 104 exposições: 29 patrimoniais, 44 de arte contemporânea, 20 de fotografia e 11 de arquitetura e design; 28 projetos de teatro, dança e circo, que se desdobraram em 492 espetáculos, apresentados em 86 cidades francesas; 60 projetos musicais geraram 318 apresentações, em 67 cidades; 64 colóquios e eventos literários foram organizados, assim como 37 projetos na área do cinema e do audiovisual envolvendo 429 filmes em 1.298 projeções. Realizaram-se, ademais, 40 projetos multidisciplinares que envolveram 64 exposições, 197 espetáculos musicais, 34 de dança e teatro, 31 projeções de filmes e 42 seminários e eventos literários, bem como 8 eventos esportivos, 3 de gastronomia e um educativo⁴¹.

Outro marco do *soft power* brasileiro foi a escolha, por parte da FIFA e do Comitê Olímpico Internacional (COI), para que o país sediasse, respectivamente, a Copa do Mundo de futebol de 2014, e os Jogos Olímpicos de 2016. Em 2007, ano em que a FIFA nomeou o Brasil como anfitrião da Copa do Mundo, o país já havia sediado outro importante evento internacional, os Jogos Pan-Americanos, na cidade do Rio de Janeiro. Eventos desse porte agregam muitos elementos positivos à imagem internacional do país em um primeiro momento, pois a escolha indica que haverá investimentos na infraestrutura, que o momento político é estável e, dessa forma, milhares de pessoas ao redor do mundo irão visitar o país, injetar dinheiro em sua economia e experienciar sua cultura.

Na seção anterior, havíamos salientado a diversidade de recursos através dos quais o *soft power* pode se manifestar e ser empregado. Quando concebeu o conceito, Nye (2004) havia descrito três fontes primárias de poder brando de um ator – recapitulando, sua cultura, seus valores políticos e sua política externa. Na mesma obra em que trata da descrição de seu conceito, o autor pontua que o mesmo pode vir a ter suas fontes ampliadas, uma vez que essas

41 AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. O Ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.

três proveniências primárias possuem um caráter muito abrangente. Já constatamos, também, na segunda seção deste trabalho, que língua e cultura podem compor uma mesma sinergia, devido à relação inerente entre ambas. Da mesma forma, o esporte pode ser entendido como elemento cultural e identitário de uma nação, haja vista a identificação do Brasil com o futebol, da Inglaterra com o críquete, de Cuba com o beisebol e dos Estados Unidos com o basquete etc.

Nessa perspectiva, a articulação política e diplomática, e o êxito em obter a indicação para sediar eventos esportivos, revelaram a capacidade do Brasil de atrair e seduzir outros agentes para que seu objetivo fosse alcançado. Um país que não possua valores políticos inspiradores e política externa eficiente jamais lograria tamanha conquista. Sobre a destreza da diplomacia cultural brasileira em se utilizar do esporte em benefício do país, Andreia Soares e Castro (2013, p. 32) advoga que “a diplomacia esportiva é uma estratégia criada pelos políticos brasileiros para aumentar seu poder, prestígio e popularidade. O esporte e o futebol são e continuarão a ser ferramentas importantes para alcançar os objetivos da política externa brasileira”. A comissão organizadora local do evento também elenca as vantagens de ser anfitrião das Olimpíadas

Fundados e totalmente subscritos pelos três níveis de governo (Federal, Estadual e Municipal), os Jogos Rio 2016 ajudarão a continuar o crescimento contínuo da economia brasileira. Eles trarão um novo nível de reconhecimento global do Brasil. Espetáculos magníficos e impressionantes imagens de transmissão fornecerão um impulso de longo prazo para o turismo e a crescente reputação do Brasil como um lugar excitante e gratificante para viver, fazer negócios e visitar⁴².

Muito embora o desfecho desse episódio não tenha sido tão triunfante como prenunciavam os agentes da política brasileira envolvidos no planejamento, promoção e realização da Copa do Mundo e dos Jogos Olímpicos, pode-se dizer que os eventos citados adicionaram ativos para o *soft power* do país. Contudo, ocorrências de atraso na entrega das obras de infraestrutura locais, denúncias de corrupção e superfaturamento dos estádios e a inexistência de um planejamento pós-evento comprometeram a credibilidade do Brasil no exterior e, aquilo que poderia servir de oportunidade para alavancar e consolidar a imagem nacional, acabou por apenas corroborar desconfianças e postergar, mais uma vez, o futuro do país. Como coloca Nye (2004), atributos culturais não são suficientes ao *soft power*, sendo preciso também uma conjuntura interna positiva.

42 Prefeitura do Rio de Janeiro. Documento de candidatura para os Jogos Olímpicos 2016.

Em último lugar, analisaremos o papel desempenhado pelo programa Ciência Sem Fronteiras, do Ministério da Educação, enquanto ação que visa o exercício do poder brando. Conforme explicitamos anteriormente, o programa teve como finalidade capacitar estudantes universitários brasileiros com a concessão de bolsas de estudo em instituições de nível superior estrangeiras, a fim de que os mesmos retornem ao país em condições de contribuir para o progresso das ciências e com o desenvolvimento nacional, ao mesmo passo em que mostra ao mundo a preocupação do Estado brasileiro em tornar-se um país competitivo e preocupado com a educação.

A atração pelo Brasil seria desperta justamente pelo interesse de outros países em acolher os estudantes financiados pelo governo. Em contrapartida, conforme defende Vinícius Martos (2013), os próprios alunos brasileiros atuariam como uma espécie de embaixadores, promovendo a imagem, a cultura e a língua do país durante sua estada no exterior. Conforme ele diz,

O poder brando, para nós, reside no fato de acreditarmos que, no caso de uma iniciativa deste tipo, os cidadãos são um ativo do Estado. Com isto afirmamos que cada brasileiro no exterior representa o Brasil, de fato e, ademais, pode trabalhar – até mesmo inconscientemente – na promoção dos valores e dos ideais brasileiros e na difusão da cultura e história do país, como se fossem um exército de diplomatas – guardadas as devidas proporções – exercendo um trabalho árduo de projeção internacional em larga escala. Sendo assim, quanto maior for o número de estudantes brasileiros com bolsas em universidades e escolas ao redor do mundo, maior é a presença do Brasil no exterior e, por conseguinte, maior o poder brando brasileiro. (MARTOS, 2013, p.17)

Não obstante, muitas críticas foram lançadas ao programa desde o início de sua inauguração, sendo a maioria delas voltada para o seu caráter eleitoreiro e para a falta de planejamento na execução da iniciativa. Ademais, questiona-se o critério para a seleção dos bolsistas, uma vez que, em inúmeros casos, estudantes sem proficiência no idioma do país de destino acabaram sendo agraciado com a bolsa – fator que atestaria contra a reputação do Brasil – havendo também desperdício de dinheiro público ao enviar alunos para instituições que não são tão prestigiadas assim no universo acadêmico. Um editorial do jornal Estado de São Paulo, publicado em 2013, critica com bastante veemência o programa do governo federal:

O Ciência sem Fronteiras tem como objetivo internacionalizar o ensino superior no País, por meio da concessão de bolsas de estudo em universidades competitivas no exterior. A intenção, alardeia o governo, é "investir na formação de pessoal altamente qualificado nas competências e habilidades necessárias para o avanço da sociedade do conhecimento". Ainda se espera que esse objetivo seja alcançado,

porque esse é um dos fatores dos quais depende o pleno desenvolvimento do Brasil, mas multiplicam-se evidências de que, por trás do palavreiro repleto de boas intenções e metas ousadas, viceja a conhecida inépcia da administração lulopetista [...]

Um exemplo escandaloso disso é a decisão do governo de diminuir a exigência de conhecimento de alemão, francês, inglês e italiano para seleção de bolsistas, de modo que os candidatos com nenhum domínio desses idiomas poderão participar do programa. O governo oferecerá aulas intensivas de idiomas, de até dois meses, para tentar compensar a deficiência dos candidatos, mas especialistas salientam que isso não basta, já que os cursos na área tecnológica, principal foco do programa, exigem pleno domínio da língua em que são dados. Em dois meses, é improvável que os bolsistas possam atingir esse nível de proficiência. O governo reduziu a tal ponto a exigência de domínio do inglês que, no caso da seleção de alunos dos Institutos Federais de Educação Tecnológica e das Faculdades de Tecnologia (FATECS) para estudar nos Estados Unidos, o candidato ganhará a vaga mesmo se não conseguir manter uma conversação básica. Não é possível imaginar que um bolsista com essas credenciais consiga ser bem-sucedido nas melhores universidades americanas e europeias. [...]

Ante a evidente limitação de muitos candidatos, vários deles têm optado por concorrer a bolsas para estudar em Portugal, para driblar o obstáculo da língua. O problema é que a maioria dos bolsistas optou por universidades portuguesas que são consideradas mais fracas que as brasileiras, apesar do Ciência sem Fronteiras propagandear que tem convênios com "as melhores universidades do mundo". Um desses estudantes, ouvido pelo Estado (5/3), disse que o importante não era o curso em si, mas o "contato com a cultura europeia" – uma espécie de turismo à custa dos cofres públicos (ESTADO, 2013)⁴³.

Em nossa avaliação, na qualidade de ferramenta de *soft power*, o programa Ciências Sem Fronteiras não justificou o imenso investimento pecuniário que lhe foi demandado, tampouco demonstrou ser um projeto ideal para fins de atração. Conforme debate estabelecido na seção anterior, a maneira mais eficaz de se promover a cultura e exercer o poder brando, em termos de intercâmbio estudantil, seria através da “internacionalização ativa”, ou seja, por meio do acolhimento de docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros nas instituições locais (MARRARA, 2007).

Da mesma forma que os eventos esportivos propiciaram aos visitantes estrangeiros uma imersão na cultura do Brasil, sinalizando a perspectiva de pujança econômica e a estabilidade das instituições do país àquela época, receber acadêmicos do mundo em nosso território, embora envolva um trabalho de coordenação entre as instituições locais um tanto árduo, geraria frutos econômicos e políticos muito mais consistentes. Outrossim, no tocante à internacionalização da língua portuguesa, o estrangeiro residindo temporariamente no Brasil poderá aprender o idioma com nativos, seja formal ou informalmente, e levá-lo-á consigo de

43 O Estado de São Paulo. ‘Puxadinho’ Sem Fronteiras. 6 de Março de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,puxadinho-sem-fronteiras,1004988,0.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

maneira muito mais competente e assimilada.

Assim sendo, nesta seção, discorreremos sobre as principais medidas adotadas pelo Itamaraty, em conjunto com outras instâncias do Estado brasileiro, para promover a imagem do país mundialmente através de sua cultura. Optamos por traçar um recorte temporal que se iniciou na primeira metade do século XX e culminou com a análise de medidas contemporâneas, lançadas nas duas primeiras décadas do século XXI. O enfoque, neste momento, não foi exclusivo sobre as ações de difusão da língua portuguesa, já que almejamos, com este trabalho, disponibilizar um panorama da diplomacia cultural brasileira em diversas frentes.

Conclui-se que a diplomacia pública nacional esforça-se para fazer uso sapiente e otimizado dos seus recursos culturais enquanto ferramentas de *soft power*, levando o país a ocupar a posição de número 24º no ranking⁴⁴ das 30 nações que melhor utilizam seu poder brando. No entanto, dada a fartura de elementos culturais possuídos pelo Brasil, é possível ambicionar posições mais elevadas. O desafio será conciliar sua propensão natural ao destaque com um ambiente doméstico que desperte a confiança dos agentes internacionais. O papel da economia e das instituições políticas é decisivo nesse sentido. A seguir, iniciaremos o estudo das formas de disseminação da língua portuguesa no cenário mundial, abordando tanto o papel do Estado, quanto a iniciativa de empresas e indivíduos.

4.3.1 A postura do Itamaraty na difusão da língua portuguesa: a Rede Brasil Cultural e demais iniciativas

Com a missão de internacionalizar a variante brasileira da língua portuguesa através do ensino e da promoção da cultura nacional, o Itamaraty dispõe do apoio da Divisão de Promoção da Língua Portuguesa (DPLP), cujo principal mecanismo utilizado para tal fim é a Rede Brasil Cultural, criada na década de 1940.

Também conhecida como Rede Brasileira de Ensino no Exterior (REBx), ela opera em três frentes: a) através do trabalho dos Centros e Institutos Culturais do Brasil no exterior; b) pelo desenvolvimento do Programa Leitorados; e c) pelo apoio a instituições sem fins lucrativos, conveniadas aos Postos Brasileiros no Exterior, com propósito de promover o ensino da língua portuguesa nos países onde estão situados. A REBx é composta por 40 Leitorados, 5 núcleos de estudos, 7 Institutos Culturais e 24 Centros Culturais, distribuídos

44 Índice anual criado pela organização Portland Communications, que afere o poder brando dos países baseado em suas capacidades de atrair, construir e mobilizar redes de relacionamentos com outras nações e demais atores: <http://softpower30.portland-communications.com/ranking/>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

em mais de 40 países nos 5 continentes.

Os Leitorados reúnem professores especialistas em língua portuguesa, literatura e cultura brasileiras, que atuam em conceituadas universidades estrangeiras, selecionados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Ministério da Educação (CAPES/MEC) e pelas instituições acadêmicas no exterior. Atualmente, o Departamento Cultural do Itamaraty coordena e subsidia as atividades dos Leitorados distribuídos em universidades de reconhecido prestígio. Já os Núcleos de Estudos Brasileiros (NEBs) funcionam em embaixadas e consulados na Guiné Equatorial, na Guatemala, no Paquistão e no Uruguai. Os NEBs oferecem cursos de português e promovem atividades ligadas à cultura brasileira.

Único instrumento que compõe a REBx à parte da administração pública federal, os Institutos Culturais são entidades sem fins lucrativos de direito privado e, embora autônomas, cumprem missão cultural em coordenação com as missões diplomáticas e consulares da jurisdição em que estão sediadas. São eles: Instituto de Cultura Brasil-Colômbia (Bogotá), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (Buenos Aires), Fundação Centro de Estudos Brasileiros (São José), Instituto Cultural Brasil-Venezuela (Caracas), Instituto Brasil-Itália (Milão), Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro (Montevideu) e o Instituto Brasileiro-Equatoriano de Cultura (Quito) (DINIZ, 2012).

Diversos Institutos Culturais, sobretudo na América Latina, originaram-se a partir de privatizações de antigos Centros de Estudos Brasileiros, política que se tornou frequente nos governos brasileiros na década de 1990. Chama a atenção que, à exceção do Instituto Cultural Brasil-Itália, os demais estão todos localizados em países de língua oficial espanhola.

Por sua vez, os Centros Culturais Brasileiros focalizavam suas atividades exclusivamente no ensino da língua portuguesa. Entretanto, ao longo dos últimos anos, essas atividades têm-se intensificado e expandido, passando a abarcar, além da difusão da cultura brasileira nas suas diversas vertentes, a divulgação de manifestações artísticas e culturais locais, transformando-se em genuínos centros culturais. Dessa forma, a denominação "centro de estudos" deixou de alcançar conceitualmente a ampla esfera de atuação dessas unidades, sendo mais conveniente o título de "centro cultural", seguido pelo nome do país onde o mesmo está situado.

As tarefas dos Centros Culturais Brasileiros (CCBs) envolvem: o ensino sistemático da língua portuguesa falada no Brasil, para estrangeiros e para filhos de brasileiros nascidos no exterior; a aplicação do exame de proficiência CELPE-Bras; a difusão da literatura e da cultura brasileiras; a organização de exposições de artes visuais, espetáculos teatrais e

participação em feiras de livros; a distribuição de material informativo sobre o Brasil; a difusão da música erudita e popular brasileira; a divulgação cinematográfica brasileira; a organização de palestras e seminários sobre temas relacionados à civilização e à atualidade brasileira; e a promoção de outras formas da cultura do Brasil.

A distribuição das unidades dos CCBs ao redor do mundo é a seguinte: 13 centros localizados no continente americano, 3 no continente europeu, 6 no continente africano e 2 no Oriente Médio. A respeito dos cursos de português ofertados nos centros culturais,

[...] os CCBs oferecem módulos diversos, direcionados a diferentes objetivos. Destacam-se os cursos que preparam os alunos para o CELPE-Bras, bem como para o exercício de determinadas atividades profissionais que demandam a proficiência em português brasileiro. Entre elas, destacam-se a diplomacia (há parcerias entre CCBs e escolas diplomáticas locais) e funções jurídicas e militares em países fronteiriços ao Brasil (na América do Sul, por exemplo, determinados CCBs capacitam membros das Forças Armadas locais) (ITAMARATY, 2017)⁴⁵.

Para a coleta de dados da nossa pesquisa, escolhemos o Centro Cultural Brasil-Finlândia⁴⁶, vinculado à embaixada brasileira naquele país, localizado na cidade de Helsinque. O Centro foi fundado no ano de 2001 e é considerado pelo Itamaraty como uma unidade de referência da Rede Brasil Cultural. Além dos cursos de português oferecidos, que contam com uma média anual de 100 alunos, o Centro está presente também no Departamento de Línguas Modernas da Universidade de Helsinque, onde promove diversas palestras e simpósios voltados para os alunos dos cursos de graduação e pós-graduação, abordando temas diversos, como o Português do Brasil, a História e a Cultura do Brasil, a Literatura Brasileira, etc.

Durante a pesquisa, nosso contato na Embaixada brasileira em Helsinque para a coleta de informações foi a diretora do Centro Cultural Brasil-Finlândia, Maila-Kaarina Rantanen, que, solicitamente, dispõe-se a responder um questionário de perguntas enviado por correio eletrônico. Rantanen é responsável por administrar o CCBF e apresentar projetos culturais que promovam a língua portuguesa, bem como ser o ponto focal da Embaixada para assuntos referentes à educação e à cooperação educacional e científica entre o Brasil e a Finlândia. Sobre as atividades culturais e de ensino do português promovidas pelo CCBF, Rantanen relata que

O CCBF oferece em média 8 cursos de língua portuguesa por bimestre, voltados para alunos de todos os níveis. Desenvolvemos, também, um projeto chamado

45 <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/menu-a-rede/menu-centros-culturais>. Acesso em 16 de janeiro de 2017.

46 A escolha pelo Centro Cultural Brasil-Finlândia deu-se em virtude do seu desempenho destacado dentro da Rede Brasil Cultural como difusor da língua portuguesa e cultura nacional

“Oficina de Língua Portuguesa para Crianças” que visa estimular o ensino da língua portuguesa como língua de herança para crianças de 5 a 10 anos de idade. Para promover a cultura brasileira na Finlândia, realizamos diversos projetos e eventos ao longo do ano. Buscamos trazer um linguista ou um autor brasileiro a cada ano para promover suas obras e/ou projetos de pesquisa. Nossos eventos mais populares e já tradicionais são o “Janela Literária”, que busca promover a literatura contemporânea brasileira, o “Seminário Sobre a Pluralidade da Língua Portuguesa” (já realizamos três), em parceria com a Universidade de Helsinque, que visa discutir a importância e o papel da língua portuguesa no mundo, por meio de sua pluralidade. O seminário aborda temas diversos escolhidos pelos professores e autores convidados.

A diretora prossegue em seu relato elucidando os aspectos da cultura brasileira mais abordados em sala de aula e nas demais atividades promovidas pelo CCBF, enfatizando a importância do ensino de língua portuguesa como veículo para derrubar estereótipos a respeito do Brasil e sua cultura.

Nosso objetivo é mostrar uma cultura baseada na pluralidade e não enfatizar estereótipos. É normal que os alunos cheguem ao CCBF com uma visão bem estereotipada do Brasil e do Brasileiro: país do Carnaval, de mulheres mulatas e sensuais etc. Em nosso trabalho, tentamos mostrar a diversidade da cultura brasileira, de cada região do Brasil e tentamos mostrar que somos um povo multicultural e extremamente diversificado tanto em aparência quanto em hábitos e costumes.

Perguntada sobre a existência de uma política específica, por parte do Itamaraty, pensada para o exercício do *soft power*, destinada a Embaixada do Brasil na Finlândia, Rantanen salienta que, por conta das relações comerciais e institucionais entre os dois países não serem muito tradicionais, o papel do CCBF é o de justamente estreitar tais laços e contribuir para o avanço da cooperação Brasil-Finlândia no futuro

Tendo em vista o comércio exterior entre o Brasil e a Finlândia não ser muito forte e expressivo, a diplomacia cultural e as atividades culturais e educacionais realizadas por este CCB acabam por ser muito importantes para este Posto. Considerando os CCBs serem a principal fonte de diplomacia cultural do Itamaraty, e de só haver três CCBs na Europa (Barcelona, Roma e Helsinque), podemos considerar a própria existência de um Centro na Finlândia como uma política específica de estreitamento de laços entre o Brasil e o país nórdico. Como resultado, as relações comerciais entre os dois países vêm avançando, e atualmente, há algo em torno de 22 empresas finlandesas operando no Brasil.

No tocante ao número de inscritos e ao perfil dos alunos que buscam os cursos de língua portuguesa da Embaixada, Rantanen revela que, a cada bimestre, cerca de 50 matrículas são realizadas na instituição, e que grande parte dos alunos do Centro são profissionais com vistas a serem expatriados para o Brasil: diplomatas e oficiais de chancelaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, responsáveis pela pasta Brasil em suas

funções, e pessoas casadas com brasileiros. Segundo a diretora do CCB Finlândia, quase todos os alunos já visitaram o país ou estudaram previamente a respeito do Brasil e querem aprimorar seus conhecimentos linguísticos e culturais.

Há também, em Helsinque, outros cursos de português oferecidos por instituições privadas, conhecidos como *kansalaisopisto*, que são centros de cultura municipais que oferecem, trimestralmente, diversos cursos livres nas mais diversas áreas, inclusive idiomas. No entanto, conforme nos revelou a diretora do CCBF, os cursos não proporcionam certificação e podem ser ministrados por instrutores de ensino.

A Universidade de Helsinque também oferece um curso extra de língua portuguesa, mas não há professores nativos e nem da vertente brasileira da língua ministrando as aulas, o que torna o Centro Cultural da Embaixada uma opção bastante atrativa por se tratar de uma fonte linguística e cultural mais genuína. Em seus 15 anos de atuação na diplomacia cultural brasileira na Finlândia, o CCBF, segundo nos revelou Rantanen, desenvolve atividades culturais e de ensino do português de forma absolutamente independente, não havendo, portanto, nenhum tipo de ação conjunta com o setor privado da Finlândia ou do Brasil.

A realidade do Centro Cultural Brasil-Finlândia é bastante positiva segundo indicam as declarações da diretora da instituição, e a difusão da língua portuguesa alcança resultados vistosos, atingindo um número expressivo de alunos. Interessante notar que a Embaixada brasileira investe no exercício da diplomacia cultural na tentativa de aprimorar as relações bilaterais entre os dois países e, nesse sentido, o ensino de português é o mecanismo de *soft power* que capitaneia essa empreitada. Tal postura provavelmente é motivada pelo sucesso obtido pela Rede Brasil Cultural em outros países, e espelhada também no êxito de outros institutos de cultura estrangeiros que promovem a língua de sua nação para fins de acúmulo de poder brando e selamento de acordos e parcerias das mais diversas naturezas.

Entretanto, podemos apontar algumas falhas na política cultural do Itamaraty no que tange aos Centros Culturais. A mais evidente delas é o ainda baixíssimo número de centros espalhados pelo mundo. Com um total de 24 unidades divididas entre a Europa, a América do Sul, a África e o Oriente Médio, é de se causar consternação não só a quantidade irrisória nessas regiões, como também a inexistência de centros culturais no continente asiático, onde estão localizadas três das maiores economias do mundo, China, Japão e Índia, países com os quais o Brasil possui relações tradicionais, tanto por parte de seus governos, como pelos laços históricos entre seus povos. Há, também, a relação linguística com Macau e Timor-Leste.

Ademais, o recrutamento de profissionais poderia ser mais simplificado e fluido, convocando-se, com o apoio da iniciativa privada e de maneira pública e notória, por

exemplo, professores licenciados de língua portuguesa que atuam nas escolas, universidades e cursos livres no Brasil para estágios no exterior, além de aproveitar de recém-egressos das licenciaturas com habilitação no ensino de português como língua estrangeira⁴⁷ para adquirirem *know-how* fora do país. Dessa forma, contribuir-se-ia, assim, para um intercâmbio cultural mais intenso e para o estabelecimento de uma maior sinergia entre as instituições e indivíduos da área de educação e da política externa brasileira. Afinal de contas, a diplomacia pública é, antes de tudo, o diálogo entre os públicos estrangeiros, não podendo estar limitada somente aos membros da Chancelaria e seus funcionários regionais.

Em suma, ressaltamos que a aposta na implantação de institutos culturais que promovam o ensino de línguas em terras estrangeiras reflete a preocupação do país em mostrar-se ao mundo como nação pacífica, alinhada com os princípios de cooperação e mutualismo, e que os resultados são comprovadamente positivos. Madeira Filho (2016, p. 92) acrescenta à questão, ilustrando de que forma os institutos culturais auxiliam na reformulação da imagem de um país e na sua recolocação na ordem mundial:

É ilustrativo observar que quase todos os países que decidiram pela criação de seus institutos de cultura, da pioneira França até os exemplos mais recentes de Espanha, Portugal e China, fizeram sua opção em contexto histórico de necessidade de recuperação de prestígio, abalado por conflitos, ameaças ou desconfianças, ou em circunstâncias de mudança em seu patamar geopolítico – que passava a demandar, então, uma requalificação de sua imagem externa. A França, ao montar a Aliança, lutava, no final do século XIX, por manter seu papel como nação influente, após a derrota para a Alemanha, e por conquistar seu espaço na área de influência do Norte da África; a Itália, com a criação da Sociedade Dante Alighieri (e, mais tarde, com o estabelecimento dos Institutos Italianos de Cultura), tentava passar uma ideia de nação recém-unificada, no primeiro caso, ou como potência europeia, no segundo caso; o Reino Unido, ao instituir o Conselho Britânico, resolvera afirmar-se como difusora cultural, disseminando seus valores, de modo a contra-arrestar a forte propaganda dos países do Eixo; a Alemanha, com o Instituto Goethe, empenhava-se em apagar a imagem de nação agressora e imperialista e lançava-se na tarefa de irradiar uma nova cultura de paz e tolerância entre as nações do mundo; a Espanha recompunha-se com a Europa e o mundo, por meio de iniciativas como o Cervantes; Portugal, instituindo o Camões, tratava igualmente de vencer o isolamento de décadas e mostrar-se capaz de contribuir para o diálogo internacional; e a China, com o Instituto Confúcio, tenta passar, embora de modo muitas vezes contraditório, a mensagem de que seu poderio econômico e militar está a serviço da paz e da cooperação em escala mundial.

Na próxima subseção, discutiremos as iniciativas de promoção da língua portuguesa no mundo por parte das instituições privadas e da sociedade civil.

47 Atualmente, existem apenas dois cursos de nível superior na área de Letras que formam professores para o exercício da docência do Português como Língua Estrangeira (PLE), sendo um na Universidade de Brasília (UnB) e outro na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contudo, componentes curriculares voltados para a metodologia de ensino de PLE são ofertados em diversas universidades, onde também são oferecidos cursos de extensão para estrangeiros interessados em aprender o idioma.

4.4 A SOCIEDADE CIVIL E O SETOR PRIVADO: AS CASAS DO BRASIL AO REDOR DO MUNDO

Outro elemento importante para o nosso estudo sobre a difusão da língua portuguesa enquanto instrumento de *soft power* para o Brasil é a ação dos agentes privados. Conforme destacamos anteriormente, o modelo de diplomacia cultural brasileiro é marcado pelo espelhamento nos exemplos europeus de centralização das suas atividades no âmbito estatal. Diferente de como procedem os Estados Unidos, que estimulam acentuadamente a difusão internacional de seus ícones culturais por meio de empresas, fundações e institutos de caráter privado, a política externa brasileira promove poucas parcerias com a iniciativa privada, opção que acaba por inibir e comprometer os resultados de acúmulo de poder brando por parte do país.

Não obstante, verificam-se atos e empreendimentos que emanam da sociedade civil e que contribuem sobremaneira para a tarefa de internacionalização da língua portuguesa e penetração do Brasil em outras localidades do mundo através da sua cultura. Um exemplo de destaque são as escolas Casa do Brasil, instituições particulares que atuam na promoção do português fora do país através de cursos específicos para falantes de outras línguas. Nessas escolas, é possível encontrar também cursos relacionados a aspectos culturais do Brasil, como aulas de capoeira, forró, culinária nordestina e acervos de bibliografia da literatura nacional.

Contudo, é importante frisar que não são todas as instituições que operam nos moldes propriamente ditos de uma fundação educacional, havendo casos, como em Lisboa e Londres, onde a Casa do Brasil atua como uma espécie de associação de brasileiros no exterior, auxiliando os emigrantes com expedientes burocráticos de natureza consular e no aprendizado de idiomas, sem maiores preocupações com o desempenho de atividades que promovam a cultura do Brasil para o público estrangeiro. Entre as unidades que se configuram de fato como escola de línguas, estão a Casa do Brasil na Argentina, situada em Buenos Aires, Casa do Brasil no México, localizada na capital deste país, Casa do Brasil no Uruguai, em Montevideú.

O surgimento das escolas, sobretudo na América do Sul, não é um fenômeno isolado, mas, sim, decorrente da aproximação dos países nesse continente, e da intensificação do processo de globalização que trouxe consigo o aumento dos fluxos migratórios e comerciais, consolidados com o lançamento dos blocos regionais na década de 1990. Sobre o histórico da Casa do Brasil na Argentina, em seu sítio eletrônico, é possível corroborar tal premissa:

A Casa do Brasil é uma instituição particular que atua há 26 anos na difusão da língua portuguesa e cultura brasileira na Argentina, sendo a mais antiga de Buenos Aires. Na década de 90, a partir do reestabelecimento das relações entre Argentina e Brasil, que depois se concretizaram com o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), se deu uma crescente procura pela aprendizagem da língua portuguesa. Quem canalizou essa demanda – diante da política linguística monolíngue (inglês) do estado argentino – foram as instituições privadas como a Casa do Brasil.⁴⁸

Interessante notar que, graças à ação da sociedade civil e dos agentes privados, uma política pública estatal equivocada, como fora a escolha do governo argentino por priorizar o ensino de inglês em detrimento às demais línguas, pôde ser atenuada com a iniciativa de se fundar uma escola de português para estrangeiros. Isso é prova irrefutável de que o Estado deve buscar cooperar com a livre iniciativa dos seus cidadãos na tarefa de difundir seu *soft power* internacionalmente, haja vista que as manifestações culturais, a exemplo da língua, bem como as diferentes identidades de uma nação, pertencem ao seu povo e são impossíveis de ser contempladas em sua totalidade, ou de forma genuína e sem deixar de privilegiar determinados setores, pelo planejamento e centralização estatal.

Como prova de que o argumento cultural não é suplantado pelos interesses econômicos de agentes privados, as escolas de línguas Casa do Brasil promovem, com intensa periodicidade, eventos ligados à cultura brasileira, a exemplo de exposições musicais, como as do Coro Uirapuru, na Argentina, realizadas semanalmente.

O coro é composto por amantes da música popular brasileira. Seu repertório é composto por uma grande variedade de ritmos e estilos musicais do Brasil, como Samba, Bossa Nova, MPB e canções folclóricas regionais. O grupo já fez inúmeras apresentações que podem destacar lugares, como Teatro Colon, em Mar del Plata, Globe Theatre, Konex Centro Cultural, Centro Cultural do Sul, Faculdade de Engenharia da UBA, Embaixada do Brasil, Buenos Aires Jardim Botânico Museu nacional de Artes decorativas, Centennial Park Amphitheatre, inúmeras reuniões organizadas pela Red Coral Coral Argentina, 15ª Reunião da Sociedade alemã Coral Villa Gesell e eventos relacionados com a comunidade e cultura brasileira. Desde 2010, o Coro Uirapuru realiza seus ensaios na Casa do Brasil⁴⁹.

Há, ainda, uma preocupação por parte da Casa do Brasil na Argentina em fomentar a qualificação do seu quadro de professores, que, em sua maioria, são brasileiros nativos, estabelecendo parcerias com o universo acadêmico-científico a fim de aperfeiçoar suas metodologias de ensino, oferecendo empregabilidade aos recém-formados dos cursos de licenciatura em linguística. Em conjunto com o governo brasileiro, a instituição aplica o exame Celpe-Bras duas vezes ao ano.

48 Casa do Brasil na Argentina. Disponível em: <http://www.casadobrasilar.com>. Acesso em 25 de janeiro de 2017.

49 Idem.

Muito embora a existência de unidades da Casa do Brasil em outros países possa sugerir que haja uma rede transnacional de franquias vinculadas a um único proprietário, as escolas funcionam de forma independente. Em uma breve entrevista, concedida durante o seminário de linguística promovido pela SIPLE⁵⁰, em novembro de 2016, na Universidade Federal da Bahia, Fabrício Muller, coordenador pedagógico da Casa do Brasil na Argentina, esclareceu-nos que, na verdade, não há um registro de patente do nome, sendo possível a qualquer empreendedor fora do Brasil autointitular sua escola de tal forma. Fabrício afirmou também que os processos de contratação de professores, adoção de material didático, promoção de eventos culturais etc. são realizados de maneira absolutamente autônoma, não havendo qualquer comunicação nesse sentido entre as Casas do Brasil de diferentes países.

4.5 OS DESAFIOS PARA O FUTURO

Nos últimos 30 anos, o Brasil registrou relativos avanços tanto em seu ambiente doméstico, a exemplo da redemocratização e da inclusão social, quanto no âmbito internacional, com a sua participação nos principais foros globais. Contudo, a instabilidade política e os problemas em torno da segurança pública e do vacilante desempenho econômico apresentam-se como desafios a serem superados para que o país se beneficie da sua enorme capacidade de projeção internacional em termos culturais. Dotado de reservas importantes de *soft power*, é chegado o momento de o Brasil utilizar tal potencial para lograr êxito no seu intento de alcançar o desenvolvimento nacional por intermédio de sua política externa.

Nesse sentido, é necessário adotar estratégias voltadas a otimizar os ganhos em termos de poder brando do país, multiplicando suas possibilidades de ação e parcerias. Sua posição no contexto regional sul-americano, espaço historicamente prioritário da ação diplomática brasileira, não pode ser ignorada, e a conquista de novos territórios por meio da atividade cultural deve ser encarada como mais uma preferência. A situação atual, marcada por uma atuação ainda tímida tanto regionalmente quanto em outros continentes, revela a necessidade de um aumento da cooperação entre o setor privado e o Itamaraty em favor de objetivos mais vastos de difusão cultural.

Em que pese atualmente a situação econômica e social ser ligeiramente mais favorável do que fora há três décadas, não se pode ignorar o fato de que o Brasil ainda possui muitos

50 Sigla para Sociedade Internacional Português Língua Estrangeira, entidade que visa incentivar o ensino e a pesquisa na área de português como língua estrangeira e como segunda língua, e implementar a troca de informações e contatos profissionais com instituições e outras associações interessadas em PLE e PL2.

desafios a serem vencidos nessas áreas, e fazer uso exclusivo das ações do Estado no âmbito externo configura-se até mesmo como negligência contra questões emergenciais de sua sociedade. É preciso abrir os olhos para a contradição que significa almejar o desenvolvimento nacional através da diplomacia e, ao mesmo tempo, onerar os cidadãos com tributos e mitigar suas oportunidades a fim de financiar a estrutura do corpo diplomático fora do país. A ciência econômica nos ensina que a regra elementar da economia é a de que os recursos são escassos, logo, faz-se necessário assumir prioridades e buscar estratégias para reduzir os custos e lograr a consecução de objetivos paralelos.

Conforme salientamos ao longo das seções e subseções precedentes desta dissertação, o advento da globalização proporcionou a entrada de novos *players* no jogo geopolítico, e a diplomacia cultural conta, hoje, com a participação contínua, muitas vezes até proeminente, de atores não-estatais ou supraestatais. A atuação dos mercados desafoga os governos e os permite obter ganhos maiores. No tocante à divulgação da cultura e do idioma, parcerias com agentes da sociedade civil e do setor privado, conforme vimos no exemplo da política externa dos Estados Unidos, satisfazem formidavelmente os propósitos das nações. Empresas, fundações e organizações de caráter privado devem ser bem-vindas para participar da promoção da cultura brasileira e da língua portuguesa, haja vista que uma empresa nacional atuante no cenário internacional agrega à marca Brasil e contribui para o crescimento econômico do país.

Ademais, consoante com o que foi abordado anteriormente nesta seção, no Brasil, diversos ministérios se revezam na tarefa de promover ações culturais no exterior, o que, ao passo que revela um ímpeto voluntarista por parte do governo brasileiro, resulta muitas das vezes na repetição de ações e no aumento de custos. Segundo aponta Garcia (2003), a centralização no âmbito do Estado leva a dispêndios pecuniários desnecessários e à perda de oportunidades decisivas por conta do excesso de burocracia e do desencontro de informações:

[...] ressaltamos o fato de não haver nenhum sentido de o Governo brasileiro dispor de dois órgãos – o Departamento Cultural do Itamaraty e a Secretaria de Intercâmbio e Projetos Especiais do MinC (...) – executando exatamente a mesma tarefa, que é a difusão da cultura brasileira no exterior. Por melhor que seja a coordenação entre os órgãos, nunca é perfeita, e acaba sendo impossível evitar completamente a duplicação de funções⁵¹

Como se sabe, não apenas o Departamento Cultural do Itamaraty tem a atribuição de realizar a promoção linguística e cultural externa, mas também compartilham essa função, em

51 GARCIA, Cícero Martins. Importância e formas de aprimoramento da atividade de difusão cultural como instrumento de política externa brasileira. Tese XLIV CAE, Brasília, 2003.

maior ou menor escala: a Secretaria de Articulação Internacional do Ministério da Cultura, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais e o Comissariado da Cultura Brasileira no Mundo, do mesmo Ministério, além do Ministério da Educação. Um caso que ilustra perfeitamente esse quadro de desinformação e duplicação de tarefas foi a tentativa de se fundar um novo instituto cultural que viria a atuar na promoção da língua portuguesa nos mesmos moldes da Aliança Francesa e do Instituto Cervantes, passando por cima da Rede Brasil Cultural.

Intitulado de Instituto Machado de Assis, a iniciativa foi tomada pelo Ministério da Educação, em 2005, sem que, no entanto, houvesse uma comunicação com o órgão primaz de difusão cultural brasileira no exterior, o Ministério das Relações Exteriores. A respeito das circunstâncias de formulação do projeto, Madeira Filho (2016, p. 151-152) relata que

Lamentavelmente, seja por voluntarismo, por desconhecimento das atribuições institucionais de cada Ministério ou pela visão equivocada de seus formuladores, o caso estudado a seguir não passou de mais uma amostra de oportunidade desperdiçada. Trata-se da proposta de criação do Instituto Machado de Assis (IMA), apresentada pela Comissão para a Definição da Política de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa (COLIP), instituída em 27 de setembro de 2005 pelo Ministério da Educação (MEC). Sem coordenação prévia com o Itamaraty – a quem incumbiria, naturalmente, a titularidade do assunto, em razão de sua experiência na política de difusão linguística e cultural, executada por meio de sua ampla Rede Brasileira de Ensino no Exterior, de seus Centros Culturais, Litorados e representações diplomáticas –, o MEC anunciou sua intenção de criar o Instituto, no contexto de uma reunião de cúpula luso-brasileira.

À época, o Itamaraty reagiu de maneira deveras assertiva, defendendo sua posição de órgão da administração pública federal encarregado de promover a cultura brasileira no exterior, e suspendeu a criação do instituto por parte do MEC. A valer, o debate em torno da formação do Instituto Machado de Assis foi interrompido desde 2006, tendo o Ministério da Educação assumido outras ações para a promoção da língua portuguesa, a exemplo do financiamento de programas de intercâmbio, muito embora o IMA ainda permaneça ativo no seu portal eletrônico. Nas palavras de Madeira Filho (2016, p. 163), a experiência malograda do Instituto Machado de Assis mostrou-se como um “exercício tortuoso de mau aproveitamento de uma boa ideia e deve servir de lição para que não se repita no futuro o mesmo erro”.

Finalmente, com o propósito de prospectarmos a real capacidade do *soft power* dos quatro países que compuseram nossos estudos de caso, elaboramos a tabela a seguir, que compara o modelo de difusão linguística e reúne suas posições no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no Índice de Percepção da Corrupção (IPC) e no Índice de Democracia (ID).

Os critérios foram selecionados com base na fundamentação proposta por Joseph Nye para o seu conceito de *soft power*. A título de recapitulação, lembramos que, de acordo com Nye (2004), o poder brando de um ator não está assentado apenas nos seus recursos culturais ou no seu comportamento no sistema internacional, devendo-se levar em conta, também, o cenário doméstico refletido em estabilidade política, econômica e social.

Tabela 1: Modelos de difusão linguística e os índices do IDH, do IPC e do ID

PAÍS	MODELO DE DIFUSÃO LINGUÍSTICA	IDH	IPC	ID
ESTADOS UNIDOS	MISTO majoritariamente privado	10°	18°	20°
REINO UNIDO	MISTO majoritariamente estatal	16°	10°	16°
BRASIL	MISTO majoritariamente estatal	79°	79°	51°
CHINA	ESTATAL	90°	79°	136°

Fonte: PNUD, 2016; *The Economist*, 2015; Transparência Internacional, 2016.

A escolha por considerar o IDH justifica-se pelo indicador ser usado para classificar os países segundo seu grau de desenvolvimento humano, composto a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, da educação e do PIB per capita recolhidos em nível nacional. Da mesma forma, o IPC ordena os países do mundo de acordo com o grau em que a corrupção é percebida entre os seus funcionários públicos e políticos, a fim de examinar o funcionamento de suas instituições. Por fim, o ID examina o estado da democracia em 167 países, concentrando-se em cinco categorias gerais: o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, a participação política e a cultura política. Com relação aos modelos de difusão linguística, a síntese exposta na Tabela serve para contrastar as formas de atuação dos países e sinalizar contrassensos.

A partir da análise da Tabela 1, conclui-se que os recursos culturais possuídos por Brasil e China não são o suficiente para garantir-lhes êxito em atrair mais atores através do seu poder brando. Os desafios internos de pobreza, de baixa escolaridade, de mazelas sanitárias e de instabilidade política precisam ser superados para que o *soft power* tenha

aparente legitimidade, despertando sedução. Por outro lado, os Estados Unidos e o Reino Unido encontram-se em situações confortáveis, e o atual *status* de sua influência no mundo confirma-se pelos números positivos de seus indicadores sociais e políticos. No que tange ao modelo de difusão linguística, observa-se a contradição chinesa, que concentra seus esforços no plano estatal em que pese as desvantagens em searas que são de incumbência natural e primordial do Estado. Já o Brasil poderia equilibrar mais o caráter misto de sua diplomacia cultural para não exaurir os recursos do governo em áreas emergenciais.

Assim sendo, a fim de aperfeiçoar seu desempenho, a postura da política externa brasileira, no que tange à promoção da língua portuguesa no exterior, deve ser a de valorizar os agentes do setor privado e prezar pela simplificação das ações no âmbito do Estado, fortalecendo o papel do Itamaraty e do DPLP. Nesse ínterim, outros personagens também podem contribuir para a difusão da língua portuguesa e da cultura brasileira, a exemplo das instituições de nível superior, com seus corpos docente e discente, as associações que promovem pesquisas nas áreas de linguística aplicada e de ensino de PLE, os escritores da literatura brasileira, os profissionais do ramo editorial e audiovisual, empresas, fundações culturais de regime privado etc. Outra tarefa a ser assumida pelo país é o enfrentamento de suas adversidades domésticas, sobretudo no campo do social e da política, para consolidar positivamente sua reputação internacional e seu poder de atração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o valor prático do conceito de *soft power* nas relações internacionais, através da sua aplicação por meio do ensino de línguas estrangeiras. Partimos da premissa de que língua e cultura guardam uma relação intrínseca entre si e, uma vez que o *soft power* tem na cultura um de seus recursos essenciais, defendemos que a difusão do idioma é uma ferramenta sagaz de poder brando, por carregar em si elementos culturais e identitários que ajudam a inaugurar uma avenida de oportunidades em outras áreas aos atores que optem por adotá-lo como estratégia de política externa.

Conquanto, é importante frisar que o nosso entendimento a respeito do conceito de *soft power*, e da sua adoção enquanto política linguística que almeja a disseminação de um dado idioma, não corresponde à visão crítica que advoga ser tal fenômeno um exemplo de prática “imperialista” ou “hegemônica”. Ao contrário, defendemos que o expediente da diplomacia cultural contribui para o fomento da cooperação entre os países e para o seu consequente desenvolvimento, por facilitar a compreensão mútua e auxiliar na concretização de acordos econômicos, tratados políticos, pactos de segurança internacional etc.

Para chegarmos à percepção descrita acima, serviu-nos como método de análise o estudo de variados conceitos da disciplina de Relações Internacionais. Iniciamos pela investigação histórica da diplomacia pública, cujo principal destinatário de suas mensagens é a opinião pública estrangeira, e que tem como *modus operandi* estabelecer uma relação direta que dispensa secretismos e protocolos, caracterizando-se, por fim, pela diversificação de seus agentes, sendo estes acadêmicos, atletas, artistas, entre outros, que auxiliam no alcance ao público-alvo no exterior.

Foi a partir do final da década de 1910, com o surgimento da Liga das Nações, que o conceito de diplomacia pública ganhou maior notabilidade e apresentou-se como alternativa à prática da diplomacia tradicional. O ensejo era de que as relações internacionais passassem a fazer parte não somente do cotidiano das representações consulares e que, ampliado o seu alcance para as sociedades, os horrores causados pela intolerância entre os países poderiam ser superados. Curioso notar, no entanto, que durante a segunda guerra mundial o expediente da diplomacia pública também foi utilizado enquanto artifício de penetração a serviço das nações envolvidas no conflito.

Nos últimos tempos, o componente cultural vem assumindo importância ainda maior na política, e as relações entre os atores do sistema internacional vêm pautando-se pela necessidade de compreender e, de certa forma, assimilar a cultura do outro. Nesse sentido, a

diplomacia cultural, entendida aqui como uma ramificação da diplomacia pública, atua como mecanismo que promove os valores e os ideais de um determinado país ou agente e, quando bem exercida, ajuda a construir relações longínquas e benéficas. Por essa perspectiva, a língua, enquanto instrumento de *soft power*, possui valor elevado, pois tem a vantagem de transmitir um amplo leque de itens culturais.

Outrora vistos como elementos primordiais na elaboração da política externa dos atores, os poderes militar e econômico (*hard power*) começam a perceber a concorrência do *soft power*. A respeito da economia, por exemplo, não devemos entendê-la como a finalidade mor de uma política, assim como a pura subsistência não é por si a meta de nenhum ser humano. A economia é a conquista - ou destruição - de meios de ação, e a política, por sua vez, se define pelo resultado o qual a ação visa, isto é, pelo modelo de ordem cultural a ser implantado. Uma mesma política econômica pode servir a fins totalmente diferentes, e estes fins são sempre da ordem dos valores culturais.

O *soft power* também se caracteriza por demandar visão de longo prazo por parte daqueles que pretendem empregá-lo. Através dos nossos estudos de caso pudemos comprovar tal assertiva. O *status* de língua mundial alcançado pelo inglês hodiernamente, bem como a universalização das culturas norte-americana e britânica, devem ser atribuídos aos investimentos que os Estados Unidos e a Inglaterra fizeram há mais de meio século atrás quando, respectivamente, patrocinaram empreendedores culturais e financiaram a instalação de institutos de cultura ao redor do mundo. O mesmo pode ser observado nas experiências de França, Alemanha, Espanha e Itália. Sendo assim, aos países que desejam incrementar o seu poder brando, é necessário resistir ao imediatismo e ter resiliência para assimilar as volubilidades do processo.

China e Brasil são considerados duas das principais nações emergentes na ordem mundial contemporânea, sendo que o país asiático deverá chegar à posição de líder no *ranking* das economias internacionais até a metade do século XXI. A China também possui uma estrutura militar expressiva, detentora inclusive do maior contingente de tropas no mundo, fatores que, somados aos esforços recentes do país de difundir sua língua e valores internacionalmente através dos Institutos Confúcio, poderão levá-la à condição de nova potência mundial. Contudo, em razão da ordem liberal vigente no sistema mundial, não será possível aos chineses concretizarem este objetivo sem se adequarem aos princípios de democracia, respeito aos direitos humanos e às liberdades individuais e de expressão. Conforme pontua Nye, o *soft power* exige autenticidade e alinhamento com o *hard power*.

No caso do Brasil, o desafio deve ser menos ambicioso e imediatista. A claudicância

de sua economia e o porte ainda franzino do seu aparato militar não permitem-no projetar desígnio semelhante ao da política externa da China. Entretanto, suas condições política e social internas, muito embora bastante aquém daquilo que é esperado de um país do seu tamanho e significância, apresentam-se em melhor estado quando comparadas à realidade chinesa. Isto posto, a capacidade do *soft power* brasileiro é superior a dos seus recursos de *hard power*; o que, a propósito, pode servir de estímulo para que, através da sua cultura, veiculada por meio da língua portuguesa, o país atraia mais seguidores no contexto internacional que contribuam para o progresso de sua economia, ao melhoramento do seu quadro armífero e ao alcance do desenvolvimento nacional.

A aposta na difusão da língua portuguesa deve ser planejada, levando-se em consideração, a manutenção de medidas que se mostraram acertadas, a exemplo do fomento à Rede Brasil Cultural e à promoção de eventos culturais em outros países por parte do Ministério das Relações Exteriores, bem como a articulação política para que o idioma seja enfim reconhecido como língua oficial da ONU. Todavia, é preciso descartar expedientes inócuos e onerosos, como a duplicação de tarefas por meio de diferentes ministérios, ao passo em que o Estado brasileiro deve, além disso, criar um ambiente favorável e convidativo aos investimentos e à participação da iniciativa privada.

Com o aceleramento do processo de globalização, nas duas últimas décadas do século XX, caracterizado pela revolução digital e o consequente encurtamento das distâncias, as trocas culturais entre os povos tornaram-se mais fluidas. Assim, os institutos culturais fundados pelas missões do serviço exterior ganharam o reforço de novos agentes, e a língua passou a ser praticada e difundida pelas redes multimídia, pelas plataformas de ensino virtuais etc. A globalização da economia também oportunizou o aumento dos fluxos migratório e cambial e, cada vez mais, empreendedores investem na internacionalização das escolas de idioma, chegando a lugares do mundo onde seria inviável aos Estados representarem seus países. Constatamos, ao longo do trabalho, o papel fundamental que os cursos particulares de inglês e português desempenham a favor do *soft power* nacional.

Por fim, acreditamos termos oferecido, por meio desta dissertação, um panorama a respeito do funcionamento do poder brando, suas idiossincrasias e os resultados de sua aplicação no contexto da política internacional. Nossa maior preocupação foi a de estruturar a explanação dos conceitos da forma mais elucidativa possível, partindo do macro para o micro, bem como, para além da fundamentação teórica, conferir ao trabalho um caráter utilitário e propositivo, que o permita pautar pesquisas futuras e embasar a elaboração de projetos de política externa.

REFERÊNCIAS

- ACBEU. *A ACBEU: responsabilidade social*. Disponível em: <http://www.acbeubahia.org.br/institucional/resp_social.asp>. Acesso em 5 de novembro de 2016.
- ACBEU. *Manual do Aluno ACBEU*. Disponível em: <http://www.acbeubahia.org.br/prog_acad/pdf/Manual_do_Aluno_ACBEU.pdf> Acesso em 5 de novembro de 2016.
- ALMEIDA, Maria Regina Flor e. A diplomacia pública. *Negócios Estrangeiros*. Lisboa, n. 6, 2003. p. 61-72. Disponível em: <<http://www.mofa.gov.pt/NR/rdonlyres/66C71A5F-5572-4057-94F0-EC164A85BCC4/0/revista6.pdf>>. Acesso em 12 julho de 2015.
- ALMEIDA-SANTOS, Sandro Martins de. *O papel dos Estados Unidos na difusão do inglês no Brasil (1937-2006)*. Universidade Federal Fluminense – Centro de Estudos Sociais Aplicados e Centro de Estudos Gerais – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Niterói, 2007.
- AMARAL, Ruy Pacheco de Azevedo. *O Ano do Brasil na França: um modelo de intercâmbio cultural*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2008.
- ANGELL, Norman. *A grande ilusão*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- ARRUDA, V.; BIJOS, L. A diplomacia cultural como instrumento de política externa brasileira. *Revista diálogos: a cultura como dispositivo de inclusão*. Brasília, v. 13, n. 1, 2010.
- AZEVEDO, Lia Calabre de. O Conselho Federal de Cultura, 1971-1974. *Estudos Históricos*, n.37, 2006. p.81-98.
- BRITISH COUNCIL. *Influence and attraction report*. Disponível em: <<https://www.britishcouncil.org/sites/default/files/influence-and-attraction-poster.pdf>> Acesso em 29 de novembro de 2016.
- BULL, Hedley. *A sociedade anárquica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília – Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002.
- CARNEIRO, Rafael Prince. *Diplomacia pública digital: desafios e oportunidades para a atuação do Itamaraty na internet*. Instituto Rio Branco – Diplomacia – Dissertação de Mestrado. Brasília, 2011.
- CASA DO BRASIL NA ARGENTINA. Disponível em: <<http://www.casadobrasilar.com>>. Acesso em 25 de janeiro de 2017.
- CIELO, Betânia Monteiro. Celpe-Bras, o preparo para a proficiência. *Collatio 13*. Porto, outubro 2012, CEMOrOC-Feusp/IJI. Disponível em: <http://www.hottopos.com/collat13/23-30Betania.pdf>. Acesso em 9 janeiro de 2017.

COOMBS, Philip. *The fourth dimension of Foreign Policy: educational and cultural affairs*. New York: Harper e Row, 1964.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/>>. Acesso em 9 de janeiro de 2017.

COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. In: SUPPO, Hugo R. *O papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das Relações Internacionais*, 2012.

CPLP. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-2752.aspx>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

CULL, Nicholas J. *Public Diplomacy' Before Gullion: The Evolution of a Phrase* Public Diplomacy Blog. USC Center on Public Diplomacy, 2006. Disponível em: <<http://uscpublicdiplomacy.com/pdfs/gullion.pdf>>. Acesso em 11 de julho de 2016.

CULTURA INGLESA. *Cultura Inglesa: sobre nós*. 2009. Disponível em: <http://www.culturainglesa.net/wps/portal/inicio/>. Acesso em 15 de junho de 2016.

DINIZ, Leandro Rodrigo Alves. Política linguística do Estado brasileiro para a divulgação do português em países de língua oficial espanhola. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, v. 51, n. 2, Campinas, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010318132012000200009&script=sci_arttext>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

DONALDSON, Frances. *The British Council: the First Fifty Years*. Londres, 1984.

DORIGON, Thomas. *A Língua Portuguesa como ferramenta de política externa brasileira: da criação da CPLP ao plano de ação de Brasília*. 74p. Monografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas – Departamento de Economia e Relações Internacionais. Porto Alegre, 2013.

DUMONT, J.; FLÉCHET, A. “Pelo que é nosso!”: a diplomacia cultural brasileira no século XX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 34, n. 67, 2014. p. 203-221.

DURANTI, Alessandro. *Linguistic anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FERGUSON, Niall. Think Again: Power. In: *Foreign Policy*, January/February, 2003. p. 18–24.

FERGUSON, Niall. *Colossus: The Rise and Fall of the American Empire*. New York: Penguin Books, 2005.

FILHO, Acir Pimenta Madeira. *Instituto de Cultura como Instrumento de Diplomacia*. Fundação Alexandre Gusmão. Brasília, 2016.

FISK. *Fisk: conheça nossa história*. Disponível em: <<http://www.fisk.com.br/sobre/nossa-historia>>. Acesso em 4 de novembro de 2016.

FITZPATRICK, Kathy R. *Future of U.S. Public Diplomacy: An Uncertain Fate*. Leiden, Martinus Nijhoff Publishers, 2010.

FLÉCHET, Anaïs. *Si tu vas à Rio... La musique populaire brésilienne en France*. Paris: Armand Colin, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Ordem e progresso*. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, Cícero Martins. *Importância e formas de aprimoramento da atividade de difusão cultural como instrumento de política externa brasileira*. Tese XLIV CAE, Brasília, 2003.

GIL, Gilberto. Discurso do Ministro da Cultura durante a solenidade de transmissão do cargo, em 14 de junho de 2010. Brasília: Ministério da Cultura, 2010.

GILBOA, Eytan (1998): Media Diplomacy: Conceptual Divergences and Applications. In: *The Harvard International Journal of Press/Politics* v. 3, n. 3, 1998. p. 56–75.

GROOT, Gerry. Soft Power in the Asia-Pacific post 9/11: The cases of Japan, China and India. In: JAIN, Purnendra; PATRIKEEFF, Felix; GROOT, Gerry (Eds). *Asia-Pacific and a New International Order: Responses and Options*. New York: Nova Science Publishers, 2006. p. 53–69.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HANBAN. *Constitution and By-Laws of the Confucius Institutes*. Disponível em: http://english.hanban.org/node_7880.htm#no4. Acesso em 15 de novembro de 2016.

HARTIG, Falk. *Chinese public diplomacy: the rise of the Confucius Institute*. Routledge, 2016.

HERZ, Mônica. Teoria das Relações Internacionais no Pós-Guerra-Fria. *Dados*. v. 40, n. 2, 1997.

HUBBERT, Jennifer. Authenticating the Nation: Confucius Institutes and Soft Power. In: *Confucius Institutes and the Globalization of China's soft power*. Contributions by ZAHARNA, R.S.; HUBBERT, Jennifer; HARTIG, Falk. Figueroa Press. Los Angeles, 2014. IBEU. *60 obras selecionadas em 60 anos com muita arte*. Rio de Janeiro, 1997.

IILP. Disponível em: <http://iilp.cplp.org/home.html>. Acesso em 23 de janeiro de 2017.

ITAMARATY. *Rede Brasil Cultural*. Disponível em: <http://redebrasilcultural.itamaraty.gov.br/menu-a-rede/menu-centros-culturais>. Acesso em 16 de janeiro de 2017.

IYAMU, Victor Oviacionayi. Diplomacia pública en la bibliografía actual. *Ámbitos*, n. 11-12, 2004. p. 215-236. Disponível em: <http://grupo.us.es/grehcco/ambitos11-12/iyamu.pdf>. Acesso em 12 julho de 2016.

JUNPING, Li. Jintian women ruhe pingjia kongzi? Jian tan kongzi xueyuan xian-xiang [How do we judge Confucius today? A discussion of the Confucius Institute phenomenon]. In: *Forum of Social Science*, 1, v. 5, 2008.

KELLEY, John Robert. The New Diplomacy: Evolution of a Revolution. In: *Diplomacy & Statecraft*, 21 (2), 2010. p. 286–305.

KUPER, Adam. *Cultura: a visão dos antropólogos*. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

LEONARD, Mark. Public diplomacy. London: Foreign Policy Centre, 2002. In: NYE, Joseph S. Jr. Public diplomacy and soft power. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Philadelphia, v. 616, n. 1, 2008. p.94-109. Disponível em: <http://ann.sagepub.com/content/616/1/94.full.pdf+html>. Acesso em 11 julho de 2016.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia estrutural*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1967.

LILI, Ji. Chuantong wenhua yu zhongguo gonggong waijiao [Traditional culture and Chinese public diplomacy]. In: *Wuhan Kejidaxue Xuebao* (Shehui kexueban), 14, v. 3, 2012.

LUKES, Steven. Power and the battle for hearts and minds: on the bluntness of soft power. In: BERENSKOETTER, Felix; WILLIAMS, Michael J. (Eds.). *Power in World Politics*. New York, Routledge, 2007.

MANHEIM, Jarol B. *Strategic Public Diplomacy and American Foreign Policy: The Evolution of Influence*. Oxford, Oxford University Press, 1994.

MARK, Simon. *A Comparative Study of the Cultural Diplomacy of Canada, New Zealand and India*. Tese de Doutorado – Universidade de Auckland, 2008.

MARRARA, Thiago. *Internacionalização da Pós-Graduação: objetivos, formas e avaliação*. RBPG: Brasília, v. 4, n. 8, 2007. p. 245-262.

MARTOS, Vinicius. *O Programa Ciência Sem Fronteiras: Um Instrumento do Soft Power Brasileiro?* Instituto de Relações Internacionais – Universidade de Brasília, 2013.

MATTERN, Janice Bially. Why “Soft Power” isn’t so soft: Representational Force and the sociolinguistic Construction of Attraction in World Politics. In: *Millennium – Journal of International Studies*, 33, v. 3, 2005.

McDOWELL, Mark. Public Diplomacy at the Crossroads: Definitions and Challenges in an “Open Source” Era. In: *The Fletcher Forum of World Affairs* 32, 2008.

MERLE, Marcel. *Forces et enjeux dans les relations internationales*. Paris: Economica, 1985.

MINGJIANG, Li. Introduction: Soft Power: Nurture not Nature. In: MINGJIANG, Li (Ed.). *Soft Power: China’s Emerging Strategy in International Politics*. Landham, Lexington Books, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/diplomacia-cultural>. Acesso em 18 de janeiro de 2017.

MIYAMOTO, S. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília, v.52, n.2, 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473292009000200002&lng=en

[&nrm=iso](#). Acesso em 23 de janeiro de 2017.

MORGENTHAU, Hans J. *Política entre las naciones*. La lucha por el poder y la paz. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1992 [1948].

MOTA, M. *Brasil, Portugal e a CPLP: Possíveis estratégias internacionais no século XXI*. 174p. Dissertação de Mestrado – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

NOVAIS, Bruno do Vale. *Caminhos trilhados, horizontes possíveis: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro no período de 2003 a 2010*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos – Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Salvador, 2013.

NOYA, Javier. *Diplomacia Pública para el Siglo XXI: la gestión de la imagen en el exterior y la opinión pública internacional*. Barcelona: Ariel, 2007.

NYE JR., Joseph S. *Soft Power: the means to success in world politics*, Nova York: Public Affairs, 2004.

NYE, Joseph S. Jr. Public diplomacy and soft power. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Philadelphia, v. 616, n. 1, 2008. p.94-109. Disponível em: <http://ann.sagepub.com/content/616/1/94.full.pdf+html>. Acesso em 11 julho de 2016.

NYE, Joseph S. *O futuro do poder*. São Paulo: Benvirá, 2012.

O ESTADO DE SÃO PAULO. 'Puxadinho' Sem Fronteiras. 6 de Março de 2013. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,puxadinho-sem-fronteiras,1004988,0.html>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

ORTIZ, Renato. *Mundialização da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PARQUETT, Márcia. Da abordagem estruturalista à comunicativa. In: BARCELLOS, Renata da Silva de. *Língua e Cultura*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/viiifelin/29.html>. Acesso em 06 de junho de 2016.

PAUL, T. V. Introduction: The Enduring Axioms of Balance of Power Theory and Their Contemporary Relevance. In: PAUL, T.V.; WIRTZ, James J.; FOTMANN, Michel. *Balance of Power: theory and practice in the 21 st century*. Stanford University Press: Stanford, 2004.

PHILLIPSON, Robert. *Linguistic Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

PING, Wang. Cong kongzi xueyuan de sheli kan zhonghua wenhua yu waiyu-jiaoxue [Confucius Institute: Traditional Chinese Culture and Foreign Language Teaching]. In: *Journal of Zhaoqing University*, 27, v. 6, 2006.

PLANO DE AÇÃO DE BRASÍLIA. Disponível em: http://conferencialp.com/files/plano_brasilia_mar_2010.pdf. Acesso em 24 de janeiro de 2017.

PORTLAND. Soft Power 30. Digital Diplomacy Index (2016). Ranking disponível em: <http://softpower30.portland-communications.com/ranking/>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

PNUD. *Human Development Report 2016*. Disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/HDR2016_EN_Overview_Web.pdf. Acesso em 24 de março de 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. O conceito de identidade em lingüística: é chegada a hora de uma reconsideração radical? In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para urna discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998. p. 21-45.

REVUZ, Christine. A língua estrangeira entre o desejo de um outro lugar e o risco do Exílio. In: SIGNORINI, Inês (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: FAPESP, 1998. p. 213-230.

RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. *Candidature file for Rio de Janeiro to host the 2016 Olympic and Paralympic Games*, 2009.

RIORDAN, Shaun. *Dialogue-based Public Diplomacy: a New Foreign Policy Paradigm?* The Hague, Netherlands Institute of International Relations Clingendael, 2004.

SAMOVAR, L. A.; PORTER, R. E. *Intercultural Communication. A reader*. Belmont. CA., 1993. p. 1-25.

SANTOS, Edleise Mendes Oliveira. *Abordagem Comunicativa Intercultural (ACIN): uma proposta para ensinar e aprender língua no diálogo de culturas*. Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Estudos da Linguagem – Tese de Doutorado, 2004.

SANTOS, Milton. O Dinheiro e o Território. In: SANTOS, Milton. *et al. Território, Territórios*. Ensaios sobre o ordenamento territorial. 3 ed. Lamparina, 2011.

SAPIR, Edward. *A linguagem*. São Paulo: Perspectiva, 1980.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2001.

SILVA, D. O passado no presente: história da promoção e difusão da língua portuguesa no exterior. In: *Atas do XIV Congresso Nacional de Linguística e Filologia (Tomo 4)*, Rio de Janeiro, 2010. p. 3018-3034.

SILVA, Ilie Arnoud da. *Promoção da língua como instrumento de soft power*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Ciências Econômicas – Departamento de Economia e Relações Internacionais: Porto Alegre, 2015.

SIMCOX, Robin. *A Degree of Influence: The funding of strategically important subjects in UK universities*. London, The Centre for Social Cohesion, 2009.

SOARES E CASTRO, Andreia. (2013). *2014 Fifa World Cup and 2016 Olympic Games: Brazil's strategy 'to win hearts and minds' through sports and football*. PD Magazine, 2013.

STARR, Don. Chinese Language Education in Europe: the Confucius Institutes. In: *European Journal of Education*, 44, v. 1, 2009.

SUPPO, Hugo R. O papel da dimensão cultural nos principais paradigmas das Relações Internacionais. In: *A quarta dimensão das Relações Internacionais: a dimensão cultural*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012. p. 13-44.

TELES, Felício Bruno Mateus. *A diplomacia pública no contexto das organizações internacionais: o caso da CPLP*. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias – Faculdade de Ciência Política, Lusofonia e Relações Internacionais – Dissertação de Mestrado. Lisboa, 2013.

THE ECONOMIST. Índice de Democracia. Disponível em: <http://www.yabiladi.com/img/content/EIU-Democracy-Index-2015.pdf>. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Índice de Percepção da Corrupção*. Disponível em: http://www.transparency.org/news/feature/corruption_perceptions_index_2016. Acesso em 10 de fevereiro de 2017.

UNITED STATES DEPARTMENT OF STATE (2005). *Cultural Diplomacy: The Linchpin of Public Diplomacy*. Report of the Advisory Committee on Cultural Diplomacy. Washington: Advisory Committee On Cultural Diplomacy. Disponível em: <http://iwpu.uiowa.edu/about/CulturalDiplomacyReport.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2016.

WAGNLEITNER, Reinhold. Coca colonization and the cold war. In: NYE, Joseph S. Jr. Public diplomacy and soft power. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*. Philadelphia, v. 616, n. 1, 2008 [1994]. p.94-109. Disponível em: <http://ann.sagepub.com/content/616/1/94.full.pdf+html>. Acesso em 11 julho de 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Capitalismo histórico e civilização capitalista*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001 [1995].

WARNIER, Jean-Pierre. *A mundialização da cultura*. Bauru-SP: EDUSC, 2000.

WEIWEI, Zhang. Tuo zhan you zhongguo tese de gonggong waijiao [Further develop Public Diplomacy with Chinese characteristics]. In: *Guoji Wenti Yanjiu*, v. 4, 2009.

WENYA, Liu. Kongzi xueyuan: hanyu he zhongguo jiaoyu guojihua de xin jucuo [New measures for the internationalization of Chinese language and Chinese education]. In: *Jiaoyu Yanjiu*, v. 8, 2007.

YI, Duan. Ying shili-ruan shili lilun kuang jia xia de yuyan-wenhua guoji tui-guang yu kongzi xueyuan [Language-Culture International Promotion and Confucius Institute and the theoretical framework of hard power and soft power]. In: *Fudan Jiaoyu Luntan*, 6, v. 2, 2008.

YING, Wu. Zhongguo wenhua duiwai chuanbo xiaoguo yanjiu – dui 5 guo 16 suo kongzi xueyuan de diaocha [On the international communication effects of Chinese culture – a

survey of 16 Confucius Institutes in 5 countries]. In: *Zhejiang Shehui Kexue*, v. 4, 2012.

ZAHARNA, R.S. China's Confucius Institutes: Understanding the Relational Structure and Relational Dynamics of Network Collaboration. In: *Confucius Institutes and the Globalization of China's soft power*. ZAHARNA, R.S.; HUBBERT, Jennifer; HARTIG, Falk. Figueroa Press. Los Angeles, 2014.

ANEXOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Questionário da pesquisa “ENSINO DE LÍNGUA COMO FERRAMENTA DE
SOFT POWER”

Favor marcar com um **X** somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

Sexo:

Masculino

Feminino

Faixa de idade:

Até 25 anos

De 25 a 35 anos

De 35 a 45 anos

De 45 a 60 anos

Acima de 60 anos

Nível de formação:

Doutorado

Mestrado

Especialização

3º grau

Qual a posição que o Sr/Sr^a ocupa nesta Embaixada? Descreva a função, setor e cargo.

Diretora do Centro Cultural Brasil-Finlândia. Minha função é administrar o CCB e apresentar projetos culturais que promovam a língua portuguesa, a literatura brasileira, além de todas as formas de expressão cultural que mostrem uma visão positiva e não estereotipada do Brasil. Também faz parte de meu trabalho ser o ponto focal desta Embaixada para assuntos referentes a educação e cooperação educacional e científica entre o Brasil e a Finlândia, além de organizar missões à Finlândia ou intermediar e coordenar seu planejamento junto às instituições competentes. Buscamos também estreitar laços com a Academia realizando aulas, palestras, eventos e seminários diversos sobre assuntos referentes à língua portuguesa e literatura, economia, cultura brasileira, história, entre outros.

1. Quais são os programas/atividades existentes nesta embaixada voltados ao ensino da língua portuguesa e promoção da cultura brasileira?

O CCBF oferece em média 8 cursos de língua portuguesa por bimestre, voltados para alunos de todos os níveis. Desenvolvemos também um projeto chamado “Oficina de Língua Portuguesa para Crianças” que visa estimular o ensino da língua portuguesa como língua de herança para crianças de 5 a 10 anos de idade. Temos um convênio com o Departamento de Línguas Românicas da Universidade de Helsinque em que as professoras do CCBF ministram aulas em matérias eletivas para o curso de letras da

referida instituição, tanto a nível de bacharelado quanto a nível de mestrado. Para promover a cultura brasileira na Finlândia realizamos diversos projetos e eventos ao longo do ano. Buscamos trazer um linguista ou um autor brasileiro a cada ano para promover suas obras e/ou projetos de pesquisa. Nossos eventos mais populares e já tradicionais são o “Janela Literária”, que busca promover a literatura contemporânea brasileira, o “Seminário Sobre a Pluralidade da Língua Portuguesa” (já realizamos três), em parceria com a Universidade de Helsinque, que visa discutir a importância e o papel da língua portuguesa no mundo, por meio de sua pluralidade. O seminário aborda temas diversos escolhidos pelos professores e autores convidados.

A embaixada também procura apoiar, sempre que possível, artistas brasileiros de diversas formas de expressão, que busquem suporte para realizar exposições, shows e palestras na Finlândia, que possam promover a arte e a cultura brasileira de maneira positiva.

2. Qual o material didático utilizado nas aulas de português para estrangeiros?

Damos ênfase ao uso de material inédito, produzido pelas próprias professoras. Por base, usa-se os livros “Tudo Bem” e “ Falar, Ler, Escrever português do Brasil”. No entanto, temos uma vasta biblioteca com diversos livros didáticos e gramáticas e buscamos criar nossas próprias apostilas para os alunos. Também usamos muito material interativo pesquisado “online”: vídeos, áudios, artigos de jornais, revistas e blogs etc.

3. Quais são os aspectos da cultura brasileira mais abordados em sala de aula e nas demais atividades? Nosso objetivo é mostrar uma cultura baseada na pluralidade e não enfatizar estereótipos. É normal que os alunos cheguem ao CCBF com uma visão bem estereotipada do Brasil e do Brasileiro: país do Carnaval, de mulheres mulatas e sensuais etc. Em nosso trabalho, tentamos mostrar a diversidade da cultura brasileira, de cada região do Brasil e tentamos mostrar que somos um povo multicultural e extremamente diversificado tanto em aparência quanto em hábitos e costumes.

4. Ha referências diretas, por parte do material didático ou demais ferramentas utilizadas nas atividades, dos valores, instituições e demais aspectos da cultura brasileira?

Aspectos da cultura brasileira, história, política e valores sim. Sob o aspecto institucional não.

5. Há uma política específica, por parte do Itamaraty, pensada para o exercício do soft power destinada a esta embaixada?

Tendo em vista o comércio exterior entre o Brasil e a Finlândia não ser muito forte e expressivo, a diplomacia cultural e as atividades culturais e educacionais realizadas por este CCB, acabam por ser muito importantes para este Posto. Considerando os CCBs serem a principal fonte de diplomacia cultural do Itamaraty , e de só haverem três CCBs na Europa (Barcelona, Roma e Helsinque), podemos considerar a própria existência de um Centro na Finlândia como uma política específica de estreitamento de laços entre o Brasil e o país nórdico.

6. As atividades culturais e de ensino do português são, em algum momento ou de alguma forma, desempenhadas em ação conjunta com o setor privado da Finlândia ou do Brasil? Explique.

Não.

7. Existe alguma outra entidade do Brasil, Finlândia ou de outra origem que ofereça cursos de português para estrangeiros nesta cidade?

Sim. Os chamados “kansalaisopisto”, que são centro de cultura municipais que oferecem, trimestralmente, diversos cursos livres nas mais diversas áreas, inclusive idiomas. No entanto, os cursos não proporcionam certificação e podem ser ministrados por instrutores de ensino. A Univesidade de Helsinque também oferece curso extra de língua portuguesa, mas não há professores nativos e nem da vertente brasileira da língua ministrando as aulas.

8. Qual o número de alunos inscritos em cursos de português para estrangeiros nesta embaixada?

Em média 50 matrículas por bimestre.

9. Eles, em geral, possuem algum conhecimento prévio a respeito do Brasil?

Sim. Grande parte dos alunos do Centro são profissionais com vistas e serem expatriados para o Brasil, diplomatas e oficiais de chancelaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros, responsáveis pela pasta Brasil em suas funções, e pessoas casadas com brasileiros. Quase todos já foram ou estudaram a respeito do Brasil e querem aprimorar seu conhecimento linguístico e cultural.

10. Caso sim, assinalar as opções abaixo. (Pode marcar mais de uma)

- | | | |
|--|--|--|
| <input type="checkbox"/> Personalidades | <input checked="" type="checkbox"/> Literatura | <input type="checkbox"/> Cinema |
| <input checked="" type="checkbox"/> Política | <input checked="" type="checkbox"/> Economia | <input checked="" type="checkbox"/> Localização geográfica |
| <input type="checkbox"/> Culinária | | |

11. Há quanto tempo esta embaixada realiza atividades de cunho cultural voltada para o público estrangeiro?

Há 15 anos.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR
MILTON SANTOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
Questionário da pesquisa

Favor marcar com um **X** somente em uma única resposta que melhor se apresente para você.

1. Sexo:

Masculino Feminino

2. Faixa de idade:

Até 25 anos De 25 a 35 anos De 35 a 45 anos
 De 45 a 60 anos Acima de 60 anos

3. Nível de formação:

Doutorado Mestrado Especialização
 3º grau

Informações específicas

1. Há quanto tempo você ensina português para estrangeiros?

Há 3 anos.

2. Descreva sucintamente suas atividades como bolsista do programa FLTA.

Eu fui professor assistente na Universidade de Vanderbilt e ministrei aulas de Português instrumental em um curso de Capoeira oferecido pela instituição no qual eu oferecia ferramentas para que os alunos pudessem entender as músicas que eram cantadas por eles. Ainda, dei aulas de Português para preparar alunos de uma universidade parceira da Vanderbilt para concorrer a bolsas de estudos no Brasil. Outras atividades desenvolvidas por mim foram: promover eventos que divulgassem nossa língua e cultura pela universidade, por exemplo, *movie nights*, Festa Junina, Brazil Week, apresentações culturais diversas etc. Eu também fiquei responsável por desenvolver um material didático *online* para dar suporte às aulas de Português para alunos da área de saúde da Vanderbilt. O material, chamado de “Say 33 in Portuguese”, foi uma ideia do meu supervisor que se interessou por minha experiência com desenvolvimento de material didático e achou que seria interessante oferecer um curso alternativo para os alunos que tinham interesse em aprender português, mas não tinham disponibilidade para frequentar as aulas presenciais. O material está disponível para uso.

3. Em qual cidade/estado você residiu?

Nashville - Tennessee

4. Havia outros cursos de português na região? Caso sim, você saberia dizer por quem eram administrados?

Sim, na Universidade Fisk que é parceira da Vanderbilt. Como em muitas universidades, os cursos de português são oferecidos pelo departamento de espanhol ou estudos latino-americanos. Os coordenadores são, em sua maioria, falantes de espanhol. No caso da Fisk, os professores que ensinavam lá também eram bolsistas *Fulbright*.

5. Além da língua, quais outros elementos da cultura brasileira você costumava trabalhar em sala de aula com os alunos?

Na minha concepção não existe separação entre língua e cultura. Entendo que a língua funciona como uma lente através da qual enxergamos a realidade que está ao nosso redor. Ela estrutura nosso pensamento e nossas ações e faz a mediação entre nossas experiências e a do outro com o qual interagimos socialmente através da linguagem. Sendo assim, acredito que a cultura não está nem antes nem depois da língua, nem uma dentro da outra, mas estão no mesmo lugar. E por não separar os limites de onde começa a língua e termina a cultura, minhas aulas não eram divididas em assuntos gramaticais como, normalmente, são divididos os cursos mais tradicionais de PLE. Alguns exemplos que eu posso trazer para resumir essa concepção são: trabalhar com a concepção de raça, cor e etnia no Brasil, o cotidiano dos americanos x cotidiano dos brasileiros, como a música e classe social no Brasil estão relacionadas, as diferenças e semelhanças entre a família americana e brasileira etc.

6. Qual era o material didático usado nas aulas?

Ponto de Encontro: Portuguese as a world language. Mas tive a liberdade de usar outros materiais já que não fiquei com uma turma regular de graduação.

7. Quais eram os interesses declarados pelos alunos em aprender a língua portuguesa?

Muitos faziam Português por causa da exigência da Universidade de todos os alunos estudarem, pelo menos, 1 semestre de uma língua estrangeira. Outros porque iriam concorrer a bolsa de estudo no Brasil.

8. Eles tinham algum conhecimento prévio a respeito do Brasil?

Sim, mas conhecimentos muito limitados e, geralmente, estereotipados.

9. Caso sim, marque as opções abaixo. (Pode marcar mais de uma)

- | | | |
|--|-------------------------------------|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Personalidades | <input type="checkbox"/> Literatura | <input checked="" type="checkbox"/> Cinema |
| <input checked="" type="checkbox"/> Política | <input type="checkbox"/> Economia | <input type="checkbox"/> Localização geográfica |
| <input checked="" type="checkbox"/> Divisão política administrativa do território brasileiro | Outros | |
| _____ | | |

10. Indique há quanto tempo a universidade ou o departamento ao qual você esteve vinculado oferece cursos de português.

Desde 1947.

11. Durante o período em que esteve dando aulas nos EUA, teve algum contato com representantes do Serviço Exterior brasileiro ou de outros órgãos brasileiros (universidades, ministérios, etc.)? Recebeu alguma orientação dessas pessoas?

Sim, em um encontro de FLTA'S promovido pelos e para os bolsistas brasileiros que ocorreu em fevereiro na Universidade de Emory, em Atlanta, tivemos uma palestra com um dos representantes do Consulado Brasileiro nos EUA que comentou sobre a importância do programa *Fulbright* para o estreitamento das relações diplomáticas entre os dois países.

12. Havia alguma normativa por parte do governo brasileiro e/ou americano para as aulas de português? (Restrições, orientações, conteúdo, etc.). Discrimine sua resposta.

A *Fulbright* deu inúmeras sugestões sobre como poderíamos ministrar as aulas nos EUA durante as conferências promovidas por eles no início e no meio do programa. Focaram, principalmente, nas diferenças culturais entre os países e na relação aluno x professor. Deram orientações quanto à cultura de ensino nos EUA e alertaram sobre a distância que existe entre docente e discente nas universidades. Não impuseram nenhum tipo de restrição quanto ao conteúdo das aulas, mas enfatizaram a importância de sempre criarmos um ambiente acolhedor e respeitador em relação às diferenças.

13. Em algum momento durante a sua estada como professor assistente de língua portuguesa você ouviu falar no termo "Soft Power"? O que você entende pelo termo?

Não ouvi e não conheço.

14. A partir dessa experiência, qual a sua impressão sobre as instituições, a cultura e o governo dos EUA?

A cultura escolar é muito diferente da que, normalmente, presenciamos no Brasil. Existe um respeito muito maior com os professores e grande investimento na educação. Os alunos das universidades são muito competitivos e buscam sempre estar envolvidos em trabalhos comunitários e eventos acadêmicos. Como grande parte das instituições de ensino superior dos EUA é privada, elas possuem estrutura física e financeira muito grande para oferecer um ensino de qualidade para os alunos e investir em pesquisas.

15. Houve alguma condicionante estipulada pelo governo do Brasil e/ou governo dos EUA para a concessão da bolsa durante a sua estada e no seu retorno no que diz respeito a sua prática de ensino em sala de aula? Discrimine a resposta.

Não, o responsável pelo pagamento de minha bolsa, o governo americano, não determinou nenhuma condicionante, apenas enfatizou a importância de desenvolvermos um trabalho que respeitasse as diferenças culturais dos alunos. Apesar de um dos objetivos do programa fosse levar embaixadores da cultura para os EUA, tínhamos total liberdade para abordarmos qualquer assunto em sala de aula ou em eventos que eventualmente

participaríamos, assim como liberdade para darmos sempre nossa visão e perspectivas sobre os fatos.

16. Em linhas gerais, qual a imagem que os americanos (alunos e não alunos) com os quais você teve contato têm do Brasil? De maneira específica, eles conhecem nossas instituições, nossos políticos, setores mais fortes da economia, esportes e cultura?

Em linhas gerais, a maioria tem uma imagem muito positiva do Brasil, mas ela é constituída de muitos estereótipos e equívocos. Muitos têm a impressão de que o Brasil é um país livre de preconceitos e problemas sociais. Acredito que muitas dessas representações sejam oriundas do que é veiculado pela mídia e também pelo entendimento de que o Brasil, por ser tão miscigenado, não seria um país racista. Os brasileiros são muito bem acolhidos se formos fazer uma comparação com os outros povos da América Latina, porém são muito sensualizados. A situação política do Brasil ficou muito conhecida por lá por causa do processo de *impeachment* e eles se interessavam em saber qual era a opinião do povo brasileiro em relação a esse episódio. O futebol e o Rio de Janeiro são muito famosos, mas ainda existe muita confusão em relação à língua que é falada no Brasil assim como sua geografia. No mais, existe uma grande admiração e curiosidade para conhecer mais sobre o nosso país.

17. Você acredita que as aulas de português contribuíram para a construção de uma imagem positiva do Brasil junto aos seus alunos?

Eu acredito que as aulas contribuíram para o pensamento crítico sobre a nossa cultura e ainda para a comparação do que os alunos viam com as suas próprias realidades. Minha intenção não foi de construir uma imagem positiva ou negativa, mas sim dar ferramentas que pudessem ajudar os alunos a criarem a sua própria percepção do que é o Brasil e o povo brasileiro. Acredito também que as aulas colaboraram para o desenvolvimento intercultural dos meus alunos no sentido de prepará-los a lidar melhor com as diferenças e respeitar as realidades de um outro povo, brasileiro ou não.